

UFRN / CCHLA / DPP / PPEUR

ANNA ELISA ALVES MARQUES

A FALA DO MEDO NO BAIRRO DE CAPIM MACIO

NATAL/RN

2021

ANNA ELISA ALVES MARQUES

A FALA DO MEDO NO BAIRRO DE CAPIM MACIO

Texto de defesa apresentado ao Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Urbanos e Regionais.

Área de concentração: Cidades e Dinâmica Urbana.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Figueiredo Suassuna

NATAL/RN

2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Marques, Anna Elisa Alves.

A fala do medo no bairro de Capim Macio / Anna Elisa Alves
Marques. - Natal, 2021.
115f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Figueiredo Suassuna.

1. Medo do crime - Dissertação. 2. Conselhos de Segurança -
Dissertação. 3. Capim Macio - Dissertação. 4. Teoria do Habitus -
Dissertação. 5. Pierre Bourdieu - Dissertação. 6. Associação de
Moradores - Dissertação. I. Suassuna, Rodrigo Figueiredo. II. Tí-
tulo.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 911.2:343.232(813.2)

Elaborado por Heverton Thiago Luiz da Silva - CRB-15/710



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 23/11/2021

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 44654/2021 - PPEUR (13.59)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 15/12/2021 18:58)

CLAUDIO ROBERTO DE JESUS

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DPP (13.33)

Matricula: 1014897

(Assinado digitalmente em 16/12/2021 10:11)

RODRIGO FIGUEIREDO SUASSUNA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CISO/CCHLA (13.14)

Matricula: 1012850

(Assinado digitalmente em 16/12/2021 14:01)

LUCIANE PATRICIO BARBOSA MARTINS

ASSINANTE EXTERNO

CPF: RESTRITO

(Assinado digitalmente em 16/12/2021 13:52)

NAJLA FRANCO FRATTARI

ASSINANTE EXTERNO

CPF: RESTRITO

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrn.br/documentos/> informando seu número:
44654, ano: 2021, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: 15/12/2021 e o código de
verificação: 7463859c79

AGRADECIMENTOS

Creio que para além da pesquisa aqui desenvolvida, o processo do mestrado proporcionou-me um crescimento pessoal imensurável, o qual sou muito grata.

A minha família, por ter investido no meu processo educacional e acreditado nos meus sonhos, principalmente, a minha mãe, Luiza, meu pai, Dehon e minha voinha, Geni.

Ao meu irmão Lucas, meu sábio irmão, obrigada por sempre ser um bom ouvinte.

Ao meu irmão Felipe, pelos bons momentos de folga assistindo desenho animado.

À Tata e a Ricardo, por todo o apoio e torcida.

Ao meu orientador, Dr. Rodrigo Suassuna, pela paciência e disponibilidade ao longo da orientação, principalmente diante dos desafios da interdisciplinaridade deste trabalho.

Ao professor Dr. Cláudio Roberto, obrigada por acolher todos e todas, muito além dos direcionamentos acadêmicos, as filosofias da vida e a icônica receptividade mineira.

Ao corpo docente e técnico do PPEUR, por ter me recebido com tamanha receptividade e carinho, todos os momentos vividos em sala de aula e nas bases de pesquisa engrandeceram este trabalho, um agradecimento especial às professoras Dras. Sandra Gomes, Sara Raquel, Ana Patrícia e Joana Moura, bem como à querida Rosângela.

Aos amigos que pude conquistar durante o processo do mestrado, obrigada por todas as trocas, foram essenciais ao processo, em especial, Lorena Barbosa, Letícia Souza, Tainá Porto, Artur Duarte, Isabela Bentes, Leônidas Carvalho e Thayane Campos.

Aos que já caminhavam ao meu lado nesta vida, meus queridos Raphael, Felipe, Priscila, Alier, Pamela, Daiany, Taiana, Eduardo e Lélia. Espero que vocês saibam o quanto são importantes em cada conquista minha. Além de Ryanny, Giovanna e Toni, pelas contribuições diretas a este trabalho.

Aos meus companheiros de artigos e de fofocas, Raissa Medeiros e Mateus França, obrigada por, dentre tantas trocas, mostrarem o sentido da pesquisa.

À Beatriz e Duda, por terem construído um espaço de acolhimento e escuta, que foi essencial para o desfecho desta jornada.

Por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa, e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por ser um espaço de transformação.

Acredito na qualidade da Universidade Pública e espero por ela sempre lutar.

Nós vos pedimos com insistência:

Não digam nunca - Isso é natural:

Sob o familiar, descubram o insólito.

Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável.

Que tudo o que é considerado habitual.

Provoque inquietação.

BERTOLD BRECHT

RESUMO

O medo de ser vítima da violência e da criminalidade desencadeia práticas sociais diversas, reorganiza o espaço público, molda as interações sociais, legitima ações institucionais antidemocráticas, estigmatiza os sujeitos, confunde o crime com outras questões urbanas, como a gestão inadequada do lixo, a prostituição e a existência de pessoas em situação de rua. Tal quadro impacta o bem-estar nas cidades, o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, o alcance de uma sociedade urbana mais igualitária e fraterna, por isso deve ser investigado. Nesse contexto, em Capim Macio, bairro de classe média da cidade de Natal/RN e campo da presente pesquisa, coexistem edificações de grande e médio porte, tendo em comum muros altos, cercas elétricas e monitoramento eletrônico, na maioria das ruas, pouca movimentação de pedestres e espaços públicos, como praças e quadras de esportes, porém, forte incidência de espaços privados, a exemplo de supermercados e instituições de ensino. Tendo como pressuposto o contexto descrito, o presente estudo busca, a partir da teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu, responder: “Como são estruturadas as práticas sociais das lideranças comunitárias de Capim Macio a partir do medo do crime?”. Trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa, de caráter descritivo, o que se explica diante do referencial teórico escolhido. Por meio das análises observatórias e documentais, além da aplicação de entrevistas semiestruturadas com lideranças das Associações de moradores e Conselhos de Segurança, foi possível extrair os processos socioespaciais e criminais desenvolvidos no bairro e as relações dos moradores com a violência, a criminalidade e o medo, desbravando as relações do *habitus* dos moradores que compõem os grupos e os diversos campos que atuam no bairro.

Palavras-chave: Medo do Crime; Bairro; Capim Macio; Teoria do *Habitus*; Pierre Bourdieu; Associação de Moradores; Conselhos de Segurança.

ABSTRACT

The fear of being a victim of violence and crime triggers diverse social practices, reorganizes the public space, shapes social interactions, legitimizes undemocratic institutional actions, stigmatizes the people, confuses crime with other urban issues, such as inadequate garbage management, prostitution and the existence of homeless people. This situation impacts the well-being in cities, the strengthening of democracy and human rights, the reach of a more egalitarian and fraternal urban society, all reasons why it should be investigated. In this context, in Capim Macio, a middle-class neighborhood of the city of Natal/RN and field of this research, large and medium-sized buildings coexist, having high walls, electric fences and electronic monitoring systems in common, with most streets having little movement of pedestrians and few public spaces, such as squares and sports courts. On the other hand, the neighborhood presents a strong incidence of private spaces, such as supermarkets and educational institutions. Based on the described context, this study seeks, in accordance with Pierre Bourdieu's habitus theory, to answer: "How are the social practices of the community leaders of Capim Macio structured from the fear of crime?". This is a predominantly qualitative research of descriptive character, which is explained through the chosen theoretical framework. By means of observational and documentary analyses, in addition to the application of semi-structured interviews with leaders of the Residents' Associations and Security Councils, it was possible to extract the socio-spatial and criminal processes developed in the neighborhood and the relations of residents with violence, crime and fear, exploring the relationships of the habitus of the residents who make up the groups and the various fields that operate in the neighborhood.

Keywords: Fear of Crime; Bairro; Capim Macio; Habitus Theory; Pierre Bourdieu; Neighborhood Associations; Security Council.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da cidade de Natal e sua atual divisão em Zonas Administrativas	44
Figura 2: Eixos de concentração do comércio e localização dos shoppings centers em Natal/RN	47
Figura 3: Bairro de Capim Macio, Localização na cidade de Natal, limites e espacialidade dos seus empreendimentos, conjuntos habitacionais e áreas de controle de gabarito.....	48
Figura 4: Ruas do bairro de Capim Macio	49
Figura 5: População de Capim Macio por faixa etária no ano de 2017	51
Figura 6: Equipamentos Urbanos no bairro de Capim Macio	52
Figura 7: Mortes Violentas Intencionais por 100 mil habitantes no Brasil e no Nordeste (2011 - 2019)	53
Figura 8: Número de Conduas Violentas Letais e Intencionais no Rio Grande do Norte e em Natal (2011 - 2019)	54
Figura 9: Roubos no Brasil e no Rio Grande do Norte de 2015 até 2019 por 100 mil habitantes.....	58
Figura 10: Notificações de roubos por Zona Administrativa da Cidade de Natal entre 2016 e 2019	59
Figura 11: Bairros de Natal com maior número de denúncias de furto entre 2016 e 2019 ...	60
Figura 12: Bairros de Natal com maior número de denúncias de arrombamento entre 2016 e 2019	61
Figura 13: Placa do projeto Vizinhança Solidária e Batalhão Participativo.....	64
Figura 14: Solicitação de policiamento em Capim Macio	65
Figura 15: Denúncias de roubo, furto e arrombamento no bairro de Capim Macio entre 2016 e 2019	66
Figura 16: Mapa da área 01 de Capim Macio	66
Figura 17: Fotos do conjunto Mirassol	69

Figura 18: Mapa da área 02 (Área A) de Capim Macio	70
Figura 19: Mapa da área 02 (Área B) de Capim Macio	71
Figura 20: Fotos da rua Engenheiro Roberto Freire e acessos aos Conjuntos dos Professores, Cidade Jardim e Village dos Mares	74
Figura 21: Foto da rua Sólon de Miranda Galvão, divisa entre o Conjunto dos Professores e a área do exército	75
Figura 22: Fotos da praça Hélio Galvão	76
Figura 23: Mapa da área 03 de Capim Macio	77
Figura 24: Parque Ecológico de Capim Macio	78
Figura 25: Mapeamento da comercialização do sexo no Parque de Capim Macio	79
Figura 26: Campanha de Conscientização de Descarte de Lixo	81
Figura 27: Foto do Recanto após a intervenção dos moradores de Capim Macio	82
Figura 28: Divisão por setores do Conselho de Segurança de Capim Macio	84
Figura 29: Beco de Capim Macio depois da revitalização promovida pelos moradores.....	86
Figura 30: Beco de Capim Macio antes da revitalização dos moradores	86
Figura 31: Mapa da área 04 de Capim Macio	87
Figura 32: Fotos da rua Expedito Alves no conjunto habitacional Flamboyants	88
Figura 33: Comércio e quadras de esporte da rua Expedito Alves no conjunto habitacional Flamboyants	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Características do entorno dos domicílios do bairro de Capim Macio no ano de 2010.....	50
Tabela 02: Tipo de morte por Zona Administrativa na Cidade de Natal entre 2015 e 2019.....	54
Tabela 03: Ocorrências da Lei de Drogas de 2016 até 2019 por Zonas Administrativas de Natal.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COINE - Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais do RN

CONSEG - Conselho de Segurança

CIOSP - Centro Integrado de Operações de Segurança

CVLI - Condutas Violentas Letais e Intencionais

CVP - Conduta Violenta contra o Patrimônio

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

INOCOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

OBVIO/RN - Observatório da Violência do Rio Grande do Norte

SEMURB - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal

URBANA - Companhia de Serviços Urbanos de Natal

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 COSTURANDO AS BASES TEÓRICAS	
1.1 VIOLÊNCIA, CRIME E MEDO DO CRIME	19
1.2 O ESTADO DA ARTE DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO SOBRE O MEDO DO CRIME.....	24
1.3 O <i>HABITUS</i> EM PIERRE BOURDIEU E O MEDO DO CRIME	30
1.4 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	37
CAPÍTULO 2 COSTURANDO AS BASES TEÓRICAS	
2.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DO BAIRRO DE CAPIM MACIO	43
2.2 CONTEXTOS E INDICADORES CRIMINAIS.....	51
2.2.1 DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO NORTE	51
2.2.2 CONDUTAS VIOLENTAS LETAIS E INTENCIONAIS EM CAPIM MACIO	54
2.2.3 CONDUTAS CONTRA O PATRIMÔNIO	56
2.2.4 CONDUTAS DA LEI DE DROGAS.....	59
2.2.5 ATUAÇÃO DO 5º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE...	60
CAPÍTULO 3 O COTIDIANO EM CAPIM MACIO E O MEDO DO CRIME	
3.1 ÁREA 01: CONSELHO DE SEGURANÇA DO CONJUNTO MIRASSOL.....	71
3.2 ÁREA 02: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO DOS PROFESSORES, CIDADE JARDIM E VILLAGE DOS MARES	71
3.3 ÁREA 03: CONSELHO DE SEGURANÇA DE CAPIM MACIO E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	78
3.4 ÁREA 04: CONJUNTO FLAMBOYANTS.....	88
CAPÍTULO 4: O HABITUS DAS LIDERANÇAS DO BAIRRO DE CAPIM MACIO E O MEDO DO CRIME	
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O <i>HABITUS</i> DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE CAPIM MACIO	81
4.2 COMO AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DESCREVEM OS CRIMES QUE SÃO OBJETOS DO MEDO?	94
4.3 QUAIS OS FATORES PRESENTES NO COTIDIANO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS FAVORECEM O MEDO DO CRIME?	96
4.4 QUAIS SÃO AS PRÁTICAS DESENCADEADAS A PARTIR DO MEDO DO CRIME?	101
4.5 COMO OS CAMPOS QUE ATUAM EM CAPIM MACIO SE RELACIONAM COM O <i>HABITUS</i> DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS?	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

INTRODUÇÃO

O estado do Rio Grande do Norte foi no início deste século apontado como um dos menos violentos do Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007), entretanto, diante de dinâmicas da América Latina e dos contextos brasileiro e local, foi considerado o mais letal em 2017 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Repercutindo ao lado dos indicadores, vários episódios, que aconteceram entre os anos de 2015 e 2017, a respeito da segurança pública, impactaram sobremaneira o estado e, principalmente a sua capital, a cidade de Natal, destacam-se: as várias rebeliões nas penitenciárias da Região Metropolitana de Natal, principalmente a ocorrida em Alcaçuz no ano de 2017, que deixou dezenas de apenados mortos e desaparecidos; e a greve de 14 dias da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, também no ano de 2017 (IPEA, 2019). Os fatos foram seguidos por marcantes consequências para Natal, sua capital, palco de queima de ônibus, suspensão das atividades comerciais e da administração pública, o que propagou a ideia de caos (MELO; RODRIGUES, 2017).

Toda a conjuntura apresentada em 2017 foi acompanhada por fortes repercussões na mídia regional e nacional (MEDEIROS, 2018), causando impactos no cotidiano dos natalenses. Comum observar conversas sobre a temática, medo de caminhar nas ruas, de frequentar bares e restaurantes ao ar livre, de ser vítima da criminalidade. Apesar do medo da violência letal estampado nas narrativas em toda a cidade, mais de 80% das condutas violentas letais e intencionais ocorridas no município em 2017 estavam concentradas nas zonas administrativas Norte e Oeste, justo as que detém os maiores índices de Vulnerabilidade Social da cidade (BARBOSA; GONÇALVES; LOPES, 2019).

Essa dissociação entre a vitimização letal e o medo do crime, a partir dos episódios que impactaram a segurança pública da cidade de Natal, despertou o interesse desta pesquisa, iniciada em 2018, com a estruturação do projeto, que sofreu diversas modificações ao longo dos anos, proporcionadas pela imersão no campo e pelo amadurecimento teórico.

Parte-se da compreensão de que o medo de ser vítima da violência e da criminalidade desencadeia práticas sociais diversas, reorganizando o espaço público, moldando a interação social, legitimando ações institucionais antidemocráticas, etiquetando os sujeitos, confundindo o crime com outras questões urbanas, como a gestão inadequada do lixo, a prostituição, a existência de pessoas em situação de rua e as artes urbanas. Esse quadro impacta o bem-estar nas cidades, o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, no alcance de uma sociedade urbana mais igualitária e fraterna, por isso deve ser investigado (ADORNO, 1996; CALDEIRA, 2000; DAVIS, 1993; PASTANA, 2005).

Nesse contexto, em Capim Macio, bairro de classe média da zona sul de Natal, e campo da presente pesquisa, a pesquisadora observou a coexistência de edificações de grande e médio porte, tendo em comum muros altos, cercas elétricas e monitoramento eletrônico na maioria das ruas, com pouca movimentação de pedestres e espaços públicos, como praças e quadras, porém forte incidência de espaços privados, supermercados, universidades e escolas.

Tendo isso em mente, o presente estudo analisa o medo do crime a partir da teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu. Este, formado por meio de uma estrutura de socialização, desencadeia nos indivíduos percepções e necessidades, impulsionando o que deve ser temido, onde é inseguro e quem deve ser evitado. A partir de processos interpessoais, as disposições cognitivas são acionadas e desencadeiam o medo do crime, provocando práticas sociais. Munido por esta teoria, o estudo busca responder: “*Como são estruturadas as práticas sociais das lideranças comunitárias de Capim Macio a partir do medo do crime?*”.

Trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa, de caráter descritivo, o que se explica diante do referencial teórico escolhido, que coloca o *habitus* no centro da discussão. A observação participante permitiu um acompanhamento mais próximo do objeto investigado, por meio da inserção nos grupos de *What's App* dos Conselhos de Segurança e no espaço físico do bairro. A pesquisa documental foi desenvolvida por meio de teses, dissertações, relatórios e bancos de dados dos órgãos oficiais e as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com seis lideranças comunitárias de Capim Macio. Por meio desse conjunto de técnicas foi possível extrair os processos socioespaciais e criminais desenvolvidos no bairro e as dinâmicas de construção dos grupos, suas percepções e relações com a violência e a criminalidade.

Os moradores que são lideranças dos grupos do bairro de Capim Macio foram escolhidos como sujeitos da presente pesquisa, a partir da compreensão de que as organizações de bairro possuem uma riqueza de narrativas concernentes ao fenômeno social analisado, o medo do crime, a partir das suas relações estabelecidas com os demais moradores, com o bairro e com agentes externos, ou seja, com a multiplicidade de atores que são mobilizados por essas associações.

O trabalho foi então dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo, teórico, propõe-se a discutir a literatura que sustenta o trabalho, assim, inicia-se marcando os conceitos de violência e crime, ressaltando suas diferenças e relações com o medo do crime. Posteriormente, realiza-se uma discussão sobre a construção dos significados do conceito de medo do crime e as possibilidades de sua investigação. Em seguida, discute-se a Teoria do *habitus* de Pierre

Bourdieu, que estrutura as análises adiante desenvolvidas, buscando um norte para a compreensão do medo do crime utilizado na pesquisa. Por fim, constrói-se um tópico sobre os percursos metodológicos desenhados para o desenvolvimento da investigação.

O segundo e o terceiro capítulo se propõem a desenhar considerações sobre a estrutura socioespacial e criminal do bairro de Capim Macio e descrever o cotidiano das lideranças comunitárias, a partir de dados da pesquisa documental, extraídos de teses, dissertações, banco de dados criminais e relatórios de órgãos oficiais sobre as mais variadas dimensões do bairro, como: aspectos históricos; dados demográficos, de comércio e estrutura urbana, os indicadores criminais de violência letal, patrimonial e dos crimes de drogas, além das entrevistas semiestruturadas.

O quarto capítulo busca compreender qual o *habitus* das lideranças comunitárias e as práticas desenvolvidas, a partir dos dados trazidos pelos capítulos anteriores e das seguintes provocações: (1) Como as lideranças comunitárias descrevem os crimes que são objetos do medo? (2) Quais os fatores presentes no cotidiano das lideranças comunitárias favorecem o medo do crime? (3) Quais são as práticas desencadeadas a partir do medo do crime? (4) Como os campos que atuam em Capim Macio se relacionam com o *habitus* das lideranças comunitárias?

CAPÍTULO 1: COSTURANDO AS BASES TEÓRICAS

O presente capítulo tem como função clarear as teorias e a metodologia utilizadas no presente trabalho. Dessa forma, desenvolve os conceitos de medo do crime; de crime e violência e suas relações com o medo; além do norte teórico escolhido para a análise deste fenômeno no bairro de Capim Macio, a teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu.

Para compreensão dos pontos trazidos por este capítulo, é necessário inicialmente entender o conceito de medo para as ciências sociais, a partir do qual direcionaremos esta pesquisa e algumas de suas implicações. O medo para Sérgio Adorno e Cristiane Lamin, conceito adotado nesta investigação, é traduzido como o:

(...) retraimento, individual ou coletivo, diante de fatos, acontecimentos, situações ou contextos percebidos como ameaças ou agressões à integridade física, psíquica ou moral dos seres humanos, ao patrimônio privado ou público, à identidade dos grupos sociais, aos bens coletivo protegidos pela lei, aos valores tidos como sagrados e dignos de respeito em comunidades e sociedades (ADORNO; LAMIN, 2008, p. 155, grifo da autora).

Pode-se apontar, a partir de tal conceito, que o medo possui os aspectos: (a) interpessoal e (b) comportamental, materializados no que os autores denominam de retraimento individual ou coletivo, e também (c) cognitivo, por meio das percepções de ameaça, condensados neste trabalho a partir da teoria do *habitus*. Adorno e Lamin (2008) alertam que para a compreensão sociológica das dimensões interpessoal e comportamental do medo, o que eles chamam de “reações de retraimento”, são necessárias algumas considerações. A primeira delas é a seguinte:

(...) as situações ou contextos percebidos como ameaças ou agressões variam no curso da história: são, nessa medida, construídos social e culturalmente. Os medos dominantes na história das sociedades que existiram no passado não idênticos aos medos que hoje predominam nas modernas sociedades urbano-industriais. As reações também variam diante das revoluções, das guerras ou de processos de comoção ou crise social em face das catástrofes, dos desastres, dos ciclos agudos de fome e miséria, de ondas de crime e de violência interpessoal ou ainda durante abruptos processos de mudança social cujo significado e direção escapam da compreensão dos indivíduos neles envolvidos (ADORNO; LAMIN, 2008, p. 155, grifo da autora).

A questão da modificação da percepção sobre os riscos, a partir dos movimentos da história, sendo uma construção social, está atrelada, no âmbito do medo do crime, às transformações do próprio conceito de violência, o qual varia a partir das disputas de poder presentes na sociedade, no tempo e no espaço vivido. É por meio dos conflitos identitários, de raça, gênero, etnia e religião que uma sociedade constrói os ideais do que é tolerável, estabelecendo o que é ou não violento e, a partir de interesses, normatiza tais condutas, transformando-as em crime (MISSE, 2019). É a partir do movimento de tais dinâmicas que as sociedades constroem

os temores. À vista disso, as discussões sobre violência e crime e seus significados ao longo da história são necessárias para a compreensão do fenômeno.

Outrossim, os processos de socialização de riscos, temores e significações que o medo traz à tona, requerem uma análise que se preocupe com a compreensão da mediação dos processos indivíduo/sociedade, por isso o presente trabalho traz a concepção de *habitus* de Pierre Bourdieu. O *habitus* seria para o autor o elemento mediador dos processos de interiorização e exteriorização das disposições dos indivíduos, sendo possível, a partir de sua investigação, compreender como as estruturas condicionam práticas sociais e quais as respostas criativas são desenvolvidas a partir dos estímulos da realidade. A partir disso, é possível entender a relação indivíduo-sociedade como resultante das experiências históricas individuais e coletivas e das suas interações com as situações do presente, não sendo, contudo, um destino, existindo uma margem de liberdade para a inventividade (BOURDIEU, 1994; 2004; 1992). Tal pensamento explica como as práticas sobre o medo do crime se diferenciam entre os agentes:

Enquanto os sentimentos de medo são compartilhados coletivamente, as reações individualizadas podem ser de intensidade e alcances diferenciados. Diante das mesmas ameaças, alguns poderão reagir com manifestações de dor e sofrimento; outros com silêncio; outros ainda reagirão com violência e agressão. Por fim, se as reações têm origem subjetiva, ou seja, nascem de sentimentos tão profundos do indivíduo que parecem não ser compartilhados com nenhum outro ser humano - tendem a se tornar comportamentos padronizados e objetivos em uma sociedade determinada e em momento igualmente determinado de sua história, traduzindo a disseminação de preconceitos contra todos aqueles - pessoas ou grupos - responsabilizados pelas ameaças ou potenciais agressões. (ADORNO; LAMIN, 2008, p. 155)

A investigação do *habitus* dos agentes sociais, além de suprir a discussão da historicidade do medo, atendem a outra questão posta por Adorno e Lamin (ADORNO; LAMIN, 2008, p. 155): “os diferentes grupos sociais também manifestam reações distintas diante de situações igualmente distintas e ameaças ou agressão: às mulheres em relação aos homens, os adultos em relação às crianças, os ricos em relação aos pobres”. Isto porque Bourdieu dispõe de uma discussão sobre os campos sociais, compreendendo que os agentes vivem em microestruturas relativamente autônomas onde os indivíduos ou coletivos ocupam papéis e disputam o poder. Nessas microestruturas, os agentes compartilham determinados *habitus* (BOURDIEU, 1992), determinadas percepções, a exemplo, sobre o que é perigoso.

Há múltiplas formas de compreensão sobre o medo do crime, não existindo uma mais ou menos correta, mas instrumentos de análise que devem ser utilizados a partir da necessidade do pesquisador, a definição de medo do crime é que dirigirá a pesquisa (SKOGAN, 1993).

O presente estudo parte do pressuposto de que o medo do crime integra o *habitus* a partir de suas dimensões cognitiva, interpessoal e comportamental. O *habitus*, formado a partir de uma estrutura de socialização, desencadeia nos indivíduos percepções e necessidades, impulsionando o que deve ser temido, onde é inseguro e quem deve ser evitado. As disposições cognitivas são acionadas e desencadeiam o medo do crime, provocando práticas sociais. Para além, as práticas sociais desencadeadas pelo medo do crime, embora sejam influenciadas pelas estruturas, formam ações próprias, a partir da interação entre *habitus* dos agentes e a realidade.

É a partir da teoria do *habitus* que a presente pesquisa busca responder “*Como são estruturadas as práticas sociais das lideranças comunitárias de Capim Macio a partir do medo do crime?*”. Para tanto, o presente capítulo se propõe a discutir os conceitos de violência e crime, de modo a entender como esses conceitos sofrem modificações ao longo da história e impactam no *habitus*; sobre a construção dos significados sociológicos sobre medo do crime, descrevendo e debatendo os múltiplos olhares e investigações sobre esse fenômeno complexo e, a discussão sobre o conceito de *habitus* de Bourdieu, que estrutura as análises adiante desenvolvidas. Por fim, no último subcapítulo, desenvolvem-se os percursos metodológicos que marcaram o estudo.

1.1 VIOLÊNCIA, CRIME E MEDO DO CRIME

A Violência e a criminalidade são temas caros para a sociedade brasileira, ocupando lugares de destaque nos jornais, no entretenimento e na agenda política, assim, acabam sendo objetos de pesquisa empíricos, antes de teóricos, já que suas concepções são extremamente influenciadas por questões político-ideológicas. As percepções sobre os seus conceitos não se resumem às experiências diretas com as condutas criminalizadas, pois perpassam por um simbolismo criado a partir da reação generalizada sobre os seus significados (PASTANA, 2005). Essas influências criam explicações simplistas e estereotipadas sobre as suas dinâmicas, impulsionando o medo, de forma a organizar o espaço público, moldar as interações sociais e legitimar ações institucionais antidemocráticas (CALDEIRA, 2000).

As falas do crime e da violência se constroem a partir de um círculo de medo, trabalhado e reproduzido por meio das discussões sobre o crime, que é, ao mesmo tempo, combatido e ampliado. As narrativas contagiam e a repetição das histórias propagam a sensação de insegurança e perigo (CALDEIRA, 2000). Nessa dinâmica, os conceitos de crime e violência são constantemente confundidos.

Em consulta ao Ngram do Google Livros, Misse (2019) verificou que os significados dados para o termo “*violence*” nos livros de língua inglesa dobraram entre 1960 e 2000, e “violência”, nos de espanhol, triplicou no mesmo período, enquanto a palavra “crime” quase não sofreu mudanças no número de citações. Isso implica, conforme o autor, no reconhecimento de que o termo “violência” possui maior abrangência e autonomia do que o termo “crime”.

Para Zaluar (1999), a violência é o emprego da força física que ultrapassa os limites dos acordos e regras que regem as relações sociais, implicando na negatização da conduta. Esse julgamento dos limites da força é delimitado por aspectos históricos e culturais, variando conforme o tempo e o espaço. Misse (2019) aponta que o sentido mais antigo e compartilhado da violência é o apontado por Zaluar, o emprego da força física face à integridade de um sujeito ou grupo. Contudo, hoje possui um significado mais abrangente, de acordo com as disputas de sentido presentes na sociedade.

Wieviorka (1997) aponta que foi a partir das transformações sociais dos anos 1960 e 1970 que ocorreu essa virada epistemológica, quando os pesquisadores perceberam que o conceito de violência não se traduzia apenas em um conjunto de práticas objetivas (como a violência física), passando por constantes e profundas mudanças de um período para outro e, portanto, devendo ser analisada na sua dimensão subjetiva, isto é, como a violência é sentida pelo indivíduo. A análise apenas da dimensão objetiva da violência ignora sua variação no tempo e no espaço, tentando infrutiferamente carregá-la de uma validade universal. Enquanto o enfoque estritamente subjetivo atribui à violência um ponto de vista relativo, de quem a sofre ou a narra, o que é restrito a um indivíduo ou grupo. Assim, restou a compreensão de que a violência é um fenômeno que tende a definições objetivas, ao passo que é produto dos mais variados processos individuais e coletivos.

A mudança no conceito da violência de acordo com o tempo e o espaço, segundo Elias (1994), decorre do processo civilizatório, a ampliação da dimensão do que é civilizado e pacífico coincide com o que é violência para cada época. Cada sociedade cria um padrão de hábitos e comportamentos para “acostumar” o indivíduo. São noções de mundo que dão sentido aos fenômenos sociais à medida que os constituem, representações sociais, que conforme aponta Porto (2010), explicam, disfarçam, apreendem, temem e denunciam a violência.

Nas palavras de Misse: “violência, conflito e poder estão emaranhados numa disputa de sentido na qual cada sujeito buscará legitimação para sua soberania, a qualquer custo, contra a soberania do outro” (MISSE, 2019, p. 25). Essa disputa se dá por meio da linguagem e da comunicação, a partir de conflitos identitários, de raça, gênero, etnia e religião. Para Misse

(2019, p. 25), “quando uma soberania recebe reconhecimento suficiente, ela irá recepcionar o sentido comum e, modificando-o para sua autopreservação, classificar o que será intolerável para a sua hegemonia. É o que deverá ser criminalizado”.

Por pressuposto, a definição de crime passa por avaliações morais e de interesses. Assim, quanto mais desigual a sociedade, maior a tendência de dividi-la em puníveis e não puníveis, perigosos e não perigosos (MISSE, 2019). Crime e violência são conceitos que se confundem no cotidiano, mas não são sinônimos. O crime nomeia comportamentos socialmente inadequados e sancionados por meio de normativas penais, de forma a expressar o dever ser social, enquanto a violência compreende dimensões objetivas e subjetivas que expõem o ser social, os conflitos, hierarquias e ideologias que permeiam a sociedade. Os operadores do direito e da lei são atores privilegiados para justificar e normatizar a violência, transformando-a em crime, mas não são os únicos a dialogar com os sentidos da violência, as representações sociais também orientam as ações dos atores sociais, sendo tão ou mais importantes que a lei posta (PORTO, 2010).

Essa discussão sobre os significados de violência e crime são de extrema importância quando se discute o medo do crime, uma vez que as percepções de risco estão atreladas às concepções dos cidadãos sobre o que é o crime e o que é a violência; conceitos esses, como visto, históricos, construídos socialmente a partir de uma série de disputas. Assim, o que por vezes os agentes denominam crime, é, na verdade, um ato representado enquanto violento, mas não uma conduta criminalizada.

As incivildades, isto é, atos que alimentam inquietações sociais, tais como cuspes, agressividade verbal, grafite, pichação, são ações representadas como violência, mas que não são criminalizadas. São atos geralmente apontados como crimes ou o seu primeiro passo (WIEVIORKA, 2006). A literatura divide as incivildades em dois tipos para uma melhor operacionalização e análise do fenômeno: (a) as incivildades físicas, tais como terrenos abandonados, ruas escuras, lixos, prédios abandonados, entulhos, espaços com pouca circulação de pessoas e (b) as incivildades sociais, que dizem respeito ao comportamento desviante, tais como prostituição, vandalismo, gangues, ingestão de álcool, prática do grafite (CAMINHAS, 2010). Percebe-se que as incivildades têm intrínseca relação com o contexto urbano, com as mudanças provocadas pela pluralidade da vida na cidade, o encontro com o outro e com os espaços de convivência estranhos que ela possui.

Neste trabalho, entende-se que a violência não pode ser analisada apenas em sua concepção objetiva, a partir da sua materialização e dos indicadores, mas, sim, sob a compreensão

de que há representações sociais que definem o que é violência, variando de acordo com fatores culturais e históricos, que também determinam o que é um ato criminoso e influenciando na percepção de risco dos agentes. Tendo em vista a historicidade que compõe os significados da violência e sendo o espaço urbano um componente central desta investigação, é imprescindível analisar o que é a violência urbana no Brasil contemporâneo.

Para Machado da Silva (2004), a violência urbana é uma representação coletiva, já que é usada pela população urbana para conceituar as práticas que violam a segurança da vida e do patrimônio. O autor ressalta que violência urbana não é sinônimo de qualquer crime ou violência, mas daquelas ações que impactam a rotina do cotidiano, as práticas sociais “hierarquicamente articuladas” (modelos de conduta) que fragmentam o cotidiano na cidade.

A violência urbana, enquanto representação social, é um desafio para a análise sociológica em virtude de sua ambiguidade: na medida que expõe o cotidiano fragmentado da vida urbana no Brasil, possibilita a descoberta do padrão de sociabilidade construído pelos dominados da sociedade como violência urbana, o que ele denomina “sociabilidade violenta”. O simbolismo da violência urbana acarreta o reconhecimento pela coletividade da fragmentação de suas rotinas, o que implica na construção de modelos de conduta para lidar com a insegurança e o medo que esta representação traz. É a partir desta construção da representação da violência urbana pelos dominados que a ordem social é validada e a vida se organiza através do desencadeamento de várias consequências, dentre elas o medo (MACHADO DA SILVA, 2004).

Esses modelos de conduta foram trabalhados por Misse (1999) ao desenvolver o conceito de “acumulação social da violência”, sob o prisma de que a violência urbana no Brasil é composta por práticas e representações sociais acumuladas ao longo do tempo (de meados da década de 50 aos dias de hoje), sendo, portanto, um fenômeno socialmente construído e que influencia a sociabilidade dos indivíduos na vida cotidiana. A violência urbana está mais relacionada ao modo como as pessoas vivem nas cidades na modernidade do que com o seu conceito apropriado pelo senso comum. Essa acumulação social da violência, dentre outras questões, desencadeia a ideia de “mal absoluto”, a composição coletiva de conceitos que compõem a vitimização, desencadeando uma generalização do medo e do sentimento de insegurança nos sujeitos. O inimigo está à espreita.

Essa ideia está relacionada com a criação do tipo “bandido” no Brasil, trabalhada por Michel Misse (1999) ao buscar compreender as questões relacionadas à construção social do crime no Rio de Janeiro. Desenvolvendo a teoria da “sujeição criminal”, o autor compreende que a acusação social no Brasil não se importa com a identificação e exposição das condutas

indesejáveis, criminalizadas, os sujeitos não precisam efetivamente cometer uma ação delitiva para serem considerados “bandidos”. Há grupos sociais, como pretos e pobres, que sofrem um processo de criminalização social e institucional em decorrência de suas características subjetivas e não por praticarem ações violentas.

O autor verifica que há uma busca por parte das instituições de controle, como a justiça criminal, em racionalizar o tipo ideal de criminoso, que é um “tipo social negativo”, justificando suas formas de julgar e punir não pela prática delituosa, mas pela possibilidade de praticá-la. Essa sujeição criminal legitima os atos violentos estatais e privados contra esse tipo social negativo. Imprescindível pontuar que essa sujeição criminal parte de uma reação moral social, que acaba por influenciar as leis e as normas, desenvolvendo o que é crime.

Para compreender a violência urbana no Brasil é necessário clarear que o próprio significado de violência é uma ferramenta de poder, imbuído por representações que legitimam históricas separações sociais. O conceito de bandido, tão presente nas narrativas do cotidiano, não identifica propriamente um sujeito violento e criminoso, mas um *modus* de existência próprio da zona urbana, que simboliza o que a moral social brasileira abomina. Esses movimentos impactam a percepção dos cidadãos sobre o que deve ser temido, construindo modelos de conduta para lidar com o medo que essas representações desencadeiam.

Essa compreensão sobre os significados dados pela sociedade brasileira sobre o que é violento auxilia na compreensão do medo em sua dimensão cognitiva, uma vez que tais concepções integram o *habitus* dos brasileiros, com diferentes significados a partir do campo em que estão inseridos, além da dimensão comportamental, uma vez que criam, nas palavras de Machado da Silva (2004), “modelos de conduta” para lidar com a insegurança.

O medo direciona a construção da política de segurança pública, impõe os moldes de ocupação urbana, constrói um ideal de cidade fragmentada, fechada, autosssegurada e mantida sob forte vigilância, promovendo a busca por homogeneidade e distância social (CALDEIRA, 2000). Toda a insegurança aliada à descrença nos sistemas de segurança pública que detêm o monopólio da violência, desencadeiam uma espécie de “legitimação” da segurança privada, tornando a “indústria do medo” uma das que mais cresce na atualidade, vendendo equipamentos de segurança patrimonial e pessoal, armas, seguros, câmeras, dentre tantas outras mercadorias que incorporam elementos prisionais e medievais de forma a atender os ideais de proteção da sociedade contemporânea, vendendo empreendimentos que prometem “segurança total” como um atributo para o “viver bem” (BAIERL, 2004; LIRA, 2017).

Dessa forma, cidades são marcadas por mecanismos de civilidade que restringem a ocupação de membros que não sejam considerados bem-vindos, bandidos. Altos muros são erguidos. Câmeras e cercas elétricas monitorando. Contratação de guardas privados. Compra de moradias em condomínios privados. Alarmes de segurança acionados. Plaquinhas com os dizeres “Resposta armada” postas. Espaços guardados pela polícia privada. As cidades, respeitando os contextos, os tamanhos e a região, são autossegregadas, permeadas por muita desconfiança no outro e no poder de controle estatal, buscando uma segurança 24 horas para firmar um distanciamento social e uma proteção às fronteiras.

São cidades fragmentadas, comunidades fechadas, autossegregadas, espaços públicos privatizados e mantidos sob vigilância, com dificuldade em construir ideais compartilhados de cidadania e pertencimento, com uma crescente demanda pela contenção do outro por meio da repressão policial, do Estado, do ataque ao outro por medo de estar sob ataque. Nesse contexto, o medo do outro se torna o Norte para a construção da política de segurança pública, o que impõe ao cidadão os moldes para ocupação da cidade, bem como o que cabe a cada sujeito, a partir das condições impostas por questões estereotipadas e simplistas.

1.2 O ESTADO DA ARTE DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO SOBRE O MEDO DO CRIME

Os primeiros estudos a unir o medo à violência foram realizados na década de 60 nos Estados Unidos, provocados pela centralidade que a segurança pública ganhava na sociedade norte-americana. As pesquisas iniciais objetivavam explicar o medo do crime a fim de subsidiar políticas públicas para reduzir a criminalidade. As investigações por meio de *surveys* partiam da premissa que o medo do crime estava atrelado à vitimização, assim, os grupos etários, o sexo e a raça mais vitimados apresentariam os mais elevados níveis de medo (GARLAND, 2008; ROCHÉ, 1993).

A década de 1970 foi marcada pela crítica aos estudos até então realizados, isto porque algumas pesquisas comprovaram que não havia uma implicação direta entre a taxa de vitimização e o medo do crime. Essas investigações focaram na ação criminosa em si, no seu nível de gravidade e na probabilidade de ocorrência do crime, tendo como resultado: o crime grave e com baixa probabilidade de ocorrer e o crime pouco danoso desencadeavam baixos níveis de medo. A guinada das pesquisas sobre o tema foi importante para a compreensão de que o medo do crime não está necessariamente associado à ocorrência do crime, mas sim ao risco objetivo

(a probabilidade real de um indivíduo ser vítima de uma conduta delituosa) (GARLAND, 2008; ROCHÉ, 1993).

Os estudiosos norte-americanos passaram a compreender que o medo era um resultado prejudicial do crime violento, as consequências sociais do crime não estavam apenas associadas às suas vítimas diretas, tendo relevância as formas e dinâmicas da vitimização indireta, sendo emblemático o medo do crime (WARR, 2000). Os franceses também compreenderam a importância dos estudos sobre o medo do crime, a pesquisa realizada por Chesnais (1981) auferiu que apesar da queda dos indicadores criminais na França da segunda metade do século XX, o sentimento de insegurança só crescia.

Nesse contexto, o medo do crime ganhou centralidade enquanto objeto de estudo desvinculado do crime, com um campo de pesquisa próprio, passando a fazer parte autonomamente do debate criminológico (FERRARO e LAGRANGE, 1987; MACHADO e AGRA, 2002). Os governos passaram a financiar massivamente pesquisas sobre as características e consequências do medo do crime (GARLAND, 2008). Para Lee (1999) as três primeiras décadas desses estudos foram marcadas pelo uso político do medo do crime pelos Estados (principalmente Britânico e Americano), que serviu à criação de políticas conservadoras, desenvolvendo o estigma do “perigo” para determinados sujeitos, lugares e classes sociais, intensificando o próprio medo do crime, que se tornou um problema social central no cotidiano dos cidadãos.

A utilização do medo do crime como um instrumento de controle social também foi narrada por Garland (1999). O autor apontou que as políticas punitivas do tipo “lei e ordem”, adotadas pelo governo inglês e vários outros nos anos 1980 e 1990, voltados à ideia de punição, visavam conter as inquietações sociais modernas, reafirmando a aptidão estatal em governar, por meio da ênfase no poder de punir. Tais políticas se fundaram na compreensão de que o crime é um fenômeno social posto, devendo-se desenvolver uma teia para o controle situacional, por meio do que o autor denomina de “criminologia do eu”.

Desde o final do século XX, têm-se construído investigações multidisciplinares sobre o medo do crime, que buscam quantificá-lo e compreender as suas implicações para os diferentes grupos sociais, desencadeando investigações complexas, que estudam as múltiplas práticas e representações sociais envolvidas no fenômeno (MACHADO e AGRA, 2002; WARR, 2000).

Apesar da riqueza das contribuições teóricas, não há consenso acerca do que é medo do crime e, em que pese a inexistência de um denominador comum, as pesquisas se norteiam por basicamente três dimensões do medo: afetiva, cognitiva e comportamental, que são utilizadas de forma unidimensional ou conjuntamente, permitindo uma melhor compreensão sobre o

medo do crime, a partir da necessidade do pesquisador (RIBOLI, 2017; MACEDO, 2017; SKOGAN, 1993).

Na dimensão afetiva, o medo do crime é uma reação emocional negativa ativada a partir do crime ou das suas representações sociais. A dimensão cognitiva corresponde à percepção do risco de vitimização, que pode ser individual ou social, sendo definida a partir de três questões: (a) preocupação com o crime; (b) avaliação de risco pessoal de vitimização e (c) avaliação de risco de vitimização na localidade onde se encontra. Por fim, a dimensão comportamental diz respeito às ações individuais sobre o crime, as reações provocadas pelas dimensões afetiva e/ou cognitiva, podendo desencadear três questões: evitamento, proteção e autodefesa (GUEDES, 2012; RIBOLI, 2017).

Ferraro e LaGrange (1987) são exemplos de pesquisadores que compreendem o medo do crime apenas sob sua perspectiva afetiva. Conceituaram-no como uma reação emocional de medo perante atos criminosos ou que representam crimes, diferenciando-o da percepção de risco que, para os autores, é a avaliação sobre os riscos de ser vitimado por um crime. Assim, o medo estaria no campo emocional e a percepção no cognitivo. Importante ressaltar que a avaliação que ele aponta ser realizada na percepção não se trata de um risco real, mas do julgamento a partir das representações que os sujeitos carregam sobre o crime, cheia de subjetividades (carregadas pelo processo de socialização). O medo seria, então, o efeito e a causa da percepção de risco, processos que para os autores se influenciam, mas não se traduzem.

Outros estudos abordam o medo do crime a partir de uma dimensão cognitiva, construindo o medo a partir de riscos concretos, compreensões emocionais e narrativas do crime (RIBOLI, 2017). É o caso da pesquisa de Skogan (1986), que, ao se debruçar sobre as narrativas de crime da vizinhança de um bairro, constatou que as conversas sobre crime entre vizinhos, principalmente os que foram vitimados, potencializavam o medo e as percepções sobre vitimização, por vezes muito maiores do que os riscos objetivos. No Brasil, uma pesquisa similar foi realizada por Tereza Caldeira (2000), a pesquisadora, ao analisar as narrativas sobre os crimes no contexto da cidade de São Paulo, compreendeu que as falas eram construídas a partir de um círculo de medo, sendo este não só reproduzido através das narrativas, mas produzido, ampliando a própria vivência da violência.

Nessa seara, estão inseridas as pesquisas que unem as questões sociodemográficas à percepção de risco, partindo da compreensão de que grupos socialmente e fisicamente mais vulneráveis são mais propensos à percepção de risco e ao medo. Assim, no tocante à vulnerabilidade social, muitos estudos apontam que os grupos com menor poder socioeconômico se

expõem mais aos riscos objetivos, vivendo em áreas dotadas de menor estrutura urbana e maiores índices de violência, fatos estes que desencadeiam uma maior percepção de risco e de medo. Por outro lado, há pesquisas evidenciam o contrário, ou seja, que grupos com melhores condições socioeconômicas se sentem mais vulneráveis em virtude dos seus bens, uma vez que estes possuem um maior valor agregado.

Outros pontos relevantes sobre a vulnerabilidade social e física são o gênero e a idade. Embora haja uma intensa discussão sobre quais faixas etárias e gênero possuem maior medo do crime, muito em virtude da defesa que os grupos com as menores taxas de vitimização serem os que mais temem, mulheres e idosos são considerados os grupos que mais temem o crime. Pesquisadores defendem que a explicação é que esses grupos possuem menor controle situacional, ou seja, possuem menores condições de reagirem às ocorrências, no caso das mulheres, há ainda a possibilidade de vitimização por crimes graves, como o estupro (FRATTARI, 2013).

Os pesquisadores da teoria da Ecologia Social do Medo, por sua vez, utilizam a dimensão cognitiva e comportamental, avaliando em que medida as particularidades organizacionais e sociais do ambiente urbano explicam as taxas de vitimização, que não estão para esses autores vinculadas apenas às características demográficas dos indivíduos, mas ao contexto em que eles se inserem. Tratando o medo como uma medida subjetiva da percepção do ambiente, esses estudiosos investigam as reações e atitudes que os indivíduos e grupos sociais tomam a partir do medo, compreendendo que ele desperta diferentes resultados. O medo se expressa por meio de evitamento de lugares públicos e determinadas ruas, redução de contato interpessoal, mudança de bairros considerados perigosos (SILVA e BEATO FILHO, 2013).

Há múltiplas formas de compreensão sobre o medo do crime, não existindo uma mais ou menos correta, mas instrumentos de análise que devem ser utilizados a partir da necessidade do pesquisador, a definição de medo do crime é que dirigirá a pesquisa (SKOGAN, 1993). A definição de medo utilizada na presente pesquisa é a construída por Sérgio Adorno e Cristiane Lamin:

“O retraimento, individual ou coletivo, diante de fatos, acontecimentos, situações ou contextos percebidos como ameaças ou agressões à integridade física, psíquica ou moral dos seres humanos, ao patrimônio privado ou público, à identidade dos grupos sociais, aos bens coletivos protegidos pela lei, aos valores tidos como sagrados e dignos de respeito em comunidades e sociedades” (ADORNO; LAMIN, 2008, p. 155)

Essa definição foi escolhida a partir da compreensão de que incidem sobre o bairro de Capim Macio riscos concretos e representações da violência¹ - “os contextos percebidos como

ameaças” -, que ativam percepções de risco, integrada ao *habitus* do agente, e desencadeiam práticas sociais - “retraimento individual ou coletivo”. A partir desse conceito, o presente trabalho utiliza as dimensões cognitiva e comportamental do medo do crime, a fim de compreender a avaliação do risco de vitimização dada pelos moradores do bairro e a preocupação com o risco, extraindo como essas questões impactam à dimensão comportamental do medo, a busca por proteção, evitamento e autodefesa.

Faz sentido, a partir da apropriação de tais instrumentos de análise, levar em consideração as concepções dos estudos que abordam o medo a partir das dimensões cognitivas e comportamentais, como os teóricos da Ecologia Social do Medo, que partem da compreensão sobre as particularidades do ambiente pesquisado (o contexto socioespacial inserido), que no presente caso é o bairro de Capim Macio, compreendendo que o medo é uma medida subjetiva de percepção do ambiente, investigada aqui a partir da teoria do *habitus* de Bourdieu. Além disso, essas questões se materializam por meio de uma série de práticas, como o evitamento de lugares públicos. Assim, podem contribuir com o estudo aqui desenvolvido. Além das pesquisas da Ecologia Social do Medo, outras investigações podem contribuir com o presente estudo, como os estudos de Girlin e Sparks (Apud GARLAND, 2000), Barry Glassner (2003), Lúcio Kowarick *et al* (1982) e Roché (1993).

Para Girlin e Sparks (Apud GARLAND, 2000), a compreensão sobre o medo do crime ultrapassou o próprio crime, eles observaram essa questão em um estudo realizado na Inglaterra, constatando que na realidade os medos não giravam em torno de atos criminosos, mas das transformações sociais e morais da modernidade, como o desemprego, a perda do *status* social e o anonimato. Por meio dos mecanismos de proteção como câmeras e vigilância privada, as pessoas delimitavam seu lugar em oposição ao lugar do outro. A pesquisa compreendeu que os moradores vinculavam as mudanças sociais e a crise econômica ao medo do crime, expressando nele as ansiedades e os conflitos que eram de outra ordem.

Barry Glassner (2003) notou que a mídia norte-americana dos anos 1990 se dedicava a noticiar coberturas de crime, cerca de 30% da notícia da imprensa escrita era sobre a criminalidade. Ao se propor a analisar os fundamentos de tais notícias, Glassner percebeu como a maioria delas, principalmente as de maiores repercussões, não representavam a realidade. Elas, na verdade, fantasiavam histórias, criando medos irrealistas. Ao analisar tais medos, o autor aponta como é simplista compreender que tais reportagens eram criadas e noticiadas apenas em decorrência da mediação da mídia. Sim, o sucesso do medo depende de como ele é expresso, mas, principalmente, se ele representa as ansiedades culturais daquela sociedade. Os Estados Unidos

pesquisado por Glassner, permeado pelo que ele denomina de “Cultura do Medo”, era um país imerso no desemprego, pois, entre os anos de 1980 e 1995, mais de 42 milhões de empregos tinham sido eliminados no país.

No Brasil, Lúcio Kowarick *et al* (1982) apontam que houve um aumento na criminalidade na cidade de São Paulo nos anos 1970, no entanto, o desemprego, as desigualdades de direitos, dentre outros fatores sociais, provocavam um medo difuso. Os autores compreenderam que mesmo com uma redução nos índices de criminalidade, persistindo as maléficas condições socioeconômicas, a violência ainda seria um problema. Em resumo, não adiantaria uma redução do crime sem compreender as representações sociais que compunham a violência naquele tempo e espaço.

Assim, o medo do crime não está associado necessariamente ao crime, mas às angústias de uma época e de um espaço, a partir das transformações sociais da modernidade. Algumas outras pesquisas compreenderam as consequências das incivildades para o medo do crime, sendo emblemática a de Roché (1993), que demonstrou que dos anos 1960 até os anos 1980 houve um real aumento dos indicadores criminais na França, contudo, o medo não se associava apenas ao risco de vitimização ou ao crime. Por meio de entrevistas realizadas, compreendeu que o sentimento de insegurança estava sobremaneira associado ao estrangeiro e ao medo das incivildades (cuspes, agressividades verbais entre vizinhos, o grafite). O medo do crime estava ligado aos anseios advindos com uma possível quebra da ordem, associada aos estrangeiros e aos ideais alheios à comunidade.

Embora tais estudos se atentem a outros países e a outros períodos, fazem sentido no contexto da presente pesquisa, uma vez que embora as concepções de violência e crime variem de acordo com fatores culturais e históricos, que também determinam o que é um ato criminoso e influenciam na percepção de risco dos agentes, a influência de fatores externos à normatização da conduta é uma máxima presente, já que a violência tem uma dimensão subjetiva, como discutido no subcapítulo 1.1.

Uma outra questão cara à discussão sobre o medo do crime é a confiança nas instituições da justiça penal. Para Ferreira (2003), um fator explicativo para o medo do crime está nas representações que circundam a ineficácia do sistema de justiça penal, baseadas na incapacidade das autoridades policiais, na morosidade do processo e no alto custo do procedimento criminal. A aparente incapacidade do sistema de justiça além de exacerbar o medo do crime, impacta na crescente instrumentalização de mecanismos de autoproteção e a promoção de organizações

não estatais de segurança como formas de suprir a ineficiência do Estado em assegurar o seu monopólio da violência.

O presente estudo parte do pressuposto de que o medo possui uma dimensão cognitiva e outra comportamental. O medo, em sua dimensão cognitiva, é uma disposição que integra o *habitus*. Este, desencadeia nos indivíduos percepções e necessidades, impulsionando o que deve ser temido, onde é inseguro e quem deve ser evitado. As disposições cognitivas são acionadas e provocam o medo do crime, enquanto elemento cognitivo, impulsionando práticas sociais, elemento comportamental.

Vale salientar que o medo do crime é um fenômeno influenciado pelos mais variados aspectos da vida cotidiana na cidade, inclusive aspectos que não dizem respeito a condutas criminosas, todavia são a elas associados. Essas duas dimensões do medo do crime, analisadas a partir da teoria do *habitus* de Bourdieu, auxiliam na compreensão de “*Como são estruturadas as práticas sociais das lideranças comunitárias de Capim Macio a partir do medo do crime?*”.

1.3 O *HABITUS* EM PIERRE BOURDIEU E O MEDO DO CRIME

O medo do crime é um fenômeno cotidiano, marcado por rotinas e rupturas que interferem na percepção de risco e demandam uma busca por segurança e punitividade, materializadas por meio de práticas sociais. O medo do crime parte de concepções e práticas estabelecidas socialmente, ao passo que ganha contornos singulares, por meio das ações dos agentes sociais. Para a compreensão dessas articulações entre percepção e prática, principalmente quando se embarca em uma pesquisa de bairro é necessário atingir o tecido social, mergulhando nas narrativas e expressões do dia a dia, unindo a análise das ações sociais e a teoria.

Pierre Bourdieu e a construção da sua concepção sobre o conceito de *habitus* serve ao propósito da presente pesquisa ao buscar solucionar a oposição entre objetivismo e subjetivismo, servindo à compreensão da mediação entre sociedade e indivíduo. Em sua construção teórica, indivíduo e sociedade são componentes de uma mesma realidade e não excludentes, dessa forma, a história social não se encontra apenas nas instituições, mas nos indivíduos.

O conceito de *habitus* é antigo, utilizado pela filosofia escolástica para traduzir a noção aristotélica de *hexis*, a ideia de que há processos de aprendizagem que ficam marcados no corpo e na alma dos seres humanos. O conceito foi utilizado por Durkheim no livro *Evolução Pedagógica*, em sentido similar ao dado por Aristóteles, compreendendo que as disposições sociais interiorizadas pelos indivíduos correspondem aos princípios de socialização aos quais eles estão inseridos (HÉRON, 1987; LAHIRE, 1999; SETTON, 2002).

Bourdieu resgata o conceito de *habitus*, compreendendo-o como:

(...) um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (...) (Bourdieu, 1983, p. 65, grifo da autora)

O *habitus*, para Bourdieu, orienta como o agente percebe, valora e julga o mundo, interferindo no modo como ele age, a partir da interiorização de estruturas sociais que são por si portadoras da história individual e coletiva do mundo. O *habitus* é adquirido por meio da interação social, das “transferências analógicas de esquemas”, por consequência, agentes sociais que compartilham vivências similares, tendem a incorporar as mesmas “disposições” e reproduzir as estruturas geradoras.

O *habitus*, no entanto, não é apenas condicionado, posto ser um sistema de disposições duráveis e transponíveis, mas condicionador das interações, das ações sociais, uma vez que é uma experiência adaptativa, constrói-se com as vivências, assim, os determinismos sociais não implicam na inexistência de rupturas, existindo um espaço de criatividade e inovação, a interação *habitus*-realidade acarreta a rotineira necessidade de adaptação e inovação, a partir das condições presentes no tempo e no espaço vivido, nesse sentido, destaca Bourdieu:

(...) essa tendência para agir de uma maneira regular - que, estando seu princípio explicitamente constituído, pode servir de base para uma previsão (o equivalente científico das antecipações práticas da experiência cotidiana) não se origina numa regra ou numa lei explícita. É por isso que as condutas geradas pelo *habitus* não têm a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo: o *habitus* está intimamente ligado com o fluido e o vago. Espontaneidade geradora que se afirma no confronto improvisado com situações constantemente renovadas, ele obedece a uma lógica prática, a lógica do fluido, do mais-ou-menos, que define a relação cotidiana com o mundo. (BOURDIEU, 2004, p. 98, grifo da autora)

Por essa via dupla, Bourdieu aponta o *habitus* como um sistema de estruturas estruturantes. A partir do *habitus*, disposições interiorizadas (a partir das estruturas), os indivíduos desenvolvem práticas e representações sociais (estruturantes) capazes de estruturar novas estruturas. Os agentes sociais agem a partir de uma estrutura estruturada que se converte em uma estrutura estruturante, o indivíduo apreende o que é perigoso ou não, apropriando-se dos saberes e reproduzindo-os, de forma criativa, de modo a estruturar novas práticas de proteção, a partir da realidade vivida (experiência prática), que, por sua vez, estruturam novas percepções sobre os perigos. O *habitus* é formado, então por:

(...) sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1994, p.61, grifo da autora).

O *habitus* é, então, uma subjetividade socializada, conciliando a histórica oposição entre indivíduo e sociedade, realidade exterior e individual. A teoria do *habitus* se opõe a um só tempo ao estruturalismo e ao construtivismo, os agentes constroem ativamente o mundo social por meio de instrumentos incorporados cognitivamente, ao passo que o mundo social construiu esses instrumentos (BOURDIEU, 1997). Aponta Wacquant sobre essa questão:

O *habitus* fornece ao mesmo tempo um princípio de sociação e de individuação: sociação porque as nossas categorias de juízo e de acção, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares (assim podemos falar de um *habitus* masculino, de um *habitus* nacional, de um *habitus* burguês, etc.); individuação porque cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas. Porque é simultaneamente estruturado (por meios sociais passados) e estruturante (de acções e representações presentes), o *habitus* opera como o “princípio não escolhido de todas as escolhas” guiando acções que assumem o carácter sistemático de estratégias mesmo que não sejam o resultado de intenção estratégica (...) (WACQUANT, 2007, p. 38)

O *habitus* é o elemento mediador dos processos de interiorização e exteriorização das disposições dos indivíduos, capta os que condicionam as práticas, assim como as respostas criativas a partir dos estímulos da realidade. Dessa forma, é o resultado das experiências históricas individuais e coletivas e das suas interações com as situações do presente, não sendo, contudo, um destino, existindo liberdade para a inventividade.

A partir das discussões até aqui postas, parte-se da compreensão de que o medo, em sua dimensão cognitiva, é uma disposição que integra o *habitus*. Este, formado a partir de uma estrutura de socialização, desencadeia nos indivíduos percepções e necessidades, impulsionando o que deve ser temido, onde é inseguro e quem deve ser evitado.

As disposições cognitivas são acionadas e provocam o medo do crime, enquanto elemento comportamental, desencadeando práticas sociais, elemento comportamental que, de acordo com a literatura sobre o fenômeno, gira em torno de três ações centrais: evitamento, proteção e autodefesa. Para além, as práticas sociais desencadeadas pelo medo do crime, embora sejam influenciadas pelas estruturas, formam ações próprias, a partir da interação entre *habitus* dos agentes e a realidade.

Em que pese tais contribuições, o conceito de *habitus* faz parte de uma estrutura relacional de análise, sendo o medo do crime também dotado de uma dimensão interpessoal, só podendo ser compreendido a partir da discussão dos conceitos de capital e campo. Isto porque a posição do agente no campo estrutura o *habitus*, a partir da internalização da estrutura social, ou seja, a lógica como cada campo se estrutura, interfere nos indivíduos como disposições duráveis e é interiorizada por meio do *habitus*. Por outro lado, o *habitus* exterioriza o campo.

Os campos são microestruturas relativamente autônomas, em que os indivíduos ou coletivos ocupam papéis e disputam o poder. Ou seja, são, ao mesmo tempo, espaços de força e campos de lutas. Campos de luta porque permitem que os agentes atuem a partir de suas posições, buscando transformar ou manter as estruturas; espaços de força, porque estruturam a posição dos agentes (BOURDIEU, 1992). Nesse sentido:

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada (BOURDIEU, 1997, p. 21).

O campo funciona por meio da luta dos grupos sociais que os compõem e que buscam transformar ou permear as suas estruturas de modo infraconsciente (BOURDIEU, 1992). A depender do campo em que o agente se insere, este irá se deparar com diferentes obstáculos, crenças, recursos e pressupostos. Um campo e outro difere nas condições postas para as práticas dos indivíduos.

Cada campo impõe um preço de entrada tácito: ‘Que não entre aqui quem não for geômetra’, isto é, que ninguém entre aqui se não estiver pronto a morrer por um teorema. Se tivesse de resumir por meio de uma imagem tudo o que acabo de dizer sobre a noção de campo e sobre a *illusio*, que é tanto condição quanto produto do funcionamento do campo, evocaria uma escultura que se encontra na catedral de Auch, em Gers, sob os assentos do capítulo, e que representa dois monges lutando pelo bastão de prior. Em um mundo como o universo religioso, e sobretudo o universo monástico, que é o lugar por excelência do *Ausserweltlich*, do supramundano, do desinteresse no sentido ingênuo do termo, encontramos pessoas que lutam por um bastão que só tem valor para quem está no jogo, preso ao jogo (BOURDIEU, 1996, p. 141).

O campo, enquanto microcosmo relativamente autônomo, possui uma lógica própria, apenas os seus “jogadores” entendem as “regras do jogo”, ou seja, só quem possui o *habitus* do campo em que atua compreende suas dinâmicas. O que diferencia os campos são as diferentes lógicas de disputas, como se adquire o capital. Cada campo possui um capital específico a ser disputado, aponta Bourdieu sobre essa disputa:

(...) relações objetivas são as relações entre as posições ocupadas nas distribuições dos recursos que são ou podem se tornar operantes, eficientes, a exemplo dos trunfos em um jogo, na concorrência pela apropriação dos bens raros que têm lugar nesse universo social. Esses poderes sociais fundamentais são, de acordo com minhas pesquisas empíricas, o capital econômico, em suas diferentes formas, e o capital cultural, além do capital simbólico, forma de que se revestem as diferentes espécies de capital quando percebidas e reconhecidas como legítimas. Assim, os agentes estão distribuídos no espaço social global, na primeira dimensão de acordo com o volume global de capital que eles possuem sob diferentes espécies, e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital, econômico e cultural, no volume total de seu capital (BOURDIEU, 2004, p. 154, grifo da autora).

Assim, as posições dos agentes nos campos são determinadas pela quantidade e qualidade do capital do indivíduo, que é incorporado como *habitus*. O autor traz o conceito de capital da economia, contudo, não se aplica apenas à ideia de capital econômico, mas cultural, político e simbólico. Constrói-se a ideia de que o indivíduo acumula tais capitais por meio da compreensão sobre as regras do campo, que conferem conhecimento e reconhecimento dos demais, fazendo-o ocupar determinadas posições na vida social, no campo. Quanto maior o capital, maior o prestígio dentro do campo (BOURDIEU, 1992).

(...) os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume do seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais bruta quanto seu peso relativo seja mais frágil. Essa pressão estrutural não assume, necessariamente, a forma de uma imposição direta que se exerceria na interação (ordem, influência etc.) (BOURDIEU, 1997, p. 30, grifo da autora).

Os agentes determinam a estrutura do campo, a partir do peso do seu capital, do conhecimento sobre as regras do jogo, ao passo que são influenciados pelas estruturas do campo, de acordo com a posição que ocupam. O campo ao qual o agente pertence e a posição que ocupa influenciam o seu modo de produção e consumo, ou seja, interferem no seu *habitus*.

A exemplo, em pesquisa realizada por Fábio Braga (2013) sobre a cultura organizacional do campo criminalística no Distrito Federal, ao diferenciar o campo criminalista do campo da polícia, caracteriza este como impulsionado pela guerra contra o crime. Aponta que o capital simbólico está insculpido em boas prisões, apreensões de armas e drogas, além da capacidade dos agentes em proteger o que denomina de “cidadãos de bem”. Esse capital fixa-se a partir de um *habitus* pautado nas percepções de um trabalho voltado para a “segregação, seletividade, uso da violência como meio de se impor e obter informações, corporativismo e alargamento do domínio do que é ilegal” (BRAGA, 2013, p. 76). Portanto, neste campo pautado na hierarquia,

além de outras questões relacionadas aos campos político e jurídico, quanto maior a capacidade do agente em deter tal capital simbólico, melhor a sua posição no campo da polícia.

Importante destacar que a distribuição do capital é desigual no campo, por isso, é permeado pela concorrência, a partir das estratégias dos indivíduos e grupos para tentativa de conservação ou transformação das estruturas sociais, por meio de relações de aliança, cooperação e concorrência entre as posições ocupadas. Dessa forma, o campo sempre está em conflito, estimulando o exercício de estratégias (BOURDIEU, 1992).

O conceito de estratégia de Bourdieu não diz respeito a uma ação pensada e calculada, mas produto da relação infraconsciente (com relação à estrutura) entre o *habitus* do indivíduo e o campo (BOURDIEU, 2004). As estratégias nascem como práticas desencadeadas pelos estímulos do campo, construídas a partir do *habitus*, não sendo conscientes, uma vez que se ajustam às necessidades da configuração social posta no campo (BOURDIEU, 1992). A “*illusio*”, nesse contexto, é a motivação do agente em desenvolver determinada estratégia (não consciente em relação às condições da estrutura), desencadeada pelo seu *habitus* (sua posição no campo), a partir de uma determinada situação (BOURDIEU, 1996).

A pesquisa desenvolvida por Rodrigo Suassuna (2008) teve como objetivo compreender, dentre outras questões, como o *habitus* dos policiais militares do Distrito Federal orientam suas ações no âmbito do seu exercício laboral, compreendendo que reformas na estrutura tática e organizacional das polícias são necessárias como forma de combater elementos como violência e abuso de autoridade, que são visualizados na cultura policial, devendo tal mudança ser operada no plano objetivo e subjetivo, de forma a modificar as necessidades objetivas incorporadas pelo agente policial. Nesse sentido, seria necessária a modificação dos estímulos operados pelo campo da segurança pública, de forma a desencadear novas estratégias e práticas sociais.

Quanto à autonomia do campo em relação aos demais campos do espaço social, segundo Bourdieu, ela é traduzida pela capacidade do campo em traduzir em uma linguagem específica as pressões e interferências de outros campos. Quanto mais fatores externos ficam nítidos no campo, mais dependente ele é de outros campos (BOURDIEU, 1997). Tratando do campo científico, Bourdieu teoriza:

Quanto mais um campo é heterônomo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas. Ao contrário, quanto mais um campo é autônomo e próximo de uma concorrência pura e perfeita, mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção de forças puramente sociais (argumento de autoridade, sanções de carreira etc.) e as pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas e, reciprocamente: para se fazer valer aí, é preciso fazer valer razões; para triunfar, é preciso fazer triunfar argumentos, demonstrações e refutações (BOURDIEU, 1997, p. 32).

A passagem acima transcrita pode ser utilizada para a compreensão de qualquer campo, não só o científico. Bourdieu desenvolve a ideia de que um campo é mais heterônomo quando é possível visualizar de forma nítida forças que são de outros campos. Assim, quanto mais um campo é autônomo, menos essas forças são compreendidas como dinâmicas de outros campos, e mais se observam questões próprias do campo de análise. O autor entende que um campo mais perfeito é aquele onde os agentes disputam com as armas do jogo, utilizando o mínimo possível de instrumentos de outro campo.

Isso não quer dizer que o campo pode ser totalmente autônomo, pois ele é marcado por pressões externas, isto é, pelas articulações entre o interno e o externo. Desse modo, se se pensar no campo científico, (a) disputas eleitorais e (b) crises econômicas são exemplos de fatores de outros campos que podem interferir no campo científico, a saber: na remuneração do pesquisador, no financiamento das pesquisas, na estrutura dos laboratórios. Ou seja, todas essas questões dependem de disputas de outros campos. É possível concluir, então, que embates externos exercem influências sobre as relações e dinâmicas estabelecidas nos campos, sendo estas mediadas pela estrutura do campo, pela posição ocupada pelo agente e pelas práticas desencadeadas. Quanto mais autônomo um campo, maior a capacidade de serem desenvolvidas regras próprias para o jogo, mesmo com a pressão de outros campos (BOURDIEU, 1993).

Um exemplo dessas pressões externas é visualizado por Janet Chan (2004) em uma pesquisa realizada com um grupo de policiais australianos, na qual ela buscava compreender a cultura organizacional e os seus processos de socialização. Ela partiu da compreensão de que a polícia é um campo com lógica própria. O pesquisador concluiu que os membros da organização policial estão arranjados em um sistema de hierarquia, tendo ao seu dispor níveis distintos de capital. Este capital pode ser acumulado por meio de conhecimento, habilidades, experiências, questões que compõem o capital cultural, boa vontade, cooperação, camaradagem, concernentes ao capital social, além de uma reputação favorável, gerando capital simbólico em relação aos demais membros do campo.

Assim, o referido pesquisador entendeu que apesar de tais valores existirem, eles são mutáveis, principalmente em razão das interferências de outros campos. Nesse sentido, Janet Chan (2004) exemplificou com o ele que denominou de “campo do poder”, o qual interfere na queda ou no aumento do apoio da gestão pública ao trabalho dos policiais, na diminuição da percepção social sobre a polícia, a exemplo de casos de corrupção, até mesmo nas modificações da dinâmica do policiamento, como a inclusão do policiamento comunitário.

A teoria do *habitus* desenvolvida por Bourdieu é uma ferramenta que possibilita a compreensão de uma certa regularidade nas disposições dos agentes e dos grupos que compõem um mesmo *habitus*, uma trajetória em comum. Tendo os moradores de Capim Macio como objetos de pesquisa, busca-se entender a partir do *habitus* como são estruturadas as práticas sociais.

Compreende-se aqui que o *habitus* é dotado dos elementos cognitivo, interpessoal e comportamental, assim, enquanto elemento mediador dos processos de interiorização e exteriorização das disposições dos moradores, o *habitus* permite ao pesquisador entender quais as percepções de risco desencadeadas a partir do medo do crime e como estas percepções produzem práticas sociais e respostas criativas, a partir dos estímulos e relações com a realidade social.

Para extrair essas questões do campo e responder à pergunta de pesquisa “*Como são estruturadas as práticas sociais das lideranças comunitárias de Capim Macio a partir do medo do crime?*”. Propõe-se quatro provocações centrais: (1) Como as lideranças comunitárias descrevem os crimes que são objetos do medo? (2) Quais os fatores presentes no cotidiano das lideranças comunitárias favorecem o medo do crime? (3) Quais são as práticas desencadeadas a partir do medo do crime? (4) Como os campos que atuam em Capim Macio se relacionam com o *habitus* das lideranças comunitárias?

1.4 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste subcapítulo serão apresentados os percursos metodológicos traçados para o desenvolvimento da investigação, de modo a cumprir os seus objetivos. O estudo tem uma abordagem predominantemente qualitativa, de caráter descritivo, o que se explica diante do referencial teórico escolhido, que coloca o *habitus* como centro da investigação. A partir disso, as técnicas de pesquisa utilizadas foram: a observação participante, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada.

A observação participante se deu em dois momentos, a partir da inserção da pesquisadora no grupo do *What's App* de um dos conselhos de segurança do bairro, bem como o acompanhamento das páginas dos conselhos e associações de moradores nas redes sociais *instagram* e *facebook*, o que viabilizou o acesso às narrativas, documentos, vídeos e imagens compartilhadas pelos moradores, que compõem suas crenças e formas de sociabilidade. Necessário destacar que o uso das redes sociais, principalmente o *What's App* não foi uma inovação da pan-

demia, os grupos virtuais observados se estruturaram anos antes e já possuíam dinâmicas próprias, a pandemia apenas potencializou a centralidade da comunicação por meio das plataformas.

Outro ponto observado foi o espaço físico do bairro, que possibilitou a compreensão das dinâmicas socioespaciais e despertou a necessidade de realização da pesquisa documental. Em síntese, a observação participante, facilitada diante da condição da pesquisadora, moradora de Capim Macio, possibilitou o acesso à realidade social investigada, auxiliando na estruturação da pesquisa, a partir da compreensão de elementos implícitos e explícitos decorrentes do cotidiano do grupo pesquisado (BRANDÃO, 1981).

A pesquisa documental, por sua vez, permitiu produzir o conhecimento sobre as dinâmicas socioespaciais e criminais operantes em Capim Macio, a partir de dissertações e teses, relatórios do município de Natal e do estado do RN, dados do Observatório da Violência do RN (OBVIO), da Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais do RN (COINE) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Além desse arsenal, foram extraídas informações da consulta pública de processos do Tribunal de Justiça do RN sobre as características das condutas violentas letais e intencionais perpetradas no bairro.

A compreensão sobre as dinâmicas socioespaciais em Capim Macio, como o desenvolvimento histórico do bairro, aspectos demográficos, dinâmicas urbanas foram importantes para investigação, uma vez que se relacionam com o *habitus* dos moradores, a partir das vivências no bairro, sendo extraídas, além da pesquisa observatória, por meio da investigação de trabalhos de dissertações e teses. Foram encontrados trabalhos sobre as dinâmicas da prostituição no bairro, a mobilidade urbana, atuação do mercado imobiliário, questões que possibilitam traçar alguns aspectos sobre o cotidiano dos moradores. Além de tais ferramentas, relatórios das Secretarias do Município de Natal foram importantes para a compreensão de aspectos demográficos, de renda e urbanos.

Sobre os indicadores criminais do bairro, compreensão igualmente relevante quando se trata de *habitus* e medo do crime, foi essencial analisar algumas questões sobre as estatísticas oficiais e confiabilidade dos dados, de forma a desviar de armadilhas. É que a mensuração de indicadores criminais atravessou e atravessa grandes dificuldades políticas e técnicas, sendo necessário compreendê-las para a utilização de forma cautelosa de seus resultados, para não recair em análises distantes da realidade, que servem à ideologização da discussão e plataforma política para discursos punitivistas, que não ajudam na gestão da segurança pública, perpetuando o próprio medo.

A contagem de homicídios sempre foi o mecanismo mais importante para mensurar a violência, em decorrência de sua gravidade e do seu alto índice de notificação, quando comparado a outras ocorrências. Os crimes contra o patrimônio, por exemplo, têm uma alta taxa de subnotificação, por vários motivos, mas principalmente pela descrença na resolução do delito e/ou pelo baixo valor do bem (FBSP, 2019).

Sobre as condutas contra a vida, a maior parte das pesquisas quantitativas realizadas no Brasil sobre Segurança Pública utilizaram os dados do Ministério da Saúde e os órgãos que compõem o Sistema Criminal do país (COSTA e LIMA, 2018). A primeira fonte é apontada como a mais confiável, uma vez que diz respeito aos registros de óbitos por homicídios computados pelos sistemas de saúde do país, significando, historicamente, uma menor subnotificação, em comparação aos demais bancos de dados. Acontece que os números da saúde se limitam a contar as mortes, apontando o lugar onde ocorreu, o sexo e idade da vítima, sendo impossível mensurar as motivações do óbito e a relação entre agressor e vítima, o que é imprescindível para a análise criminal (COSTA e LIMA, 2018; ZILLI e BEATO FILHO, 2018). Além disso, os dados só podem ser divulgados dois anos após a ocorrência, o que acarreta prejuízos para as análises, já que as dinâmicas criminais podem mudar de forma muito rápida.

Já os indicadores dos órgãos criminais, como o Ministério Público e as polícias, recaem em graves problemas de articulação do fluxo criminal. O fato que chega nas polícias militares nem sempre são transformados em inquéritos pelas Polícias Cíveis, os inquéritos nem sempre são remetidos ao Ministério Público, este nem sempre oferece denúncia ao Poder Judiciário. Essas perdas no fluxo prejudicam sobremaneira a construção de entendimentos criminais profundos no Brasil. Ademais, há um histórico déficit na transparência nas gestões brasileiras, com inconsistências graves de coleta, registro e categorização de dados nos citados órgãos e nas Secretarias de Segurança dos estados e municípios (COSTA e LIMA, 2018; ZILLI, 2018).

Diante dessas questões, a presente pesquisa optou por utilizar os dados quantitativos produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) ao tratar de informações nacionais, em virtude da metodologia utilizada pela instituição, que contempla a comparação de várias bases de dados, cruzando resultados e qualificando as informações fornecidas. Levando em consideração o Protocolo de Bogotá, adotado em 2016, na Conferência sobre Qualidade de Dados de Homicídios na América Latina e no Caribe, bem como dados de Mortalidade do Ministério da Saúde e das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, a instituição adota a nomenclatura Mortes Violentas Intencionais (MVI) para categorizar as vítimas de homicídio; la-

trocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenção policial em serviço e fora. Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território brasileiro.

Acerca das informações relacionadas ao estado do Rio Grande do Norte, a cidade de Natal e o bairro de Capim Macio, a pesquisa utiliza os dados do Observatório da Violência do Rio Grande do Norte, Instituto Marcos Dionísio Medeiros Caldas (OBVIO, 2020a), posto ser o projeto mais importante do estado com relação à contagem da Violência Letal. A partir da metodologia Metadados, ou seja, a interpolação de diversas fontes, o OBVIO traduz seus dados a partir do que denomina de Condutas Violentas Letais Intencionais (CVLI), ao categorizar as mesmas condutas que o FBSP denomina “Mortes Violentas Intencionais”.

Aliado a isso, por meio do banco de dados da Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais do RN foi possível compreender de forma mais profunda as condições das condutas letais ocorridas em Capim Macio, permitindo por meio da consulta pública do Tribunal de Justiça do RN compreender questões de raça, origem e idade da vítima e as condições da conduta. Isto porque a violência letal é o retrato mais comum do medo do crime, sendo importante compreender a fundo como se opera no bairro.

As dificuldades encontradas nas estatísticas criminais da violência letal se reproduzem nos indicadores de Condutas contra o Patrimônio e se potencializam, uma vez que dependem mais da vontade do cidadão em notificar a polícia. Essa “opção” do cidadão, conforme pesquisas realizadas na área, está extremamente relacionada a sua confiança na polícia e no sistema de justiça criminal (ADORNO e PASINATO, 2010; TRINDADE e LIMA, 2018). Assim, a presente pesquisa se ateu às estatísticas locais sobre o crime de roubo, as condutas de arrombamento e furto, bem como as condutas da lei de drogas, que também seguem essa lógica.

Aliada à observação participante e a pesquisa documental, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com as lideranças do bairro. As associações de bairro, conselhos comunitários, clubes, amigos do bairro são, segundo Paulo Silva (2017b) denominações para associações comunitárias urbanas de bairro que desde os anos 1980 se proliferaram pelas cidades, sendo compostos por diferentes sujeitos com os mais diversos interesses, tamanhos e recursos, que por meio da ação coletiva buscam concretizar seus direitos, seja por meio de práticas diretas ou pela pressão do poder público. As associações são:

Espaços encharcados de saberes e práticas abertas ao estudo das Ciências Sociais. (...) Essas associações comportam múltiplas dimensões, e interagem com inúmeras pessoas e outras organizações, mostrando-se, enfim, como espaços por onde circulam

recursos diversos, permitindo que os sujeitos arquitetem estratégias para viver a cidade e seus direitos. O estudo desse conjunto de fenômenos é de extrema importância, pois tem potencial para colaborar com a compreensão dos processos presentes na atuação dessas entidades, desvelando dinâmicas de associativismo e participação (...) (SILVA, 2017b, p. 141, grifos meus).

Os moradores que são lideranças dos grupos do bairro de Capim Macio foram escolhidos como sujeitos da presente pesquisa, a partir da compreensão de que as organizações possuem uma riqueza de percepções e práticas com relação ao fenômeno social analisado, o medo do crime, a partir das relações estabelecidas entre os moradores, destes com o bairro e com agentes externos, ou seja, com a multiplicidade de atores que podem surgir a partir das narrativas dos representantes dessas associações e expor quais os capitais e regras do jogo operantes.

Foram, então, realizadas seis entrevistas, com moradores entre 40 e 75 anos, sendo cinco mulheres e um homem. O contato com os agentes foi possível por meio da rede social *facebook*, plataforma que alguns desses grupos mantêm páginas ativas para diálogo sobre suas iniciativas. Os grupos que não possuem redes sociais públicas foram localizados a partir das narrativas e indicações das lideranças mapeadas pelo *facebook*.

Em decorrência da pandemia da corona vírus e por compor grupo de risco, duas das entrevistas se deram de forma remota, uma pela plataforma de vídeo do What's App e a outra pelo mesmo aplicativo, contudo, por meio de mensagens de voz. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro estabelecido, o que permitiu a sistematização do que se queria coletar com a pesquisa, por meio do referencial teórico e da pesquisa documental, com a liberdade de desbravar questões inesperadas trazidas pelos entrevistados (BATISTA et al, 2017). O roteiro foi estruturado por meio de perguntas sobre as vivências em Capim Macio e as práticas do grupo de bairro. Inicia-se buscando compreender os motivos pelos quais os entrevistados moram no bairro, extraindo algumas vivências e relações estabelecidas com a vizinhança, posteriormente a inserção nos grupos mapeados, como eles se organizam e quais práticas desenvolvem a partir de suas percepções sobre o bairro. Assim, nove questões nortearam as entrevistas:

1. Há quanto tempo mora no bairro?
2. Gosta de morar no bairro?
3. Quais motivos te levaram a morar em Capim Macio?
4. Como surgiu o grupo no bairro?
5. Como as pessoas se conheceram?
6. Quais motivos fizeram o grupo surgir?
7. Como o grupo funciona?

8. Como os participantes se encontram? Com qual periodicidade?
9. O que os participantes discutem através do grupo?

A pandemia do Corona vírus afetou a pesquisa apenas no tocante ao atraso de sua conclusão, diante dos protocolos de segurança adotados principalmente durante o ano de 2020. Os entrevistados se mostraram solícitos à participação no estudo logo quando flexibilizada a possibilidade de encontro presencial com distanciamento social e utilização de equipamento de proteção pessoal. Diante da temática e da importância da discussão para os entrevistados, a maioria das entrevistas foram realizadas presencialmente por pedido do participante. Assim, foram realizadas na sede das associações de bairro e nas áreas abertas das residências.

A análise das informações colhidas nas entrevistas foi realizada em conjunto com a observação participante e pesquisa documental. Em um primeiro momento, as entrevistas foram transcritas em sua integralidade e as narrativas foram caracterizadas a partir de pontos centrais verificados no referencial teórico. Nesta ocasião, os entrevistados foram identificados no texto a partir dos termos “Entrevistado”, “Liderança” e “Morador” e numerados para diferenciar suas falas de acordo com o grupo ao qual pertencem, de forma a preservar suas identidades. Em um segundo momento, foram estabelecidas as relações entre as observações, narrativas e a pesquisa documental, de forma a articular e descrever as informações colhidas com a pesquisa qualitativa. Por fim, os dados coletados foram confrontados com a literatura, buscando responder à pergunta de pesquisa traçada.

CAPÍTULO 2: CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS E CRIMINAIS DE CAPIM MACIO E O *HABITUS* DOS MORADORES

O *habitus* é construído a partir das vivências dos agentes, da interação social, assim, para a compreensão proposta pelo presente trabalho, torna-se necessário analisar as características socioespaciais e criminais presentes no lugar onde eles vivem e agem, é com o escopo de desbravar tais dinâmicas que nasce o presente capítulo.

2.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DO BAIRRO DE CAPIM MACIO

A cidade de Natal se localiza na região Nordeste do Brasil, como demonstrado na Figura 1, sendo a capital do estado do Rio Grande do Norte, fundada em 25 de dezembro de 1599. Ela é dividida em quatro Zonas Administrativas (Norte, Sul, Leste e Oeste), estando o bairro de Capim Macio localizado na Zona Sul da cidade.

Segundo os dados do Anuário de Natal 2017/2018 (SEMURB, 2018), a Zona Norte possui aproximadamente 355 mil habitantes, seguindo pela Zona Oeste com 233 mil, a Zona Sul com 175 mil e a Zona Leste detendo 115 mil habitantes. Contudo, com relação à densidade demográfica, a Zona Leste é a que possui o maior número de residentes em detrimento da área de seu território, seguida pela Zona Oeste, Norte e por último a Sul, com a menor densidade.

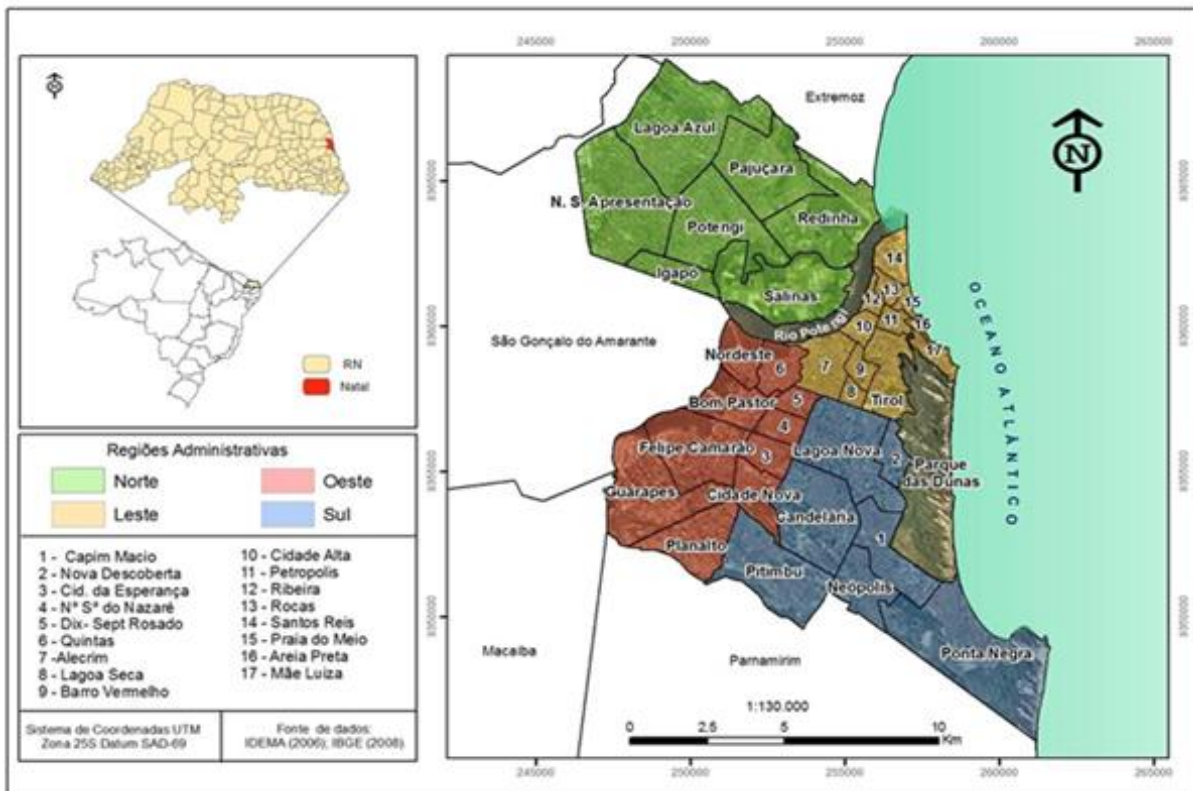


Figura 1: Localização da cidade de Natal e sua atual divisão em Zonas Administrativas. Fonte: Costa e Morais (2014, p. 242)

Até a década de 30, a área correspondente ao atual bairro de Capim Macio era uma zona rural, ocupada por sítios e fazendas, sendo construído em 1935, pelo Exército do Brasil, o Campo de Instrução de Capim, utilizado na Segunda Guerra como para pouso de aviões de pequeno porte. Assim, até a década de 70, o bairro era uma área militar, composta por fazendas e sítios e pela estrada de Ponta Negra, uma via que ligava a área urbana de Natal à praia de Ponta Negra, que na época era uma praia de veraneio (QUEIROZ, 2011).

A década de 50 foi marcada pelo forte crescimento industrial do Sudeste do Brasil e o aumento da desigualdade regional, com a redução da importância da Região Nordeste na economia nacional. A situação foi ao limite em 1958 com a seca que atingiu em cheio o sertão nordestino, acarretando a necessidade de investimento para recuperar a Região. Assim, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1959, com o objetivo de diminuir as desigualdades, a partir do financiamento internacional. A verba repassada pela SUDENE viabilizou a construção dos primeiros conjuntos habitacionais em Natal e proporcionou o desenvolvimento industrial, de serviços, do turismo e da extração de petróleo (PAULA, 2010). Tais investimentos foram de extrema importância para Natal, que sofria por causa do movimento migratório do interior do estado, em decorrência da seca e do declínio das atividades

comerciais com o final da Segunda Guerra (MEDEIROS, 2017). Aliado a isso, foi criado na década de 70 o Banco Nacional de Habitação, que intensificou a política habitacional na cidade.

O desenvolvimento acima descrito desencadeou o surgimento de um setor de serviços na cidade, com a criação de bancos, supermercados, centros comerciais, impulsionados pelo Estado, que teve um papel primordial na produção do espaço urbano de Natal, marcado por obras que promoveram a ampliação da cidade e a sua clara divisão em classes sociais. Nesse sentido, parcialmente em razão da localização industrial da cidade, a Zona Norte foi ocupada por pessoas com poder aquisitivo mais baixo, enquanto que os grandes investidores desenvolveram a Zona Sul (PAULA, 2010).

Na Zona Sul, entre a década de 70 e 80, foram criadas as primeiras instalações do que viria a ser o Campus Universitário, o Centro Administrativo do Estado e o maior estádio de futebol do RN (onde hoje se localiza o estádio Arena das Dunas), o Castelo Branco e o primeiro *shopping center* de Natal, o Cidade Jardim. Importante ressaltar que essas foram as principais obras do governo militar e representaram a criação de uma nova centralidade para Natal, uma vez que o Governo antes se localizava no bairro de Cidade Alta (Zona Leste), sua mudança para o eixo sul representou essa expansão da cidade (LIMA, 2001).

Assim, a década de 70 foi marcada pela expansão de Natal, que impactou o bairro de Capim Macio por meio dos financiamentos habitacionais promovidos principalmente pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio Grande do Norte (INOCOOP). Foram construídos os conjuntos de Mirassol (1971), Cidade Jardim (1973), dos Professores Universitários (1979), Flamboyants (1985) e outros conjuntos menores em 1991 (QUEIROZ, 2011; MEDEIROS, 2013). A construção do Conjunto dos Professores foi extremamente influenciada pela presença do Campus Universitário no bairro de Lagoa Nova, que faz fronteira com a área de Capim Macio (SEMURB, 2012).

O investimento em equipamentos urbanos também esteve presente, como a construção da Avenida Roberto Freire e o Viaduto de Ponta Negra (que apesar do nome se localiza no bairro de Capim Macio) e, posteriormente, na década de 80, o *shopping* Cidade Jardim, e o supermercado Nordestão. Necessário ressaltar que investimentos em Ponta Negra tiveram fortes impactos em Capim Macio, já que é o bairro que o conecta ao resto da cidade de Natal, assim a ampliação da rede hoteleira, do turismo, a construção da Via Costeira e do Centro de Convenções reverberaram na imprescindibilidade da modernização de Capim Macio (QUEIROZ, 2011).

Diante do desenvolvimento da área na década de 90, Capim Macio, mais especificamente a avenida Roberto Freire, tornou-se uma centralidade da cidade de Natal, a partir, principalmente, da dinamização de seu comércio (QUEIROZ, 2011). Assim, em 1993 foi fundado o bairro de Capim Macio, de acordo com a Lei 4.327 de 1993, fazendo fronteira com os bairros de Lagoa Nova, Candelária, Neópolis, todos da Zona Sul da cidade (SEMURB, 2012), e o Parque das Dunas.

Dessa forma, hoje, o bairro conta com uma variedade de comércio e serviços, como bancos, centros de artesanato, faculdades particulares, farmácias, postos de combustíveis, todos os supermercados de maior relevância da cidade, além dos hipermercados, *shoppings centers* de médio e pequeno porte, que são voltados à suprir as demandas turísticas e dos moradores do bairro, detendo 7% das empresas ativas da cidade, estando entre os sete bairros com o maior número de estabelecimentos comerciais (MEDEIROS, 2017). Além de concentrar o comércio local, o calçadão da Roberto Freire é uma forma de lazer para a população local, onde se pode realizar atividades físicas, posicionando-se ao lado do Parque das Dunas, uma vasta área de proteção ambiental (QUEIROZ, 2011). O mapa abaixo ilustra os eixos que concentram os maiores comércios de Natal, dentre eles, em amarelo, a Avenida Roberto Freire, onde é possível visualizar que o bairro comporta quatro *shoppings centers* de médio e pequeno porte.

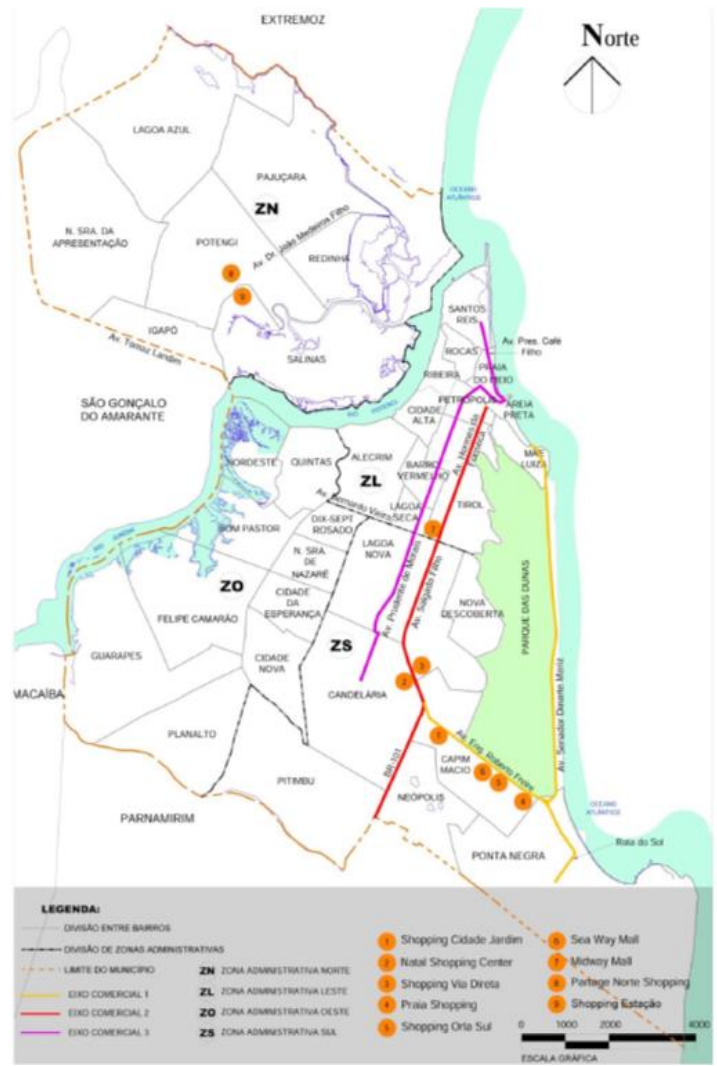


Figura 2: Eixos de concentração do comércio e localização dos shoppings centers em Natal/RN. Fonte: Medeiros (2017, p. 130)

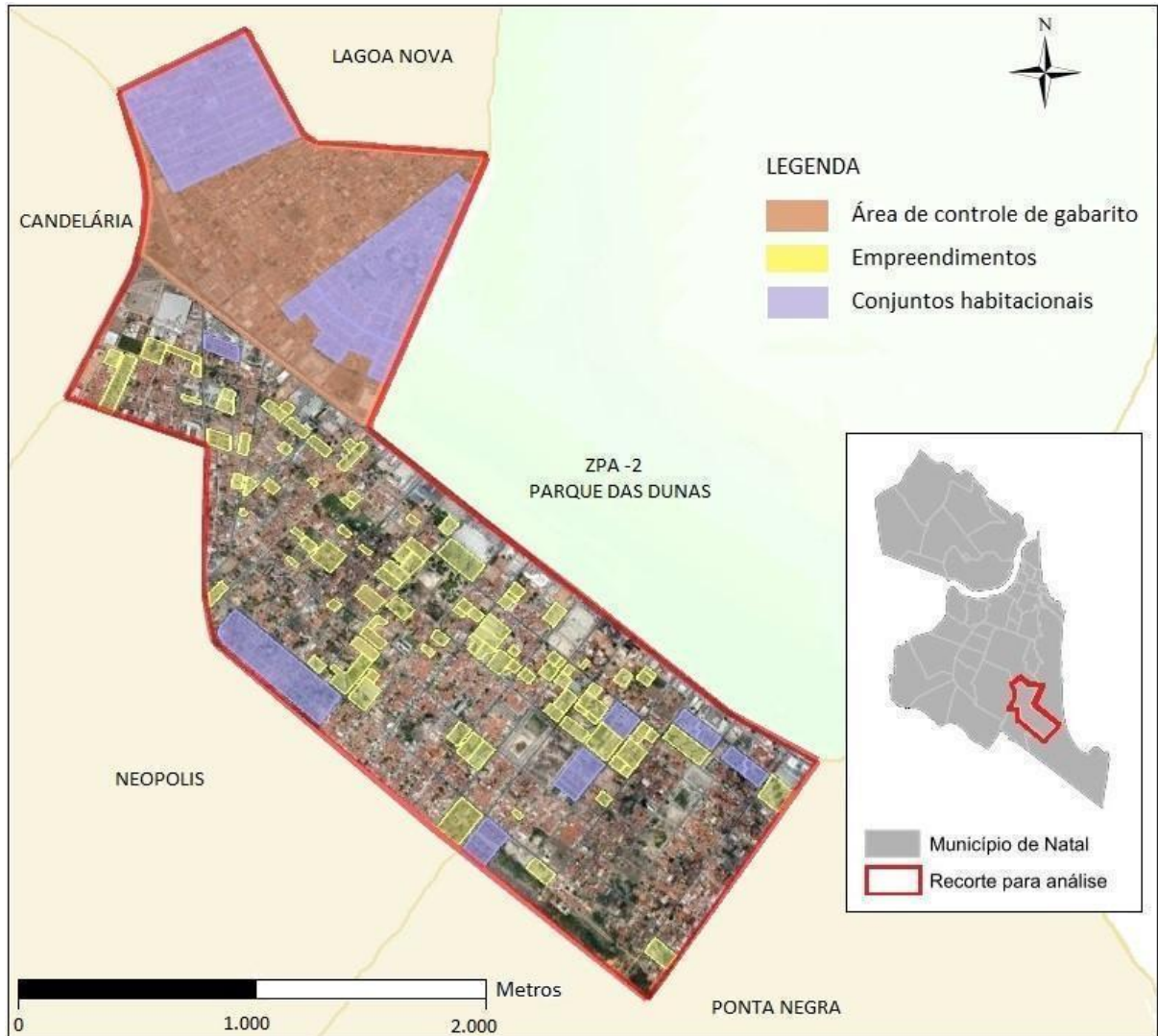


Figura 3: Bairro de Capim Macio, Localização na cidade de Natal, limites e espacialidade dos seus empreendimentos, conjuntos habitacionais e áreas de controle de gabarito. Fonte: VIÉGAS (2018, p.12)

Capim Macio é o quarto bairro de Natal com maior produção imobiliária de acordo com dados entre 2000 e 2010. Mas, ao contrário dos outros três, constitui uma região de concentração mediana de unidades habitacionais. Isto porque o coeficiente de adensamento permitido na região é o mais baixo, igual a 1,2, o que caracteriza uma zona não adensável. Apesar dos entraves legislativos, o bairro, desde os anos 90, passa pela intensificação do processo de verticalização e adensamento (VIÉGAS, 2018). Pode-se explicar o investimento do mercado imobiliário na região em virtude de três fatores: (i) pela qualidade do sistema viário (principalmente a Roberto Freire), (ii) pela localização privilegiada, enquanto elo entre Ponta Negra e as demais partes da cidade e (iii) por seus elementos físicos, como bairro plano, extenso e com lotes grandes, possuindo uma das maiores taxas de IPTU de Natal (TORRES, 2019, SILVA; SOBRI-NHA; CLEMENTINO, 2006). É possível visualizar a partir da figura 3 a espacialização dos

empreendimentos e conjuntos habitacionais, bem como a área de controle de gabarito mais intensa, possuindo empreendimentos mais horizontais.

Diante do quadro, com base nos dados de 2010 do IBGE, 44,5% dos cidadãos moram em casas e 49,31% em apartamentos, enquanto 6,01% residem em vilas ou condomínios (SEMURB, 2012). A Figura 4 ilustra a paisagem do bairro, a partir da coexistência de edificações de grande e médio porte e casas, tendo em comum muros altos e cercas elétricas. Além disso, a partir da observação realizada foi possível visualizar a baixa incidência de pedestres nas ruas.



Figura 4: Ruas do bairro de Capim Macio. Fonte: Google Maps, 2021. Fonte: Elaboração própria com base nas imagens retiradas do Google Maps (2021).

Capim Macio é um dos três bairros da Zona Sul com o maior número de vazios urbanos, direcionados à especulação imobiliária. O terreno que mais chama atenção é o ocupado pelo antigo supermercado Bompreço, do grupo Walmart, localizado na avenida Roberto Freire, que encerrou suas atividades no ano de 2012 e até hoje se encontra fechado (SILVA, 2017a).

Quanto às características no entorno dos domicílios de Capim Macio, com base nos dados da SEMURB (2018), colhidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) em 2010, o bairro possui boas condições de arborização, com ruas pavimentadas e iluminadas e com uma boa gestão de lixo e de esgoto, conforme os dados abaixo.

Característica	Existe (%)	Não Existe (%)
Identificação de Logradouro	85,99	14,01
Iluminação Pública	99,85	0,15
Pavimentação	93,38	6,62
Calçada	97,64	2,36
Bueiro/Boca-de-lobo	49,46	50,54
Meio-fio/Guia	97,2	2,8
Rampa para Cadeirante	1,93	98,07
Esgoto a céu aberto	0,68	99,32
Lixo acumulado nos logradouros	1,75	98,25
Arborização	79,54	20,46

Tabela 01: Características do entorno dos domicílios do bairro de Capim Macio no ano de 2010. Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Anuário de Natal 2017/2018 (SEMURB, 2018)

Esta é uma realidade da zona sul de Natal, no geral, a qual concentra os bairros com poderes aquisitivos médios e altos. Assim, a Zona Sul tem uma renda média mensal em salários-mínimos de 3,45, enquanto a renda média da Zona Leste é de 2,86 salários-mínimos, a Zona Oeste possui média de 0,99 salários-mínimos e, por fim, a Zona Norte tem média de 0,92 (SEMURB, 2018). Tais dados se relacionam com a questão de a Zona Sul ser a que possui maior acesso à iluminação pública, ruas pavimentadas, meio fio/guia, boa estrutura de bueiros, maior número de rampas para cadeirantes nas ruas, pouca incidência de esgoto a céu aberto e de lixo acumulado nos logradouros. Além disso, sua população tem maior acesso à internet, tablet, televisão, telefone celular e equipamentos extremamente importantes no contexto da globalização.

No tocante às características sociodemográficas de quem habita o bairro, a Zona Sul, no geral, tem o maior índice de envelhecimento da cidade, detendo o maior número de pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas maiores de 15 anos, conforme projeção realizada pelo IBGE para 2017, quadro presente no bairro de Capim Macio, ilustrado pela figura 5 (SEMURB, 2018).

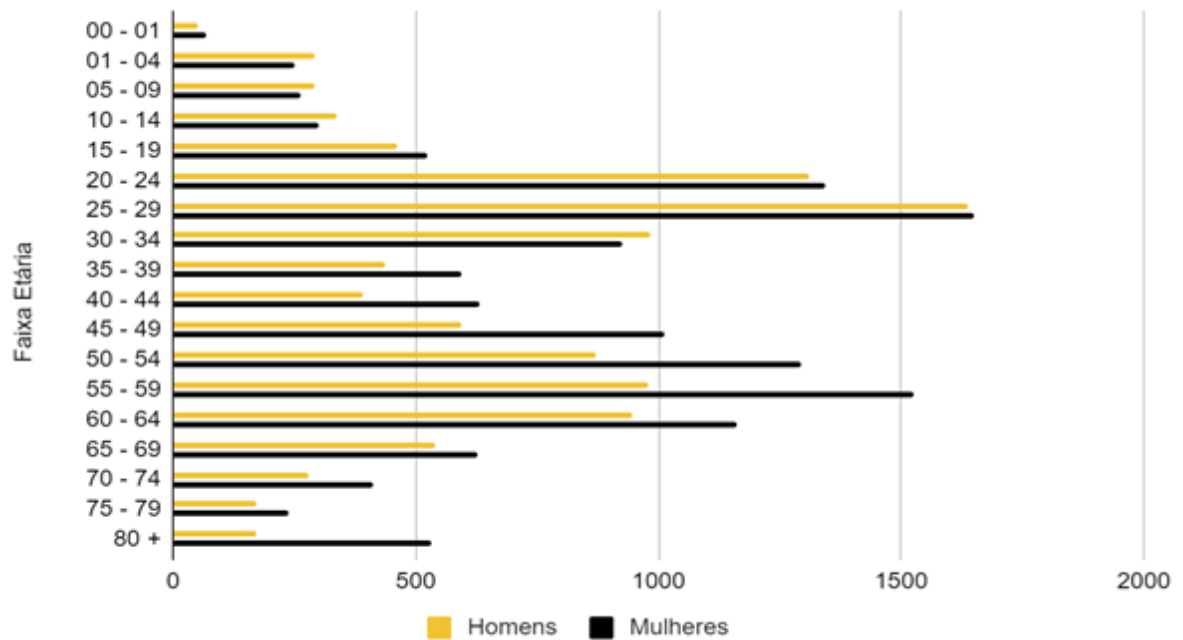


Figura 5: População de Capim Macio por faixa etária no ano de 2017. Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Anuário de Natal 2017/2018 (SEMURB, 2018).

Por fim, quanto aos equipamentos urbanos públicos, Escolas, CMEIS, Unidades de Segurança Pública, Praças, Unidades de Saúde, Equipamentos Desportivos (quadras de esporte), visualiza-se um baixo número de escolas e unidades de saúde, principalmente públicas, sendo Capim Macio o bairro da Zona Sul com o menor número deles (SEMURB, 2018).



Figura 6: Equipamentos Urbanos no bairro de Capim Macio. Fonte: (SEMURB (2012, p.12)

2.2 CONTEXTOS E INDICADORES CRIMINAIS

2.2.1 DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO NORTE

As mortes matadas no Brasil são extremamente mal distribuídas, sendo mais incidentes entre pessoas com as seguintes características: homem, jovem, negro, pobre, residentes das periferias das cidades brasileiras. E a desigualdade também está fortemente presente entre as regiões e os estados brasileiros (FBSP, 2019).

Segundo Bruno Manso (FBSP, 2018), nos anos 1980 e 1990, os estados do Norte e do Nordeste tinham as menores taxas de homicídios do Brasil. Em razão disso, a segurança pública não estava no centro das demandas sociais em cidades como Natal, Belém e Fortaleza. Enquanto isso, apenas os estados do Sudeste e do Centro-Oeste ocupavam posições de destaque

nos índices de Mortes Violentas, exceto Pernambuco, o qual ocupava a segunda posição. O início da mudança se deu a partir dos anos 2000, iniciando com São Paulo, que manteve uma queda consistente dos indicadores durante 18 anos, enquanto os estados do Norte e do Nordeste viram suas taxas de homicídio aumentarem vertiginosamente, especialmente no ano de 2017.

Como é possível observar, o ano de 2017 bateu recorde de violência letal no Brasil, ilustrado na figura a seguir estando os estados do Norte e Nordeste no topo (Rio Grande do Norte (67,2 por 100 mil), Acre (63,9), Ceará (59,1), Pernambuco (57,3), Alagoas (57,1), Sergipe (55,7), Pará (53,5), Bahia (45,5) e Roraima (40,4). A seguir, o gráfico 01 demonstra a evolução das Mortes Matadas de 2011 até 2018 no Brasil e no Nordeste, evidenciando que os números da referida região superam as médias do país, particularmente em 2017.

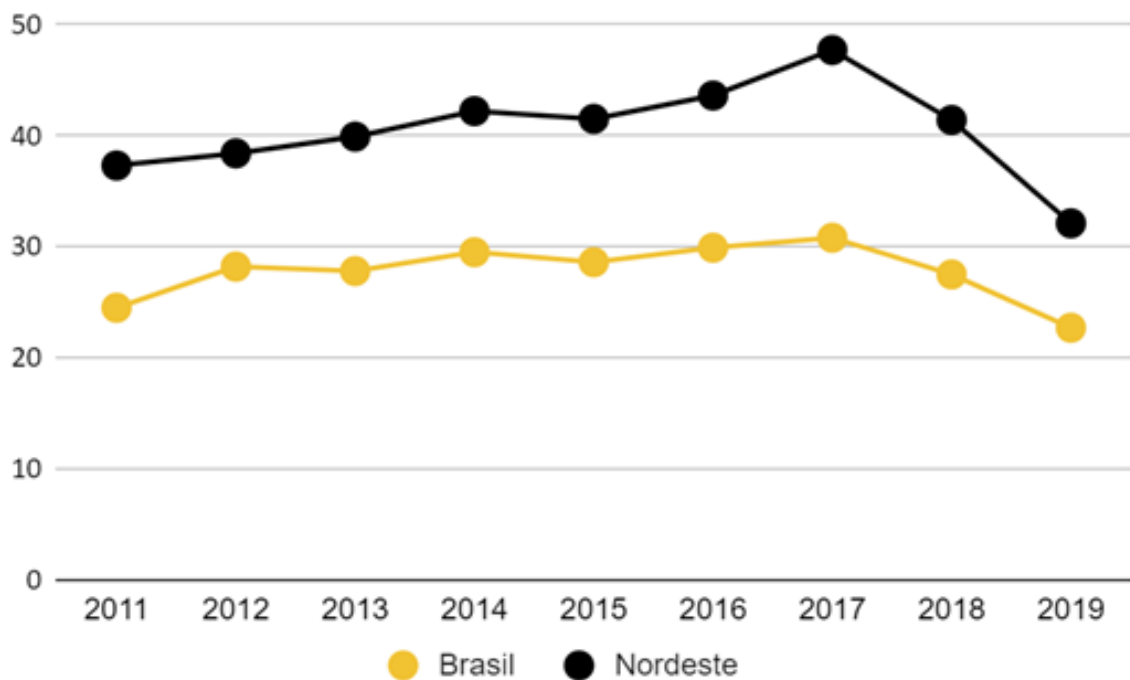


Figura 7: Mortes Violentas Intencionais por 100 mil habitantes no Brasil e no Nordeste (2011 - 2019). Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020)

Muitas teses surgem com o objetivo de explicar essas reconfigurações, buscando compreendê-las a partir de taxas de encarceramento, de Índices de Desenvolvimento Humano, Produto Interno Bruto do país, taxas de desemprego, cobertura do programa Bolsa Família, orçamento policial e porte de armas (FBSP, 2018; FBSP, 2019; IPEA, 2019).

A visível queda de letalidade no ano de 2018, principalmente nos estados que a guerra entre as facções eclodiu em 2017, é associada por muitos pesquisadores ao processo de acomodação dos conflitos, tendo em vista que é economicamente inviável sustentar esses conflitos de forma contínua por tanto tempo, a perda de vidas prejudica os lucros das organizações (FBSP,

2018; FBSP, 2019; IPEA, 2019). Além disso, Bruno Manso aponta para ações de inteligência dos estados, que desestimularam novos embates (FBSP, 2019).

De todo modo, pouco se sabe de uma forma aprofundada sobre todas as dinâmicas que afetam as quedas dos indicadores a partir de 2018, muito em decorrência do pouco investimento no Brasil em monitoramento e avaliação de políticas de segurança pública e em tecnologia que viabilize uma maior compreensão dos contextos regionais e nacional (FBSP, 2019).

No tocante ao estado do Rio Grande do Norte, as Conduas Violentas Letais oscilaram entre subidas e quedas entre os anos de 2011 e 2015, a partir de 2015 até 2017, no entanto, elas passam por um progressivo aumento, chegando no pico histórico em 2017 e decaindo de 2018 até 2019, como é possível visualizar na figura abaixo.

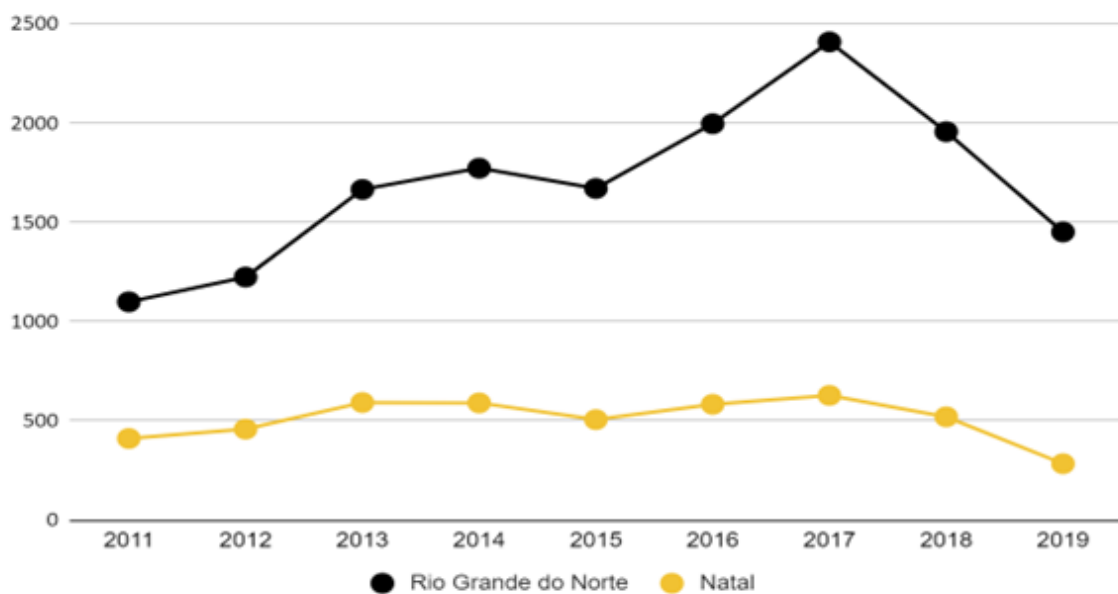


Figura 8: Número de Conduas Violentas Letais e Intencionais no Rio Grande do Norte e em Natal (2011 - 2019). Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Observatório da Violência do Rio Grande do Norte (OBVIO, 2020a) e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 (FBSP, 2020)

Em linhas gerais, as dinâmicas das Conduas Violentas Letais Intencionais (CVLI) no Rio Grande do Norte seguem as tendências da região Nordeste.

Diante de tal quadro, mesmo com o aumento histórico da violência letal em 2017, parte significativa das mortes continua desconhecida, “vítimas ocultas” para a sociedade civil e para o Estado, o que impossibilita a compreensão profunda das dinâmicas que operam sobre os indicadores da violência letal (OBVIO, 2020a). Além disso, as oscilações nos índices também possuem poucas explicações e, assim como no plano nacional, não se sabe se a queda ocorrida a partir de 2018 se sustenta.

Com todos os problemas dos dados, a partir do perfil das vítimas e das características das condutas notificadas, é possível traçar algumas dimensões das Condutas Violentas Letais e Intencionais no RN. Para melhor análise dos dados, atém-se ao período de 2015 até 2019, que engloba o crescimento dos indicadores até 2017, com a posterior queda.

A vítima de CVLI no RN, nos cinco anos, segue um perfil similar, homens, jovens, negros, pobres, com pouca escolaridade e desempregados ou inseridos no trabalho informal. Um retrato do perfil brasileiro, como já demonstrado (OBVIO, 2020a). As CVLIs se concentram nas áreas urbanas do estado, estando pouco presentes na maioria dos municípios, ligadas aos territórios que possuem modelos precários de saúde, habitação, educação e segurança pública. A Região Metropolitana de Natal (RMN) apresentou 56% das CVLIs em face de 44% de CVLIs ocorridas no interior (OBVIO, 2020a).

Dentre os municípios com maiores índices de CVLIs, Natal se encontra em primeiro lugar, com 25,8% das condutas do estado. Em relação ao município de Natal, 44,9% das ocorrências estão concentradas na Zona Norte, seguida pela Zona Oeste (25,6%), Zona Leste (12%) e Zona Sul (7,4%). Importante observar a redução expressiva nas três regiões com maior incidência, entre -40% e -60%, em contraponto à Zona Sul, que praticamente não observou alteração no período (-3,3%). A tabela 02 demonstra os tipos de condutas apresentadas por Zona Administrativa, entre os anos de 2015 e 2019.

Zona Administrativa	Homicídio Doloso	Lesão Corporal	Intervenção Policial	Latrocínio	Femicídio
Zona Norte	845	117	93	31	14
Zona Oeste	668	102	56	33	13
Zona Leste	226	37	22	7	2
Zona Sul	120	20	22	16	4

Tabela 02: Tipo de Morte por Zona Administrativa da Cidade de Natal entre 2015 e 2019. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Observatório da Violência do Rio Grande do Norte (OBVIO, 2020b).

2.2.2 CONDUITAS VIOLENTAS LETAIS E INTENCIONAIS EM CAPIM MACIO

Capim Macio é o bairro da Zona Sul de Natal com a menor incidência de Condutas Violentas Letais Intencionais, ocorrendo dez (10) incidências, no interstício de 2015 a 2019 (OBVIO, 2020b). Em pesquisa realizada no Portal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, foi possível compreender quais foram os atos violentos, as características das vítimas e das condutas que ocorreram no bairro, no período assinalado.

Em 2015, ocorreu uma lesão corporal seguida de morte em decorrência de apedrejamento contra um homem pardo em situação de rua. O Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (CIOSP) caracterizou o crime como Preconceito Popular. A conduta foi submetida à apreciação do Tribunal do Júri, por se tratar de conduta dolosa, e o próprio autor confessou ter golpeado a vítima até seu óbito em virtude de rixa por espaço de “pastorar” carros na altura do Praia Shopping

No ano de 2016 ocorreram duas condutas, a primeira foi categorizada pelo CIOSP como um homicídio por arma de fogo em virtude de intervenção policial. Segundo o relatório do órgão, a vítima tinha 19 anos, estando na ocasião foragido, e foi assassinado no portão da residência onde se encontrava, após sofrer disparo por arma de fogo. Populares afirmaram que a vítima tinha um desafeto. Não ficou explicado o porquê de o CIOSP categorizar como uma conduta decorrente de confronto policial, e não consta no sistema do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte nenhum oferecimento de denúncia por parte do Ministério Público (MP). A segunda conduta se trata de uma execução sumária por retaliação, que acarretou um homicídio doloso de um jovem pardo, que tampouco houve oferecimento de denúncia que pudesse aferir mais detalhes sobre a conduta.

Em 2017, por sua vez, foram aferidas três condutas: um homicídio doloso por arma de fogo de um homem pardo, próximo ao motel Rarus. Esse indivíduo foi alvejado por disparos de arma de fogo. Segundo os dados do CIOSP, tratava-se de uma disputa de tráfico de drogas. Contudo, o MP não ofereceu denúncia ao Poder Judiciário. Mesma situação de um homem negro, morto pela denominada pelo CIOSP de “Reação Cidadã”, após um assalto, um dos roubados seguiu a vítima e disparou tiros com arma de fogo, causando o seu óbito. Não foi possível identificar o trâmite processual em decorrência da ausência de nome da vítima no banco de dados. O terceiro caso se deu contra um homem, advogado, branco, com ensino superior, um homicídio por arma de fogo. Segundo o CIOSP, a vítima foi alvejada na garagem de sua residência, não sendo levado nenhum pertence. A motivação para a instituição foi um acerto de contas. O MP ofereceu denúncia, contudo, ainda não ocorreu a Audiência no Tribunal do Júri.

Por fim, em 2019, ocorreram quatro (04) condutas, um empresário pardo de banda de forró, com nível superior, executado, morreu na frente de um bar após disparo de arma de fogo, segundo o CIOPS, foi um homicídio doloso em virtude de disputa do tráfico de drogas. O Ministério Público ainda não ofereceu denúncia. O segundo caso ocorreu próximo à galeria CCAB Sul e, segundo o CIOSP, foi um latrocínio cuja vítima foi um homem pardo, com identidade

não reconhecida, o que, de igual forma, impossibilitou verificar o acesso ao processo. O terceiro foi um adolescente, jovem, pardo, que morreu após confronto com a Polícia Militar em uma perseguição, após suposto roubo a dois taxistas. Por fim, no quarto caso, a vítima era um homem, pardo, comerciante, ele estava negociando pedras preciosas na piscina do seu condomínio e foi atingido por 06 disparos, tendo o CIOSP identificado como latrocínio.

Entre os anos de 2015 e 2019, dez (10) Condutas Violentas Intencionais foram verificadas, todas contra homens, sendo 09 negros e 01 branco, apenas 01 casado, 06 adultos e 04 jovens, apenas 02 com ensino superior e 01 com o fundamental incompleto, os demais não tiveram a escolaridade identificada.

Sobre as características das condutas, quatro (04) ocorreram durante a manhã, quatro (04) durante a tarde e apenas duas (02) à noite, das quais uma foi durante a madrugada. Apenas uma (01) letalidade foi ocasionada por objeto contundente, as demais foram provocadas por arma de fogo. Das dez (10), (07) ocorreram na via pública ou calçada, apenas uma (01) ocorreu dentro de residência e duas (02) em pronto socorro.

Afere-se que sete (07) dos (10) dez casos ocorreram em virtude de suposto envolvimento das vítimas com tráfico de drogas ou alguma conduta criminalizada. Uma vítima trabalhava no bairro no momento da conduta letal. E duas condutas foram identificadas como latrocínio. Apenas duas (02) vítimas, nos cinco (05) anos analisados, foram identificadas como moradoras do bairro.

2.2.3 CONDUTAS CONTRA O PATRIMÔNIO

As dificuldades encontradas nas estatísticas criminais da violência letal se reproduzem nos indicadores de Condutas contra o Patrimônio e se potencializam, uma vez que dependem mais da vontade do cidadão em notificar a polícia. Essa “opção” do cidadão, conforme pesquisas realizadas na área, está extremamente relacionada a sua confiança na polícia e no sistema de justiça criminal (ADORNO e PASINATO, 2010; TRINDADE e LIMA, 2018). Roubo, arrombamento, furto, receptação e extorsão são espécies aqui agrupadas em Condutas contra o Patrimônio. Sendo imperioso ressaltar que o roubo se diferencia das demais condutas por ser um ato acompanhado por grave ameaça ou violência.

Capim Macio é o oitavo bairro com maior incidência das aqui denominadas Condutas contra o Patrimônio. Dessas, receptação e extorsão representam menos de 1% das condutas. Em razão disso, o presente tópico se atém à discussão dos indicadores de roubo, furto e arrombamento (COINE/SESED, 2020). Assim, em razão da maior incidência dessas condutas, bem

como por se apresentarem recorrentes nas falas sobre o medo do crime pelas classes altas e médias da sociedade brasileira (ADORNO, 1996; CALDEIRA, 2000), em especial o crime de roubo, escolheu-se atentar-se a elas.

Não há dados precisos sobre roubo no Brasil e no Rio Grande do Norte que possam ser comparados antes do ano de 2015. Assim, a presente investigação se volta para os dados disponíveis entre 2015 e 2019. Analisando os dados pesquisados, nota-se um crescimento das condutas entre os anos de 2015 e 2016, sendo interessante ressaltar a queda dos números no Brasil entre 2018 e 2019, com subida no Estado do Rio Grande do Norte como um todo.

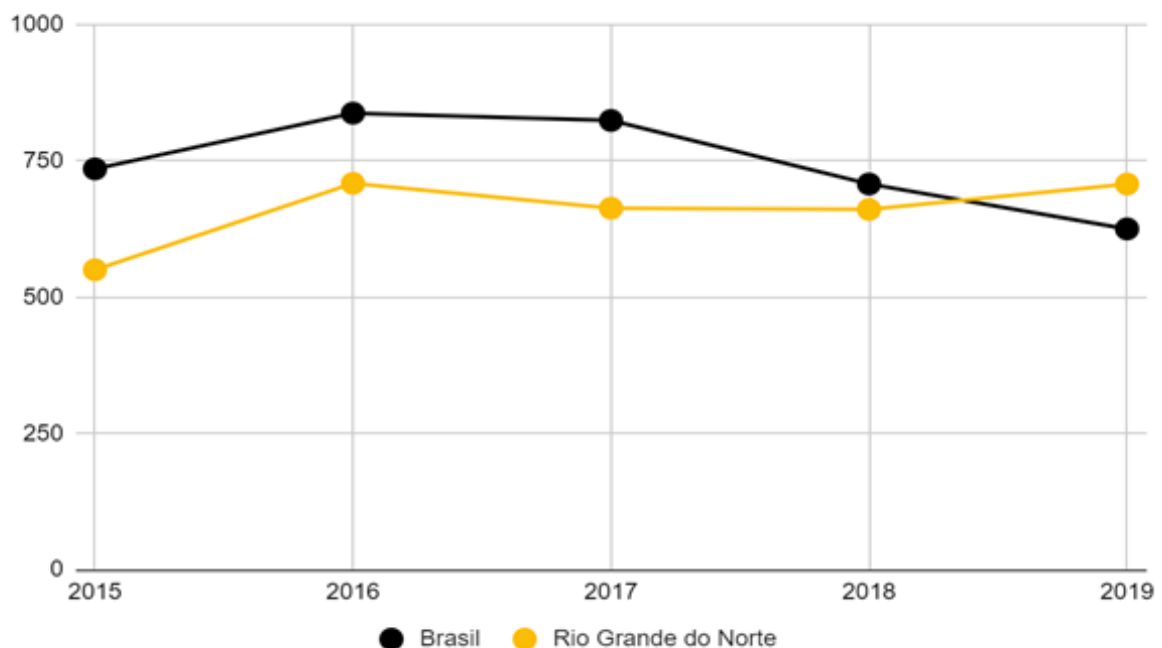


Figura 9: Roubos no Brasil e no Rio Grande do Norte de 2015 até 2019 por 100 mil habitantes. Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Anuário da Violência (FBSP, 2018).

Quando se fala em roubo, faz-se necessário fazer uma breve análise sobre o crime de latrocínio (roubo seguido de morte), uma vez que é um tipo de morte matada reconhecida como uma das poucas condutas que não estão concentradas em determinados perfis sociodemográficos e espaciais (FBSP, 2019), assim, possuem um forte impacto sobre os níveis de medo da população no geral. Conforme ressalta Arthur Trindade e Renato Sérgio de Lima (FBSP, 2019), esse impacto é influenciado pela mídia, que constrói representações sociais sobre o crime de latrocínio muito ligado ao pânico, diferente dos homicídios que causam indignação.

Contudo, embora a criação de pânico e o fato de os crimes de latrocínio estarem esparsos pelas zonas urbanas e entre as condições sociais, alguns pontos são relevantes para análise. A primeira questão é que os crimes de latrocínio representam uma parcela muito pequena das

condutas letais e intencionais no Brasil e no Rio Grande do Norte. No referido estado, entre 2015 e 2019, correspondeu a 3,5% de todas as condutas (foram 87 vítimas). Dentre elas, a maioria é provocada pela reação da vítima, muito comum quando esta é profissional da segurança pública (OBVIO, 2020b).

O que isso quer dizer para literatura é que o latrocínio é um crime que gera muita insegurança, mas a sua ocorrência é baixa, diferente do roubo, que incide de forma mais incisiva e com alta incidência sobre todas as zonas da cidade de Natal, especialmente nas Zonas Sul e Norte, conforme os dados abaixo.

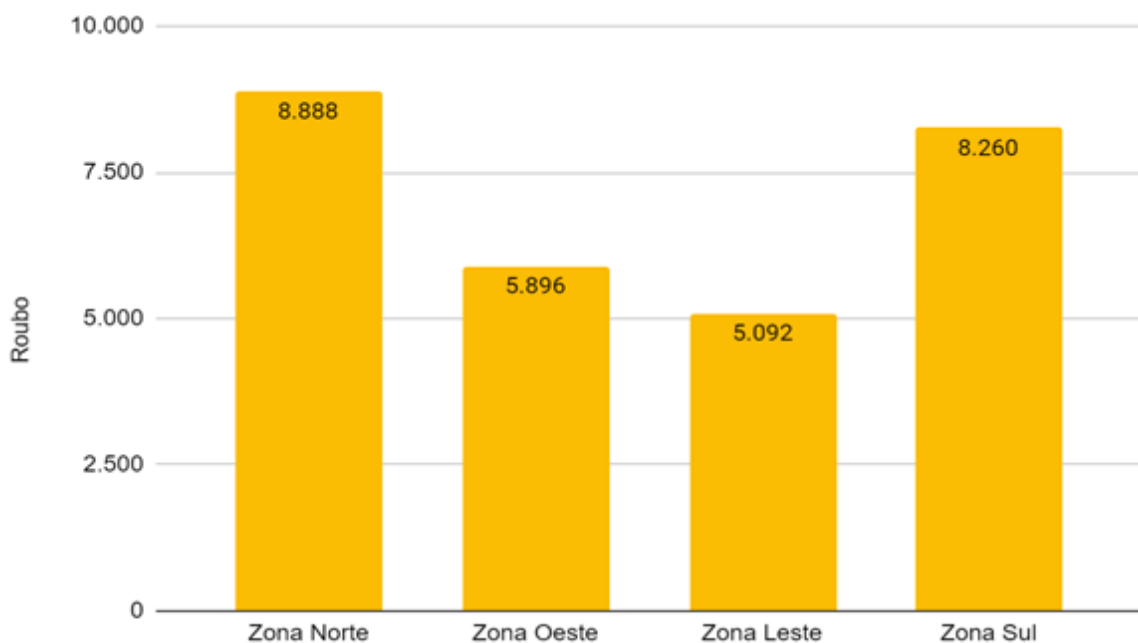


Figura 10: Notificações de roubos por Zona Administrativa da Cidade de Natal entre 2016 e 2019. Fonte: Elaboração própria com base na Consolidação e Sistematização de Dados da COINE/SESED, 2020.

Os dados acima expostos devem ser analisados com muita cautela, isso porque há uma desconfiança nas instituições de controle social e esse quadro é ainda mais complexo nas zonas que abarcam as periferias brasileiras. As graves violações de direitos sociais e econômicos presentes nesses espaços potencializam as subnotificações. Na denominada “periferia metropolitana”, há o medo da polícia e do traficante. Nesse sentido, observa-se que a instituição (polícia) é vista com ambivalência, ora agindo para proteger, ora agindo de forma arbitrária. Além disso, esses processos desencadeiam a seletividade na investigação dos casos, provocando uma desigualdade de direitos na apuração, a depender da região da cidade (ADORNO, PASINATO, 2010).

Por meio de uma amostra nacional, os autores Oliveira Junior e Alencar (2015) constataram que 28% das vítimas de roubos e furtos sequer registraram Boletim de Ocorrência, outras 21% só procuraram a polícia em decorrência da necessidade de registrar a ocorrência.

Dessa forma, os números apontados podem não corresponder à realidade das zonas administrativas de Natal, principalmente no tocante à Zona Oeste e Norte, que possuem uma alta taxa de vulnerabilidade social. De todo modo, tendo em vista os dados oficiais, Capim Macio é o 9º bairro com maior número de notificações de roubo, foram 1.136 entre os anos de 2016 e 2019. Tal colocação se reproduz nos casos de furto, conforme a figura abaixo.

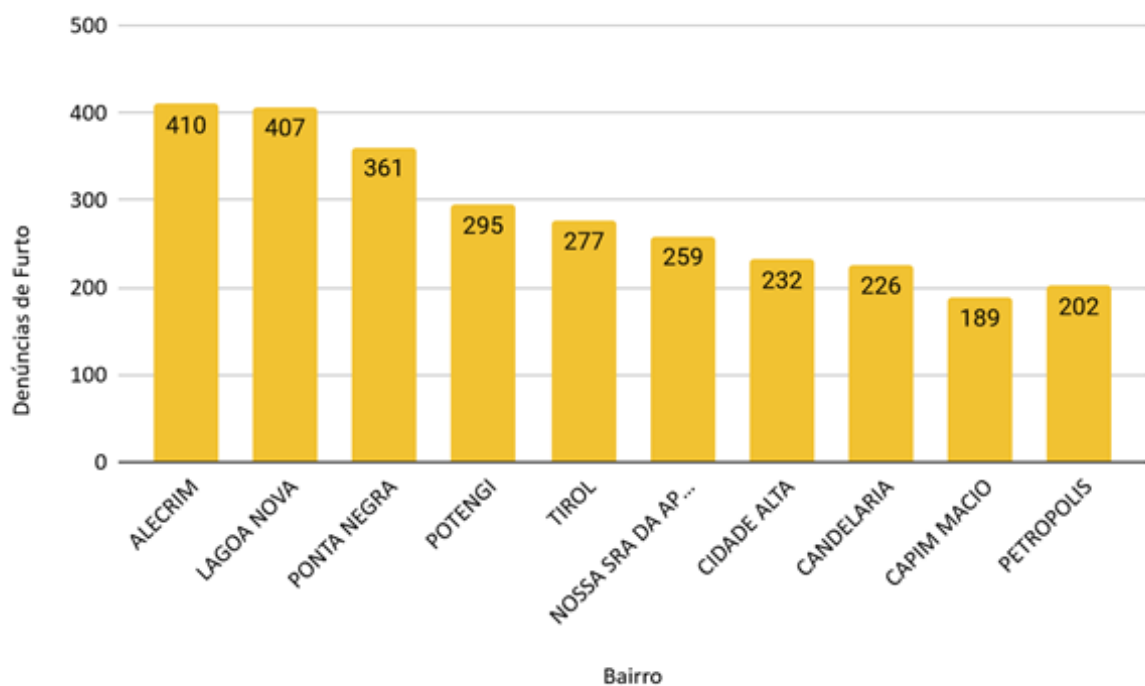


Figura 11: Bairros de Natal com maior número de denúncias de furto entre 2016 e 2019. Fonte: Elaboração própria com base na Consolidação e Sistematização de Dados da COINE/SESED, 2020.

Por fim, os casos de arrombamento acompanham as tendências do roubo e do furto.

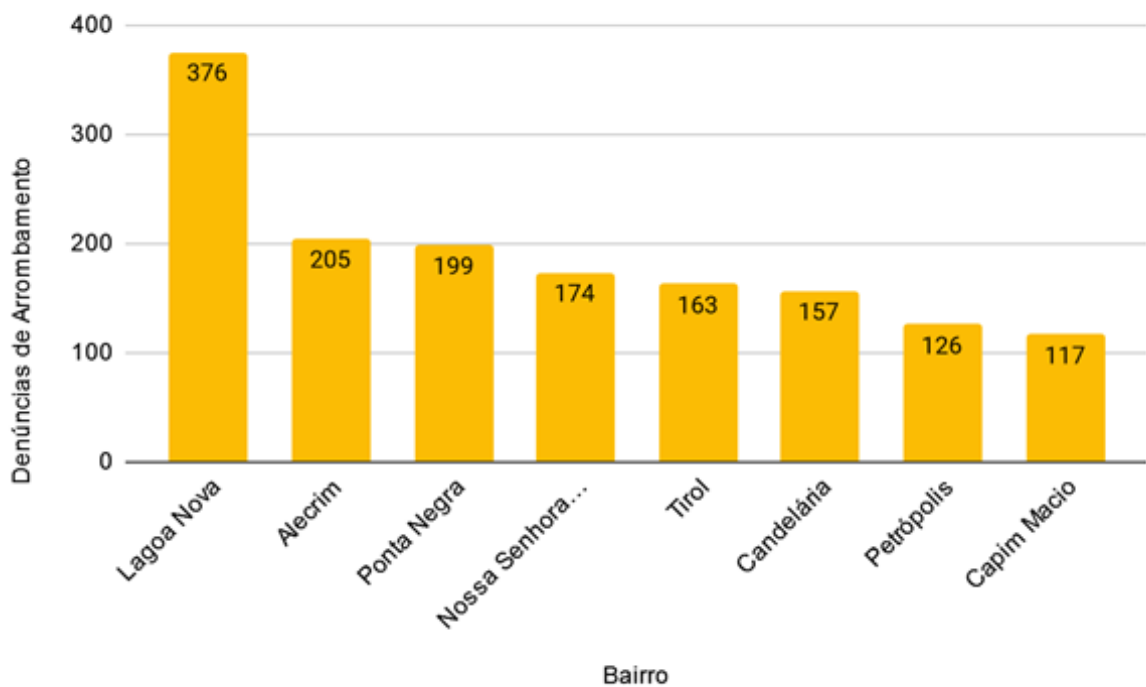


Figura 12: Bairros de Natal com maior número de denúncias de arrombamento entre 2016 e 2019. Fonte: Elaboração própria com base na Consolidação e Sistematização de Dados da COINE/SESED, 2020.

2.2.4 CONDUTAS DA LEI DE DROGAS

O discurso do poder público e da mídia no combate às drogas é baseado no medo e no pânico, utilizando-os como instrumentos “pedagógicos”. Tratando o problema como “mal do século”, os discursos são baseados, conforme Isabela Teixeira (2015, p. 9-10), nas premissas de que “maconha destrói neurônios, crack vicia na primeira tragada, cocaína mata, metanfetamina é o mal do século, dentre outros aspectos que apontam o uso de drogas como o fim da linha da vida, sendo as opções “cadeia ou caixão”. Além dos discursos, as campanhas imagéticas de combate às drogas reforçam representações sociais que despertam medo e histeria social (TEIXEIRA, 2015).

Nesse contexto, as denúncias sobre as tipificações da Lei de Drogas também são importantes indicadores quando se trata de medo do crime. Em Natal, os indicadores que mais chamam atenção são as ocorrências de uso *versus* tráfico de drogas na Zona Sul, em comparação às outras zonas da cidade (COINE, 2020).

Zona Administrativa	Uso	Tráfico	Porte	Encontro	Cultivo	Instigação ao Uso
Zona Norte	577	557	45	14	16	2
Zona Oeste	463	609	55	25	21	1
Zona Leste	533	429	68	28	12	4
Zona Sul	530	283	33	11	13	0

Tabela 03: Ocorrências da Lei de Drogas de 2016 até 2019 por Zonas Administrativas de Natal. Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais (COINE, 2020).

Embora a Zona Sul possua quase três vezes menos habitantes que a Zona Norte de Natal (vide o subcapítulo 2.1), o número de autuados é praticamente o mesmo, enquanto os sujeitos categorizados como traficantes é quase a metade.

Sobre os dados gerais de Condutas da Lei de Drogas na cidade de Natal, o bairro de Capim Macio ocupa a vigésima primeira posição entre os bairros que apresentam maiores incidências de denúncias. Nesse contexto, Capim Macio possui 4% das ocorrências de tráfico e 16% das de uso de drogas dos bairros da zona sul. É necessário pontuar que a Lei de Drogas não possui critérios objetivos para a definição que difere o “uso” do “tráfico” de drogas. O policial é então o responsável, no momento do flagrante, por definir em qual categoria se enquadra o caso em análise, levando em consideração as circunstâncias sociais e pessoais do agente, as condições da ação e a quantidade da substância apreendida.

2.2.5 ATUAÇÃO DO 5º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE NO BAIRRO DE CAPIM MACIO

O 5º Batalhão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (5º BTM) é o responsável pela defesa da segurança de toda a zona sul da cidade de Natal, incluindo o bairro de Capim Macio. No ano de 2016, o 5º BTM idealizou um projeto denominado Vizinhança Solidária, criado sob a justificativa de que a área assistida possui uma alta taxa de criminalidade urbana e a metodologia da polícia comunitária parecia uma boa saída para a diminuição dos índices. Assim, a partir de experiências implementadas em outros países, a equipe montou uma estratégia de ação que visava: “o estabelecimento de um vínculo solidário no combate à criminalidade local e a busca de soluções adequadas para a segurança pública nos bairros de atuação do 5º batalhão” (ARANTE, 2019).

O objetivo do projeto consiste na busca pelo aumento da sensação de segurança da comunidade assistida e a descentralização das atividades da segurança pública, por meio de um

policciamento preventivo e de atividades que aproximem a polícia dos cidadãos, o que fortaleceria a imagem da instituição, diminuiria os índices de criminalidade da região atendida e preservaria os direitos de todos os seres humanos. Tudo isso, por meio do uso de recursos tecnológicos avançados, como câmeras, parceria com os entes estatais e com a comunidade acadêmica (ARANTE, 2019).

Para a concretização do Vizinhança Solidária, os policiais responsáveis se reúnem com os moradores dos bairros a serem contemplados, de forma a discutir medidas para o aprimoramento da segurança das localidades, estimulando a participação comunitária nas ações do batalhão. A partir da identificação das lideranças locais, como organizações de bairro e outras entidades, há um incentivo para a criação de grupos de moradores, denominados de “Conselhos de Segurança (CONSEGs)”, que são incumbidos de coordenar os setores de cada localidade e acionar a Polícia Militar para auxílio e orientação, caso necessário. Tais conselhos possuem de 5 a 7 membros e têm a função de coordenar a interação entre os moradores e a polícia, utilizando principalmente as redes sociais, como grupos no *What's App*, que se tornou um lugar de denúncia e troca de informações sobre as condições de segurança da área (ARANTE, 2019).

Para a organização do projeto, os policiais desenvolveram etapas de planejamento, que começam na identificação e sensibilização de lideranças locais, por meio do mapeamento de organizações de bairro e outras entidades; esclarecimentos sobre a proposta de interação, bem como a identificação dos problemas e especificações locais; em seguida, parte-se para o planejamento de ações, estipulando o surgimento de metas para a resolução dos problemas apresentados; por fim, há o monitoramento das atividades planejadas e desenvolvidas pela comunidade, a partir das sugestões advindas (ARANTE, 2019).

A proposta tem o intuito de que a comunidade se una para criar mecanismos de segurança em parceria com a Polícia Militar, diminuindo o tempo de ação desta. Além disso, possibilitando o desenvolvimento de técnicas de prevenção ao crime a partir da visão dos locais (ARANTE, 2019).



Figura 13: Placa do projeto Vizinhança Solidária e Batalhão Participativo. Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado da área 03.

Nota-se na iniciativa a intenção de, a partir do diálogo com a comunidade, adotar métodos de gestão participativa, por meio do debate dentro e fora do batalhão. Assim, buscam o desenvolvimento de estratégias para a atuação do projeto, além da divulgação do seu trabalho por meio das redes sociais (ARANTE, 2019).

Uma das estratégias utilizadas pelo Batalhão é a disponibilização do contato da polícia para as lideranças dos conselhos, de forma que os moradores tenham contato direto com a polícia que está de plantão, ou seja, uma espécie de atalho ao número 190. Embora o Batalhão oriente que os denunciante entrem posteriormente em contato com o CIOSP pelo canal oficial, para que este possa registrar o fato em sua estatística, os dados demonstram que entre os anos de 2016 e 2019 as solicitações de policiamento pelo 190 diminuíram substancialmente.

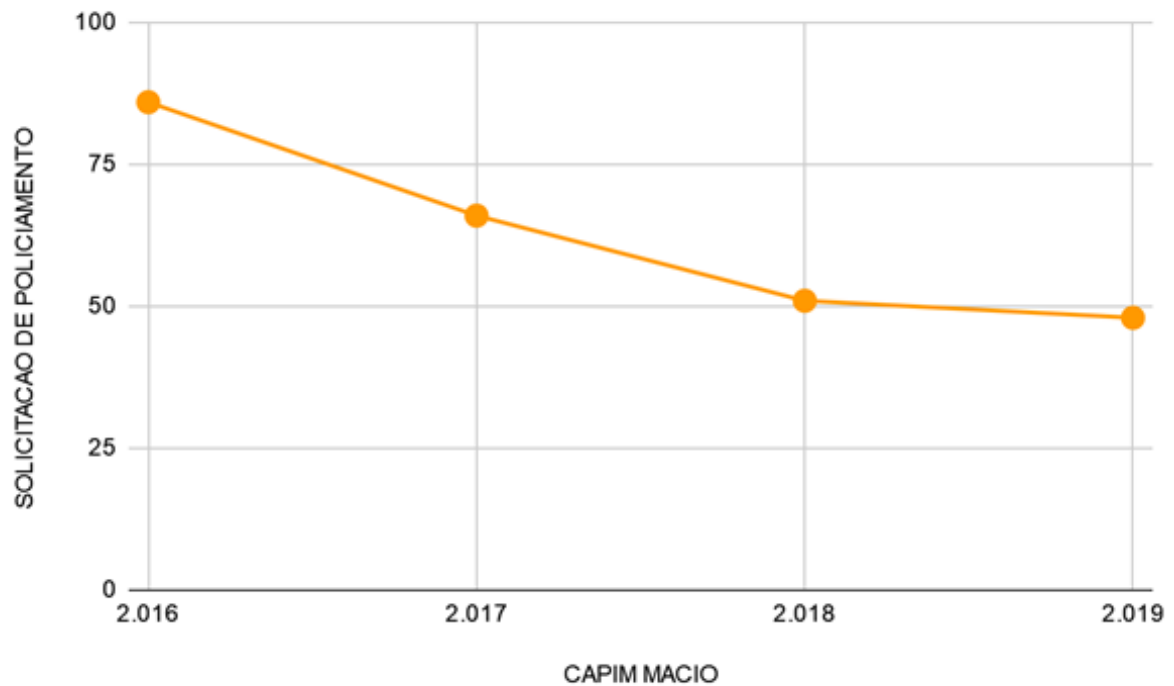


Figura 14: Solicitação de policiamento em Capim Macio. Fonte: Elaboração própria com base na Consolidação e Sistematização de Dados da COINE/SESED, 2020.

Assim, embora o gráfico a seguir aponte que entre os anos de 2016 e 2019, período de atuação do Vizinha Solidária, as denúncias de Condutas contra o Patrimônio tenham diminuído, é possível que seja uma decorrência da estratégia utilizada pelo projeto de denúncia direta ao policiamento do plantão, prejudicando a estatística oficial.

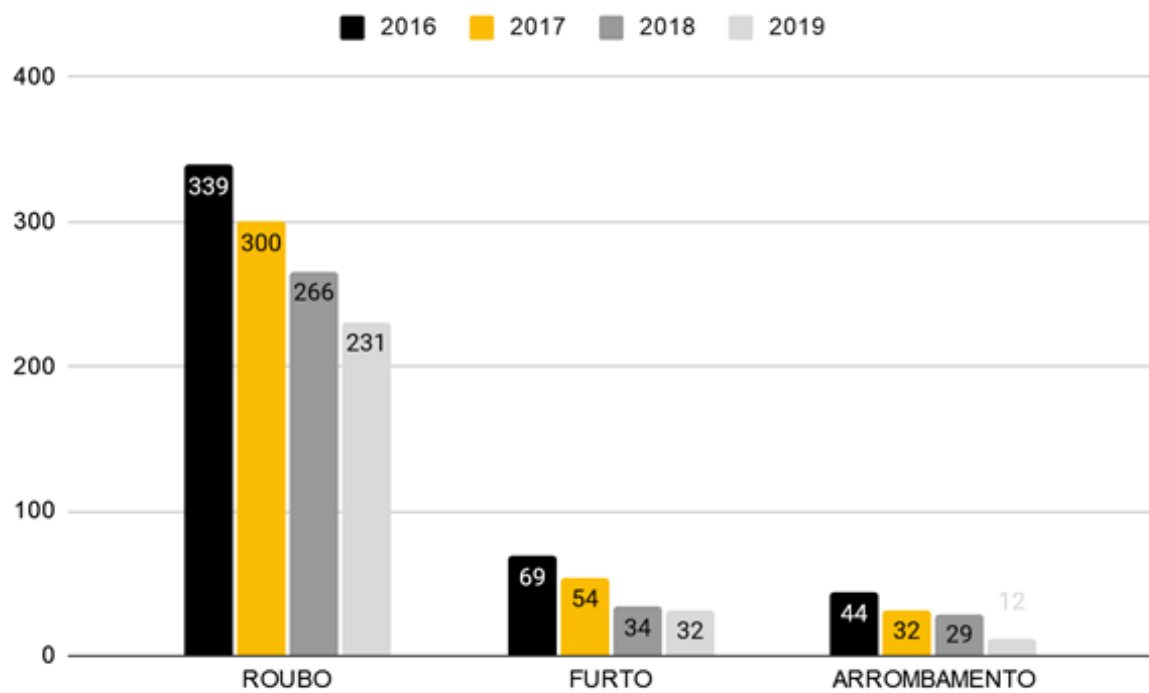


Figura 15: Denúncias de roubo, furto e arrombamento no bairro de Capim Macio entre 2016 e 2019. Fonte: Elaboração própria com base na Consolidação e Sistematização de Dados da COINE/SESED, 2020.

CAPÍTULO 3: O COTIDIANO EM CAPIM MACIO E O MEDO DO CRIME

O presente capítulo se propõe a descrever o cotidiano e as práticas das lideranças do bairro, a partir das narrativas extraídas da observação participante, das entrevistas semiestruturadas e da pesquisa documental. Para fins de organização dos dados, o bairro de Capim Macio foi dividido em quatro áreas, isto porque restou evidente que as dinâmicas do medo no bairro embora revelem similitudes, possuem peculiaridades que devem ser evidenciadas e posteriormente analisadas em conjunto. Assim, o bairro foi dividido em quatro áreas, nomeadas a partir dos grupos de moradores que atuam, conforme a figura abaixo.

3.1 ÁREA 01: CONSELHO DE SEGURANÇA DO CONJUNTO MIRASSOL

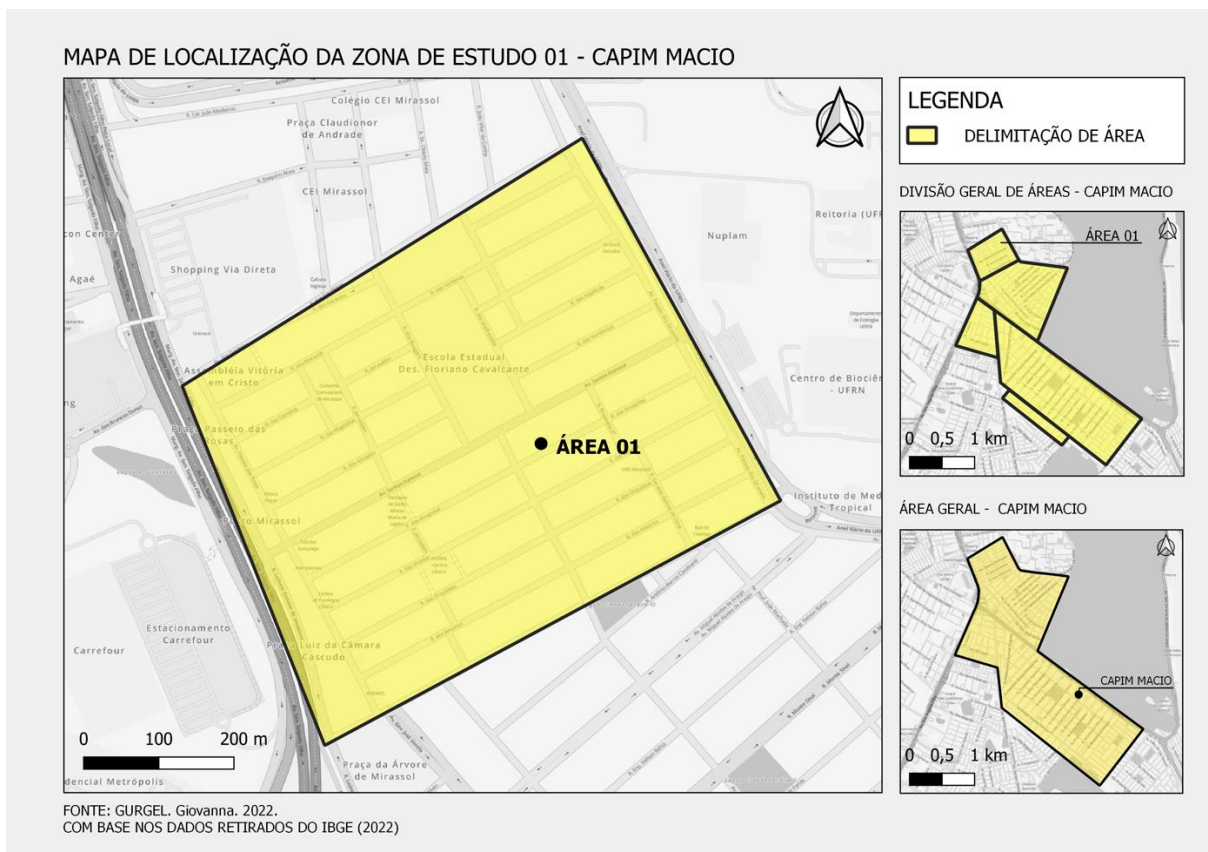


Figura 16: Mapa da área 01 de Capim Macio. Fonte: Ilustração de Giovana Gurgel.

A área 01 é composta por parte do conjunto habitacional Mirassol, a outra parte se localiza no bairro vizinho, Lagoa Nova. O entrevistado da área é o responsável pelo funcionamento do Conselho de Segurança no conjunto. Segundo o morador, Mirassol foi a primeira localidade a formar o Conselho de Segurança a partir do projeto Vizinhança Solidária, sendo um modelo para implementação nas demais áreas da zona sul de Natal, inclusive nas demais áreas de Capim Macio. Segundo a liderança:

Na época, nós reunimos a comunidade e desenvolvemos o projeto da seguinte forma: mapeamos as ações criminosas que aconteciam na comunidade, com local, horário e modus operandi, e a dividimos em áreas, separamos Mirassol em quatro quadrantes e em cada quadrante colocamos duas pessoas para registrar as ocorrências que acontecem diariamente. O conjunto dos quadrantes é o que chamamos de CONSEG, na verdade, o CONSEG é o Conselho de Cooperação e Defesa Social onde cada comunidade tem o seu. Hoje temos onze ou doze conselhos em toda zona sul de Natal. Em Mirassol (conjunto habitacional do bairro de Capim Macio) deu certo e foi expandido para os demais bairros da zona sul. E assim fizemos a implementação do projeto na época da fuga em massa de Alcaçuz, no ano de 2017, o que foi essencial para a melhoria da nossa comunidade. Das vinte e duas apreensões mapeadas em um mês, dezoito foram realizadas por fugitivos de Alcaçuz. Todas essas informações circularam e foram informadas ao CIOSP. Fizemos uma reunião e divulgação na caixa de correio, expondo o projeto, que se trata da comunidade trabalhando em prol da polícia, com cooperação e participação, sugerindo, a exemplo, horário de blitz. É a otimização do trabalho da polícia. É a polícia dando resposta no tempo necessário (ENTREVISTADO 1, 2021).

A fuga que ele trata aconteceu no ano de 2017 na Penitenciária de Alcaçuz, após uma rebelião, e foi acompanhada por vários eventos, a morte de dezenas de detentos, queima de ônibus, paralisação dos serviços públicos e privados na capital de Natal e muito pânico nas ruas da cidade, que ganhou visibilidade nacional diante dos eventos.

Os acontecimentos da rebelião de Alcaçuz representaram para o entrevistado um potencial risco para roubos e furtos, a partir dos dados de apreensões, mas tal evento também impactou fortemente os indicadores da violência letal, que atingiu bairros de maior vulnerabilidade social da cidade de Natal, a partir de disputas de facções, o que não é uma realidade do bairro de Capim Macio.

Para otimizar o contato entre os moradores e a polícia, o morador relata que foi criado o canal “Alerta Mirassol”, um grupo na rede social *What’s App* para que os moradores, desde comprovada a residência na comunidade, pudessem denunciar atitudes suspeitas verificadas no bairro. No início, segundo o relato, em torno de duzentas (200) pessoas se cadastraram, sendo escolhidas 06 pessoas do CONSEG para administrarem o grupo e fazerem a comunicação entre os casos relatados e a polícia. Essas seis pessoas passaram a ter acesso ao número direto do profissional de serviço na área, repassando as informações e imagens enviadas pelos moradores. A partir desse contato, a viatura mais próxima é diretamente direcionada ao bairro.

É um atalho do canal 190, agilizando o atendimento, contudo, após a comunicação direta, o morador que comunicou a situação deve ligar para o 190, acionando o CIOSP. Como deu certo em Mirassol, fomos amadurecendo e o projeto foi ficando bonito e redondo. Colocamos todas as informações no site. Encaminhamos para o comando do Batalhão para manter a estatística, para eles fazerem o levantamento de acordo com o que tinha ocorrido e mandarem policiamento de acordo com essa demanda. Nós em Mirassol fizemos um site. A avaliação é muito positiva do projeto com ótimos resultados. A participação da comunidade seguindo fielmente o protocolo é de fundamental importância e tem muita adesão dos moradores e com certeza melhorou muito a nossa segurança (ENTREVISTADO 1, 2021).

A liderança aponta que apesar do grupo tratar de segurança pública, outras demandas surgem, principalmente diante da inércia estatal, assim ressalta que “são poucos os espaços públicos na comunidade, falta muito a presença do poder público, a segurança é de fundamental importância, mas a limpeza urbana e a iluminação pública não são diferentes” (ENTREVISTADO DO CONSEG MIRASSOL). Dessa forma, aduz que uma maior vontade pública dos gestores no aumento da qualidade da infraestrutura urbana desencadearia benefícios para a segurança pública e o bem-estar dos moradores.

O morador relata ainda que há muita ocorrência no conjunto Mirassol, principalmente em virtude da sua localização geográfica, sendo um conjunto de fácil acesso de pessoas, inclusive, em suas palavras “dos meliantes de todas as regiões da cidade, devido a concentração de muitos universitários que aqui residem ou que simplesmente passam por Mirassol”. Embora impute a presença de estudantes como um fator preocupante, analisa que a segurança do campus ajuda de alguma forma.

A UFRN em certa maneira ajuda, porque tem a segurança do próprio campus, mas é limitada, o cara saiu da Universidade e entrou no bairro, já sai do alcance da área de circunscrição da Universidade, passa a ser da polícia como um todo. Mas quando precisamos de ajuda, eles ajudam. Melhora bastante a segurança (ENTREVISTADO 1, 2021).

Mirassol é um conjunto habitacional construído ao redor do campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o maior do estado, sendo assim, abriga muitos estudantes do interior. Além disso, é uma área com uma movimentação acentuada em seu entorno diante da BR 101 e do próprio campus. Segundo o entrevistado, isso é um problema para a segurança, principalmente porque destoa das ruas internas do bairro, que possuem pouco movimento e luminosidade. As figuras 16 ilustram (em cima) as ruas do conjunto Mirassol, permeadas por unidades habitacionais com muros altos e cercas elétricas, uma forte incidência de *kitnets*, ocupados especialmente por estudantes em decorrência da demanda do Campus da UFRN. As fotos a seguir mostram, respectivamente (esquerda para a direita), a avenida que divide o conjunto e

o Campus Universitário, com pouco movimento, e a BR101, que fica do lado oposto do conjunto, possuindo um forte fluxo de pessoas e carros.



Figura 17: Fotos do conjunto Mirassol. Fonte: Google Maps, 2021.

O entrevistado aponta que a principal ocorrência do bairro é o roubo, principalmente de celulares dos transeuntes. Com relação aos moradores de Mirassol, o assalto a veículos é recorrente, principalmente durante o dia, em virtude da saída ou chegada dos moradores e de seus visitantes.

3.2 ÁREA 02: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO DOS PROFESSORES, CIDADE JARDIM E VILLAGE DOS MARES

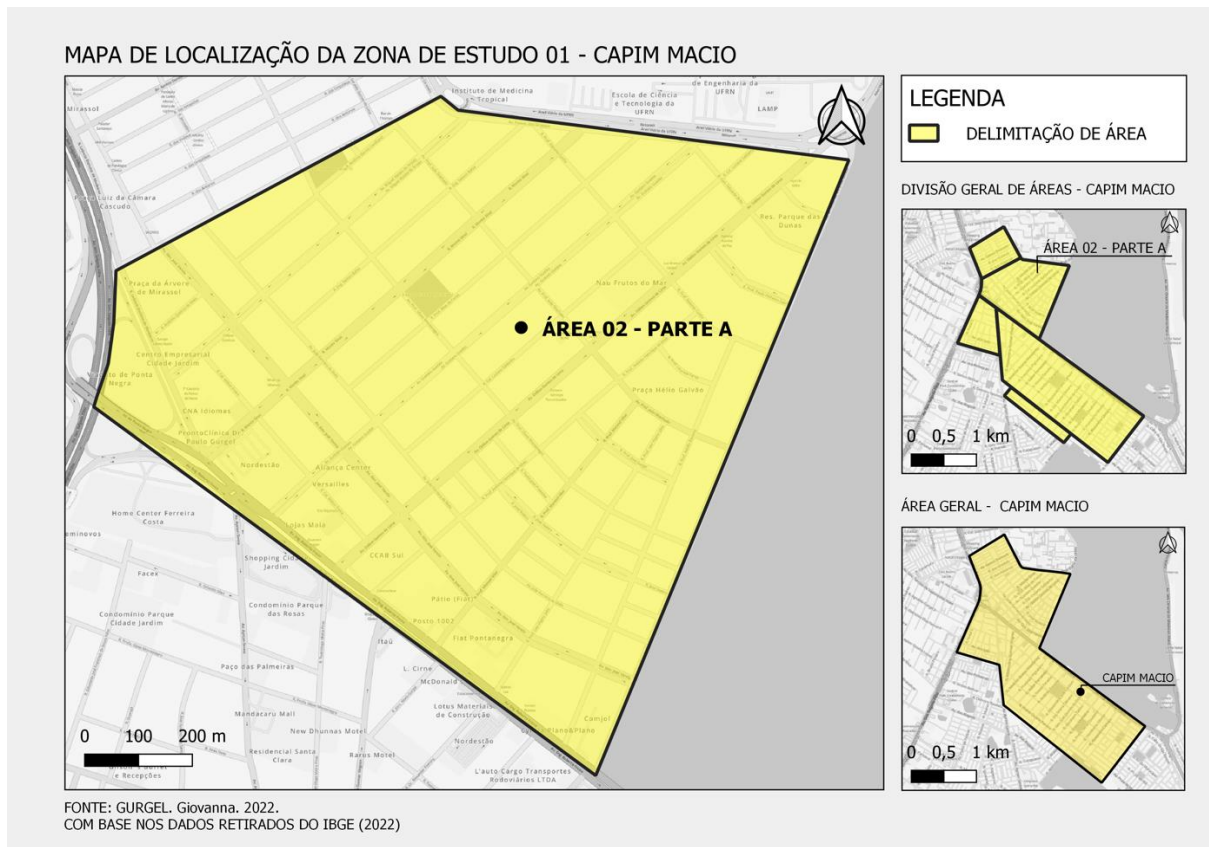


Figura 18: Mapa da área 02 (Área A) de Capim Macio. Fonte: Ilustração de Giovana Gurgel.

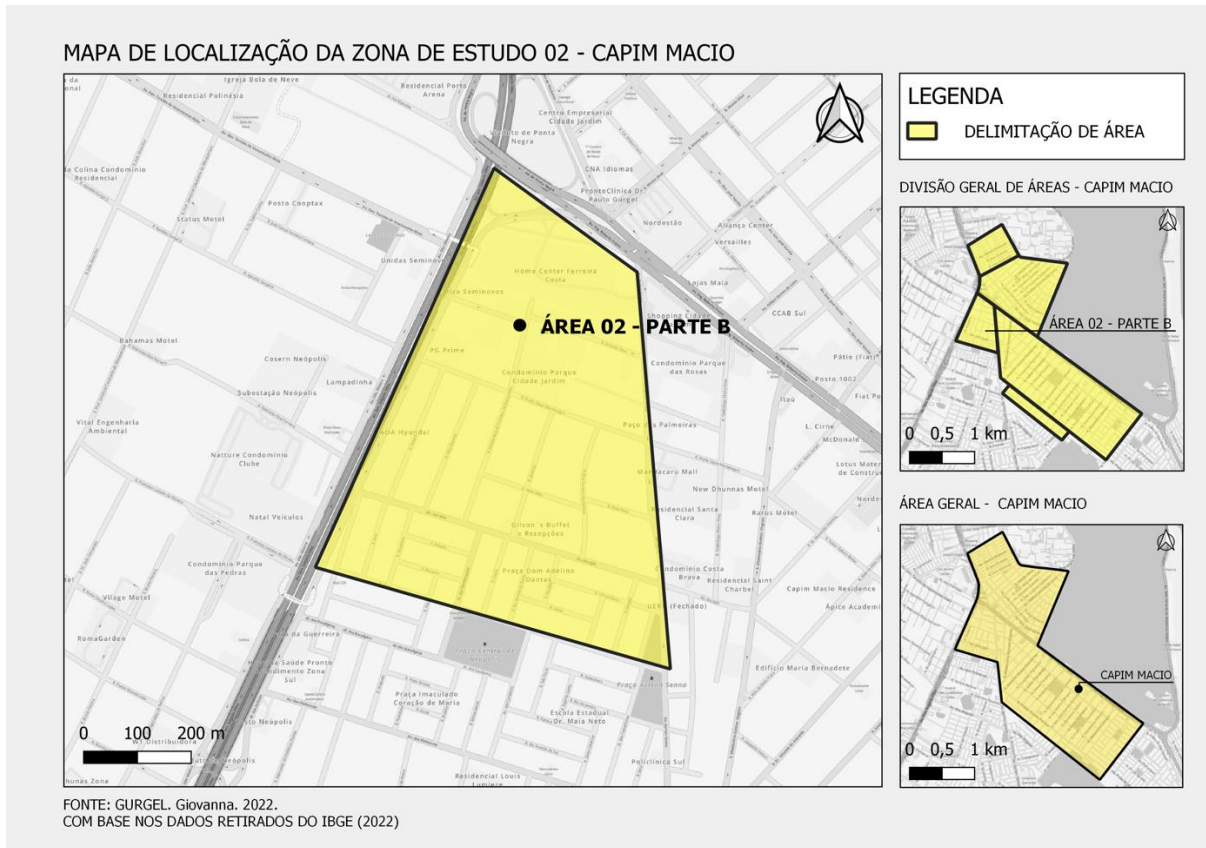


Figura 19: Mapa da área 02 (Área B) de Capim Macio. Fonte: Ilustração de Giovana Gurgel.

A área 02 fica entre as áreas 01 e 03, sendo composta pelos conjuntos habitacionais dos Professores, Village dos Mares (Figura 20) e Cidade Jardim (Figura 21). O entrevistado é uma liderança da Associação de Moradores dos conjuntos. Segundo o relato, a associação nasceu no conjunto dos professores, a partir da atuação do Conselho de Segurança, mas diante da necessidade de englobar os conjuntos das proximidades na discussão sobre segurança pública, o Village dos Mares e o Cidade Jardim foram incorporados. Sobre a criação do CONSEG na região, o que viria a ser a Associação, relata:

Na época, o 5º Batalhão queria expandir para os bairros a polícia comunitária, perguntou se eu queria no conjunto dos professores, aceitei. Funciona assim: em caso de um suspeito é só ligar direto para o DELTA7 (a viatura do bairro) e depois registrar a ocorrência no 190. A gente começou a mapear o bairro, tinha muito assalto, era demais, reunimos o pessoal na igreja, porque eu já era da associação de moradores do Conjunto dos Professores, e formamos um grupo com sete pessoas. Desse grupo, começamos a fazer as reuniões e a ter uma viatura no bairro, porque antes não tínhamos. Em casos de muita gravidade era necessário esperar depois de ligar para o 190, sendo muito difícil passar uma viatura, até mesmo quando do contato com o 190. Hoje, as viaturas circulam muito dentro do bairro devido ao CONSEG (ENTREVISTADO 2, 2021).

O entrevistado aponta que a aproximação entre a polícia e a comunidade, para além da instituição, mas também aproximação com os policiais, foi possível a partir da mobilização da comunidade para melhorar as suas condições de trabalho:

Para que eles ficassem mais próximos dos moradores, o Major do 5º Batalhão nos orientou a fazer suco e oferecê-lo, uma vez que eles trabalham em um ambiente muito quente, seria uma forma de agradá-los. Então, eu comecei a oferecer na praça suco, pão, fruta e bolo. Eles abriam a viatura, colocavam as comidas e comiam, até que um morador resolveu abrir a calçada da casa para oferecer café. A partir de então, a comunidade passou a ajudar no custeio dos produtos, doando-os, e esta moradora ofereceu o trabalho e o local para o lanche. Outro problema quanto à alimentação dos policiais era o almoço, eles recebem um vale no valor de dez reais do Estado que só é aceito no município de Macaíba (Região Metropolitana de Natal), assim, eles saíam às 11h30 para almoçar, descansavam e só retornavam às 15 horas para o bairro, a região ficava todo este tempo descoberta. Então, eu comecei a procurar um restaurante para eles almoçarem, e a comunidade começou a pagar, o que para o estabelecimento também foi positivo, uma vez que a presença dos policiais coíbe os assaltos. A partir disso, os trabalhadores passaram a descansar na base policial, o que desencadeou a necessidade de sua reforma. A base, que se localiza no conjunto Mirassol, desde que foi entregue tinha muito mofo, não era limpa, assim, fizemos uma limpeza nela toda, era muito quente e pequena, sem o mínimo respeito ao policial (ENTREVISTADO 2, 2021).

A liderança aponta que para reformar a base de apoio dos policiais, a comunidade se reuniu e custeou a limpeza do espaço, a instalação de um ar-condicionado e de grades para a proteção dos trabalhadores no momento do descanso. Relata que essas ações intensificaram a presença dos trabalhadores na área, a qualidade do ambiente de trabalho e uma maior interação entre a comunidade e os trabalhadores.

Quanto à articulação dos moradores entre si, avalia que sempre foi exitosa em torno da Associação de Moradores do Conjunto dos Professores, o CONSEG possibilitou a aproximação com os conjuntos vizinhos, estreitando laços com os moradores dos entornos, o que significou uma diminuição nos assaltos. Relata, ainda, que as reuniões aconteciam na igreja, localizada na praça Hélio Galvão. Mas, hoje, o principal meio de comunicação é o *What's App*, sendo articulados cinco grupos: emergência 1 e 2 (para reportar condutas que estão acontecendo, tendo a presença de um Major, Coronel ou Capitão do 5º Batalhão); comunidade (discute detalhes das ocorrências); informes Capim Macio (comércio, trocas e vendas de produtos, assuntos diversos que interessem à área); grupo de *pets* (sumiço de cachorro não é considerado urgência, assim possui um grupo próprio para procura de animais de estimação). A liderança avalia que:

O grupo do *What's App* é muito bom, mas a questão da segurança do grupo é um ponto importante. Caso algum morador peça para colocar um integrante no grupo, ele deve ser o responsável. Teve uma menina que queria que eu adicionasse à cuidadora da mãe e disse que se responsabilizava por ela, essa moça acabou colocando um amigo dela que é vigilante. Eu só adicionei porque a mulher era idosa e precisava, mas quando eu descobri, ele teve que sair, eu excluí. Não posso colocar vigilante, ele não mora no bairro. Teve um homem que se separou da mulher, passou a não morar mais aqui, tirei ele do grupo também (ENTREVISTADO 2, 2021).

Além da questão da mediação dos participantes, os grupos no *What's App* despertam algumas questões sobre o contato direto com a polícia:

O telefone do DELTA7 (viatura da polícia) não pode ser passado para a comunidade, apenas eu, enquanto administradora, tenho acesso. Os policiais reclamam muito que em outras áreas as lideranças disponibilizam, mas isso acarreta a sobrecarga de denúncias, por vezes, uma ocorrência gera mais de quinze chamados, uma vez que vários que estão no grupo do *What's App* reportam o acontecimento, a polícia, diante disso, acaba desligando o telefone, não servindo nenhuma área. Além disso, há uma maior possibilidade de trote. Dessa forma, o telefone só deve ficar com o presidente do CONSEG (ENTREVISTADO 2, 2021).

Segundo o entrevistado antes do projeto, os moradores eram constantemente vitimados pelo crime de arrombamento no conjunto dos professores, contudo o entrevistado aduz que hoje já não é uma realidade, pois avalia que ainda há casos nos demais conjuntos que compõem a área 02, uma vez que nem todos os moradores se encontram vinculados aos grupos do *What's App* ou conhecem o projeto, principalmente moradores que são estudantes da UFRN.

Entraram em quase todas as casas aqui, depois do projeto não teve mais nenhum arrombamento, de entrar nas casas não. Na verdade, teve um no conjunto cidade jardim, porque algumas pessoas ainda não entraram no grupo. Tem uns kitnets aqui com estudantes, que os donos não falam do grupo e eles ficam vulneráveis, vão para universidade e são roubados, eles tomam as coisas deles. A gente vê uma pessoa suspeita e coloca imediatamente no grupo, por exemplo, uma pessoa colocou que na frente do trabalho tinha uma pessoa se masturbando, a polícia veio e mandou sair, porque não adianta prender, por causa da audiência de custódia, o policial fica respondendo processo por registrar o caso. O bandido está na rua, já fez outros assaltos, mas o policial ainda responde processo. Às vezes a polícia não prende por isso, se for grave mesmo eles levam. Teve um assalto que a moradora contratou um cara para trabalhar, podar a árvore, em um dia de domingo, ele já estava observando toda a dinâmica da casa e levou o celular da senhora e vinte reais, ela procurou e não achou, cismando que tinha sido ele. No outro dia, ele foi comprar óleo para a serradeira e levou o botijão de gás, depois disso ela chamou a gente e ligamos para a polícia, o policial pegou e até hoje ela e o policial respondem. Quando fomos para a delegacia, não tinha ninguém, só a gente, porque eles demoram. Às vezes as pessoas deixam de fazer um Boletim de Ocorrência por isso, porque além de não pegar nada, ainda é a maior burocracia, ainda terá audiência pra você responder (ENTREVISTADO 2, 2021).

Sobre as áreas vulneráveis mapeadas, segundo o entrevistado, a borda da avenida Roberto Freire, com as suas entradas para os conjuntos, é uma zona considerada sensível, já que é de muito movimento. Ela ressalta, ainda, a avenida que faz fronteira com a Universidade Federal, com o comércio informal, que serve aos alunos da instituição.

O comércio da UFRN traz o incômodo de trazer pessoas de outros bairros que não pertencem a gente, porque quando a pessoa está bêbada não tem controle emocional, às vezes se exalta e briga. No Estatuto da Associação dos Moradores do Conjunto dos professores havia a previsão de que não poderia existir comércio aqui. Primeiro teve a padaria do Melo, permitida por meio de um abaixo assinado dos moradores. Depois da padaria, escritórios e clínicas foram montados e passou a ficar cheio de comércio, mas são questões assim, fisioterapia e veterinária. Agora surgiu um local para game que juntava muito jovem e alguns moradores reclamaram do cheiro de maconha que incomodava, pedimos ao Ministério Público para fechar e foi fechado. O CCAB Sul,

um pequeno centro comercial na borda da Roberto Freire, embora tenha bares, tem uma vigilância própria (ENTREVISTADO 2, 2021).



Figura 20: Fotos da rua Engenheiro Roberto Freire e acessos aos Conjuntos dos Professores, Cidade Jardim e Village dos Mares. Fonte: Google Maps, 2021.

Na figura a seguir é possível ver fotos das entradas dos conjuntos: (i) a intersecção entre o bairro e a avenida Engenheiro Roberto Freire e sua continuação e (ii) a avenida Salgado Filho. As fotos retratam um grande fluxo de pessoas, principalmente diante do forte comércio presente nas avenidas, com Supermercados, lojas de colchão, lanchonetes, bares, restaurantes e paradas de ônibus de fluxo contínuo. Além disso, é uma via de intenso movimento, principalmente no final de semana, uma vez que conecta a cidade ao seu maior cartão postal: a praia de Ponta Negra.

Uma das funções da associação é mapear os terrenos vazios e as áreas de acúmulo de resíduos sólidos. Sobre isso, o entrevistado narra que após a avaliação da área, a Secretaria municipal responsável é notificada, relata algumas zonas sensíveis:

A parte do exército é uma preocupação. Antes, eles faziam uma rodagem por dentro, com tratores, tinha as placas que era proibido entrar e tudo, mas de uns tempos para cá eles começaram a desleixar, já não fazem mais. Aí, os marginais, os bichos que usam drogas, essas coisas todas, as pessoas que não têm o que fazer, quebram as cercas e entram (ENTREVISTADO 2, 2021).



Figura 21: Foto da rua Sólon de Miranda Galvão, divisa entre o Conjunto dos Professores e a área do exército.
Fonte: Google Maps, 2021.

A figura mostra a interseção entre o conjunto dos professores (lado esquerdo) e a área pertencente ao Exército (lado direito), uma região de proteção ambiental. Nas fotos, é possível visualizar uma grande área com mata e uma cerca desgastada; do lado esquerdo, visualiza-se um galpão onde funcionava um hipermercado e que por muito tempo ficou inativo, sendo citado como uma antiga zona de preocupação. No entanto, atualmente, o referido local foi comprado e ocupado por uma empresa de material de construção.

O entrevistado também cita a praça Hélio Galvão como um equipamento que desencadeia preocupação, isto porque é uma área que precisa de constantes reparos. Ela relata há voluntários que molham as plantas e que os moradores conseguiram um gari para limpar a praça, sendo ele pago no valor de duzentos reais, rateados entre os moradores: “trocaram o gari que limpava a praça por um muito intelectual, não deu certo, contratamos um agora que conserta tudo, ele é da comunidade”. Além disso, relata o auxílio de alguns vereadores que contribuíram para algumas melhorias:

A menina é candidata a vereadora e consertou a bomba de água da praça, mas não terminou o serviço. Outro vereador recebeu uma emenda e pintou a quadra, mas não colocou as traves e a cesta do basquete, como não terminou toda, eu não fiz o vídeo de apoio que ele pediu. Estou batalhando para outra menina ganhar para vereadora, porque se ela ganhar vai melhorar o bairro. Tem um candidato a vereador do conselho que vai tentar com a polícia ambiental deixar as ruas mais limpas. A prefeitura ficou de trazer bancos para reformar, já que a praça é pública, tem que reformar, eles disseram que não tínhamos obrigação de consertar (ENTREVISTADO 2, 2021).



Figura 22: Fotos da praça Hélio Galvão. Fonte: Google Maps, 2021.

A figura a seguir ilustra a estrutura da Praça Hélio Galvão, que comporta uma igreja católica, uma área arborizada, bancos e parque para crianças. Nas figuras, nota-se pouco movimento na região, contudo, na parte da tarde é possível visualizar alguns moradores ocupando o espaço, principalmente com crianças e cachorros. Nos dias de missa, o movimento é mais intenso. Segundo o entrevistado, apesar da ocupação por alguns moradores, a praça tem pouco movimento e isso desencadeia a preocupação com possíveis assaltos, narra que:

Uma vez a mulher estava caminhando na praça, o cara foi em cima dela e levou o carro. Nessa insegurança, a gente já sabe quem não é da comunidade, assim, qualquer suspeito, ligamos para a polícia dar uma volta na praça. Sentimos um pouco de segurança por isto, porque tem esse contato com a polícia, qualquer coisa que acontece eles estacionam o carro, dão uma olhada, mas é uma insegurança total na praça, não vemos muita gente andando, mas muitos motociclistas, moto velha, vem duas pessoas e um rouba, de dia mesmo, tem muito assalto de celular (ENTREVISTADO 2, 2021).

3.3 ÁREA 03: CONSELHO DE SEGURANÇA DE CAPIM MACIO E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

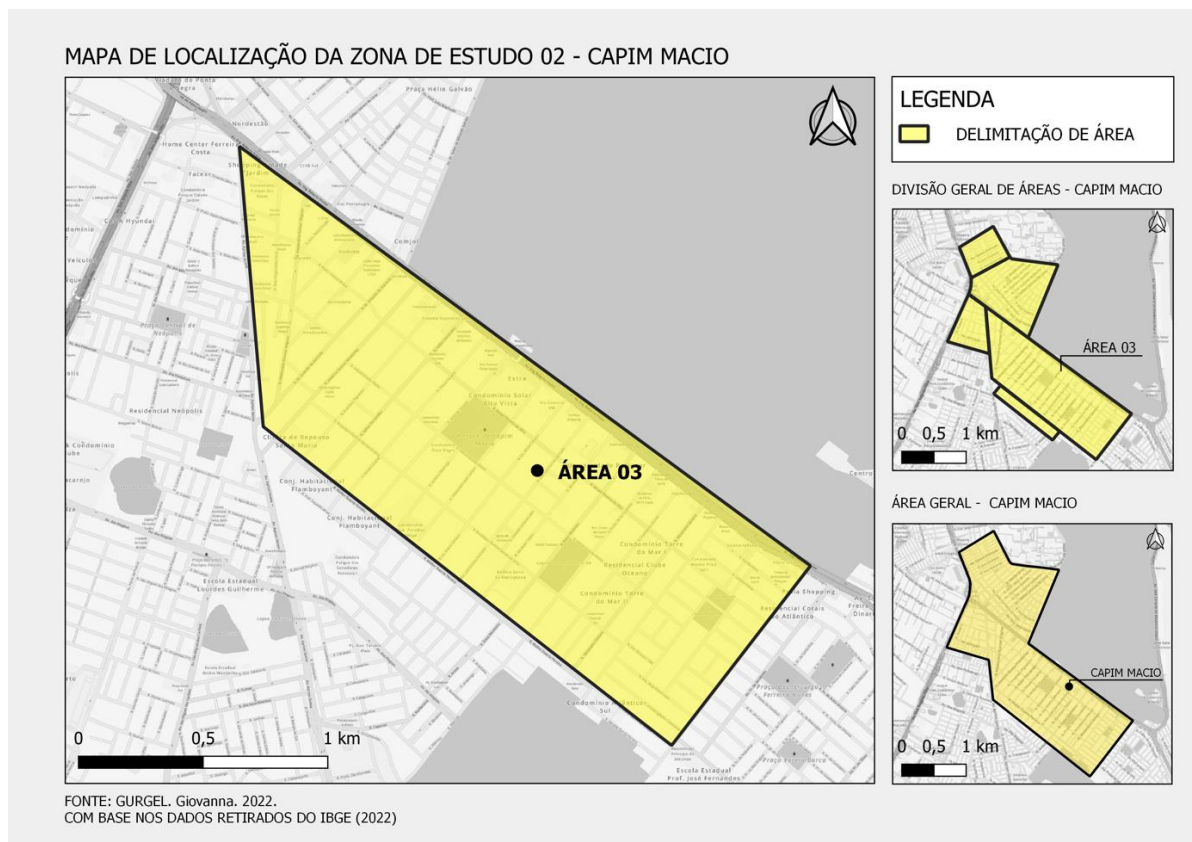


Figura 23: Mapa da área 03 de Capim Macio. Fonte: Ilustração de Giovana Gurgel.

A área 03 fica entre as áreas 02 e 04 e possui a incidência de dois fortes grupos, dotados de dinâmicas próprias, embora possuam interseções: a Associação dos Moradores de Capim Macio, antes denominada Amigos de Capim Macio (ACM), e o Conselho de Segurança de Capim Macio.

O Grupo Amigos de Capim Macio (ACM) surgiu em 2016, contudo, as mobilizações de seus integrantes são visíveis desde 2008. Na época, onde hoje é o Parque de Capim Macio (também denominado de Praça Ecológica) era uma granja e um motel, desapropriados pela Prefeitura de Natal para a construção de uma lagoa de captação da água da chuva em todo o seu terreno. Acontece que uma moradora protestou contra a obra, abraçando uma árvore e dando início a uma articulação dos moradores em prol da área verde ali presente. Assim, após negociações entre a comunidade e a prefeitura, a lagoa foi construída apenas na metade do terreno, dando origem ao Parque.

Essa história parece ser um marco para as lideranças comunitárias que atuam no entorno, uma vez que todas citaram o episódio, com ênfase no ato de abraço à árvore. Apesar de ter

impulsionado mobilizações pontuais dos moradores, apenas em 2016 surgiu o Amigos de Capim Macio (ACM).

Apenas em 2016 formaram um grupo, porque o parque ficou abandonado, muita violência, escuro, ponto de prostituição, tráfico de drogas, a coisa estava ficando muito feia. Em 2016, alguns moradores que já se conheciam fizeram um movimento em prol do bairro, para recuperar projetos de arquitetura que já tinham sido desenvolvidos, mas nunca implementados pela prefeitura (ENTREVISTADO 3, 2021)

A liderança narra que ainda em 2008, algumas propostas arquitetônicas para o parque foram apresentadas à prefeitura, no entanto, ao longo dos anos houve um imbróglia jurídico e o projeto ficou estagnado, resgatado apenas em 2016 pelo grupo, que buscou retomar o pleito de construção do parque, que não possui nenhuma estrutura construída.



Figura 24: Parque Ecológico de Capim Macio. Fonte: Foto do fotógrafo Mardone França (*Facebook Amigos de Capim Macio*, 2020)

A partir das entrevistas, é possível compreender que um dos pontos em destaque para a busca pela construção do parque e até para o surgimento do ACM foi a presença de prostituição no Parque de Capim Macio. Segundo pesquisa realizada por Anderson Silva (2019), ele é utilizado há mais de 20 anos por profissionais do sexo, em decorrência da antiga presença do motel Taiti na região, o que concentrava a prostituição de rua em seu entorno, já que facilitava o contato com os clientes. A figura abaixo ilustra os pontos onde as profissionais se concentram no entorno do Parque.

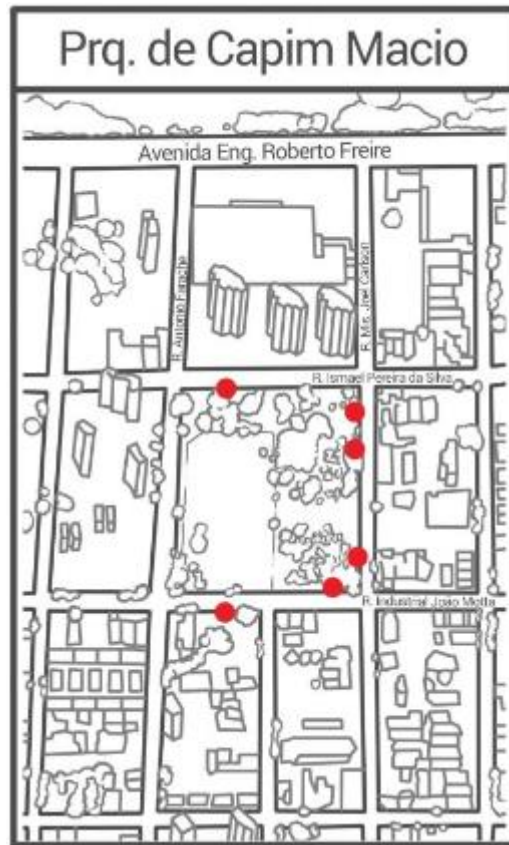


Figura 25: Mapeamento da comercialização do sexo no Parque de Capim Macio. Ilustração: Anderson Silva e Matheus Cosme (SILVA, 2019)

As profissionais trabalham ali de forma improvisada, uma vez que o parque não tem banco ou abrigo, uma das lideranças aponta que a prostituição ali aumentou após a construção de Universidades Privadas na avenida Roberto Freire, o que significou uma maior rotatividade de clientes. O grupo associa a concentração da prostituição no Parque à criminalidade e à violência na região.

O parque tem uma importância porque esse espaço tem a questão da violência, ali tem tráfico descarado, a prostituição envolve homens e mulheres. Sabemos que a prostituição na rua é de difícil abordagem, porque eles podem estar ali, mas não pode ter atentado ao pudor, usam a praça para transar. Quando fizemos uma limpeza na praça encontramos um monte de preservativo. Em pleno Capim Macio, um bairro de classe média alta, não temos condições mínimas, uma praça estruturada, segurança pública. Até conseguimos um gari da urbana que vem fazer a limpeza. Mas tem gente que quer invadir o parque. Tem muito assalto aqui, no grupo de segurança toda hora tem alguém pedindo apoio, principalmente pessoas que andam a pé, condutas realizadas por pessoas de moto. Também tem tentativa de entrar em prédio. Isso faz com que as pessoas deixem de aproveitar o bairro, andar nas ruas. Temos esperança de que com a construção da praça a gente a adote, parceria público-privada, esperança de tomar a praça por projetos culturais, de lazer e ocupação, resolver o problema e afastar essas pessoas indesejáveis que estão fazendo essa situação crítica e quem sabe conquistar um espaço mais humanizado e urbanizado no bairro. O que acontece é que as pessoas ficam presas em seus condomínios, saem e voltam de carro e não se interessam pelo bairro, os problemas que ali existem, é difícil, um trabalho com dificuldade de participantes (ENTREVISTADO 3, 2021)

Em junho de 2021, o Parque de Capim Macio foi interditado para a construção dos equipamentos públicos, em razão de determinação judicial, por provocação e articulação do ACM junto ao Ministério Público, e da aprovação de projeto arquitetônico. O parque disporá apenas de uma entrada e uma saída, que segundo o gestor responsável, servirá ao controle, manutenção e segurança do parque, assim como ocorre em outros parques na cidade. Além disso, contará com quadra poliesportiva, conselho comunitário, mais pontos de iluminação, bicicletário, academia de idosos e cachorródromo (TRIBUNA DO NORTE, 2021).

O ACM surge, assim, de acordo com as narrativas, como uma forma de articulação dos moradores para viabilizar a construção do parque, considerado para o grupo, o coração da região, isso porque não se restringe a uma discussão ambiental, mas, nas palavras de uma das lideranças, “articulando formas de viabilizar uma urbanização mais humanizada e solucionar o problema do afastamento das pessoas e da insegurança no bairro”. Fundado por cerca de 15 pessoas, hoje mobiliza no *What’s App* em torno de cento e cinquenta (150) moradores (que moram entre o Shopping Cidade Jardim e o Praia Shopping), coordenados por quatro lideranças.

O *What’s App* tem a finalidade de conversas rápidas, conversas práticas, por meio dele começam grandes discussões e isso às vezes é um problema, desvirtua a linguagem dele não é a mesma coisa de interagir com as pessoas. Confundem um pouco também essa questão porque tem muita gente que entra no grupo e não obedece aos objetivos, muita gente desvirtua, bota mensagem que não tem nada a ver. É um meio de comunicação bom, faz a conexão, facilita, você está na sua casa e tendo contato com as pessoas. Mas ao mesmo tempo, é difícil tentar uma reunião presencial. Fizemos coral na praça e tal, mas pouca gente queria ir, acaba que a reunião presencial dá pouca gente. Tem vantagens e desvantagens usar o *What’s App* para comunicação do grupo (ENTREVISTADO 3, 2021)

O *What’s App* é hoje o principal meio de comunicação do grupo, possuindo regras próprias. O ACM diz não aceitar políticos, estando atentos ao que chama de “aventureiros”, por ser uma ação de moradores, autodenomina-se um coletivo laico, sem corrente partidária e com o objetivo de trabalhar em prol da comunidade, o que narra ser uma missão desafiadora.

É muito difícil, é um trabalho árduo trabalhar com pessoas, moradores, os brasileiros não têm o sentimento de cidadão, de um lugar, é como querer resolver o seu problema imediato e não o coletivo, isso se mostra muito no grupo. Pessoas que entram como se ele fosse um disque resolver problemas, tipo “tem um buraco na minha rua”, como se fosse um escritório, mas a questão só pode ser resolvida em comunidade, poucas pessoas são atuantes, o restante entra para dar palpite (ENTREVISTADO 3, 2021)

Além da praça, outras questões mobilizaram o grupo, a liderança narra uma sensação de que o bairro foi inacabado em termos de urbanização, acarretando problemas como falta de

iluminação e de trânsito, tendo em vista a ausência de sinalização das ruas, o que aponta prejudicar a segurança. Aliado a isso, dois problemas centrais preocupam: (i) a quantidade de terrenos abandonados, principalmente para especulação imobiliária e (ii) a gestão inadequada do lixo:

É inacreditável o lixo que jogam na rua, pegam seus lixos e jogam na porta do vizinho, isso é um crime ambiental, é outra luta da gente, denunciar e conscientizar. Outro problema, terrenos abandonados para especulação, isso é mais convite para que pessoas joguem lixo. São áreas que ficam dando oportunidade, é até perigoso, às vezes nem tem iluminação direito. Esses terrenos deveriam ser super tributados, porque tem tanto assalto de moto. Tem pouca gente transitando na rua, as pessoas estão em seus carros, quem está andando na rua são pessoas mais simples, trabalhadores, são geralmente assaltados (ENTREVISTADO 3, 2021).



Figura 26: Campanha de Conscientização de Descarte de Lixo. Fonte: *Facebook ACM*, 2020.

Algumas campanhas foram realizadas pelo grupo para conscientização dos moradores sobre a necessidade de descarte legalizado de resíduos sólidos e reciclagem, principalmente por meio das redes sociais *Facebook* e *What's App*, além da campanha visual no bairro, ilustrada na figura 27.

Sobre os terrenos abandonados, a criação do Recanto da Praça pelo ACM, localizado entre as ruas Antônio Farage e João Motta, foi uma ação importante para o grupo, presente nas narrativas de uma forma central, como é possível notar:

De uma hora para outra, uma obra realizada pela prefeitura no parque acabou e o barracão onde se guardavam os equipamentos foi deixado vazio, óbvio que uma mulher ocupou. Dizem que ela era namorada de um vigia da obra, e se apossou do local como se fosse a casa dela. Denunciamos desde o início ao Ministério Público, e a mulher era desaforada, peitava todo mundo. Ela era meio perturbada das ideias, era horrível, um lugar imundo, víamos de cima do prédio, era um barraco caindo aos pedaços, ela era uma pessoa estranha. No meio do ano passado estávamos aqui com o presidente da Urbana em uma reunião e recebemos uma denúncia que a moça tinha sumido e ela tinha deixado três cachorros sem comida e água. A polícia do meio ambiente entrou e levaram os cachorros, o presidente da Urbana acionou o secretário da

SEMSUR e SEMURB, veio todo mundo e descobriram que a nossa denúncia ao Ministério público tinha sido acatada há 03 anos e as Secretarias não tinham feito nada. A mulher sumiu, eu não sei dizer se ela morreu, tiraram as coisas dela, colocaram em um depósito e ficou no local um lugar muito bonito, todo mundo que passa acha uma coisa extremamente bem cuidada (ENTREVISTADO 3, 2021).

O antigo depósito foi derrubado e o ACM formou um outro grupo, com 26 pessoas, chamado “Amigos do Recanto”, as quais reformaram o espaço e, trimestralmente, os moradores doam uma quantia para a conservação do local. Na figura 28, é possível visualizar o espaço, onde antes era um barracão, após a atuação dos moradores.



Figura 27: Foto do Recanto após a intervenção dos moradores de Capim Macio. Fonte: Cedida pela Liderança do ACM.

Em dezembro de 2020, o grupo Amigos de Capim Macio se tornou a Associação de Moradores de Capim Macio, após uma Assembleia para a criação do Estatuto, segundo este os objetivos do grupo giram em torno da articulação dos moradores para atuação em prol do bairro. Embora se autodenomine a Associação dos moradores de Capim Macio, o grupo tem uma inserção consolidada na área na área 03, não se inserindo ainda nos demais territórios do bairro.

O Conselho de Segurança de Capim Macio, que também abrange a Área 03, nasceu em 2016, segundo a liderança, policiais do 5º Batalhão da Polícia Militar reuniram os moradores para apresentar a proposta de criação de uma iniciativa que aproxima a polícia da comunidade, já implementada em outras áreas do bairro:

Durante quatro anos unimos a população, o que é muito difícil, as pessoas se conhecem, nem que seja por nome, conseguimos a confiança dos policiais, o que era muito difícil, eles tomam café na sua casa se você chamar. Às vezes comprávamos bolo, refrigerante, chamávamos eles. “Vocês estão onde? Pegue aqui um bolo”. Alguns entendem isso como “ah, eles fazem isso para que a gente fique no pé”, mas não, é uma parceria, eu te ajudo, você me ajuda. Tem gente que dá almoço todos os dias. Mas não

é que o policial só vai atender se a gente der comida. Aqui combina mais campanhas periódicas, já no outro bairro eles dão almoço. Tudo é ajuda, tem lojas que dão descontos para policiais, essa parceria e união (ENTREVISTADO 4, 2021).

Na iniciativa de aproximar a polícia da comunidade muitas ações foram relatadas:

A primeira iniciativa foi arrecadar dinheiro para consertar a viatura do 5º Batalhão, que estava com a estrutura muito precária, conseguimos juntar 2.700 reais (...) A gente começou a cativar os policiais, eles precisam de nós e precisamos deles. Um policial levou um tiro e fomos comprar remédio para eles, fizemos lanches. Teve outro policial que ficou esperando uma operação em um hospital, conseguimos levar o que ele precisava. Teve a festa de dia das crianças que juntamos o dinheiro com a comunidade, alugamos a AMPA e brinquedos para eles levarem para as crianças. Fizemos reuniões para eles darem palestras e assim fomos conquistando (ENTREVISTADO 4, 2021).

Além dos casos narrados, a liderança aponta que em 2017 os policiais estavam com três meses de salário atrasado e ligaram para a coordenação do CONSEG sugerindo uma passeata dos moradores para reivindicar os direitos dos trabalhadores, que estavam passando necessidade. A liderança narrou que optou por não articular tal movimento porque não teria adesão dos moradores, eles não iriam para as ruas, mas teve a ideia de arrecadar cesta básica, o que afirma ter tirado muitos trabalhadores de uma situação crítica.

Além das campanhas para os policiais, foram realizadas melhorias nas estruturas de segurança do bairro:

Conseguimos uma viatura para o bairro, e hoje está assim, se eu ligar aqui hoje “oi dona (...)”, eles vêm agora, está assim, nesse nível, eles confiam na gente. O posto policial em Ponta Negra, o Comandante tinha a vontade de transformar a base em uma companhia de polícia, base é só um apoio, o policial não pode ficar, já a companhia tem toda uma estrutura, alojamento, cozinha, sala de administração. Em 2018 arrecadamos 3.700 reais, não é muita coisa, mas demos uma melhorada e os próprios policiais se mobilizaram para conseguir coisas para lá. Em 2019, uma chuva danificou o local e conseguimos novamente arrecadar e reformar, construímos alojamento e outra sala. Todos os comprovantes são guardados e a prestação de contas é divulgada, assim, a comunidade tem confiança no CONSEG (ENTREVISTADO 4, 2021).

Segundo o entrevistado, o grupo inicial era composto por 10 moradores, os que se propuseram a participar da reunião e criaram um grupo na rede social *What's App* para obter melhor comunicação. Pela narrativa, tal grupo, no referido aplicativo, ficou cheio em menos de um mês, acarretando a necessidade de pensar em uma melhor sistemática. O entrevistado narra que: “um morador teve a ideia de dividir em grupos, dividimos o bairro em 5 grupos. A cada 4 ruas tem um coordenador e é denominado por setor”. Embora a narrativa fale sobre o bairro, a divisão foi realizada tendo em vista a Área 03.



Figura 28: Divisão por setores do Conselho de Segurança de Capim Macio. Fonte: Acervo pessoal do entrevistado do Conselho de Segurança de Capim Macio.

O Conselho hoje tem mil moradores articulados em dois grupos do *What's App*. O grupo de Emergência foi resumido da seguinte forma: “você está aqui e pulou um cara, você manda mensagem para esse grupo”. O grupo de ocorrências por sua vez: “casos que não são emergências, tipo um carro que andou na rua mais cedo, uma pessoa que foi assaltada há muito tempo”. Assim, o grupo de emergências é para que o morador relate uma atitude suspeita que esteja acontecendo naquele momento, enquanto o grupo de ocorrências diz respeito às ações realizadas em outro momento, que podem ensejar um futuro delito ou já foi concretizado.

O entrevistado aponta que as redes sociais foram importantes para a concretização do projeto, narra: “veja, você anda aqui na rua e não vê ninguém, como a gente se comunica? Por meio do *What's App*, entendeu? O *Facebook* não é muito forte, embora seja visto”. Segundo ela, a maioria das pessoas dos grupos não se conhecem para além dos nomes, elas trocam informações sem se conhecerem por causa da credibilidade do grupo, que tem reconhecimento pelas melhorias na segurança do bairro. Além disso, os grupos no *What's App* têm muita aderência porque é proibido falar “besteira”, principalmente assuntos de política.

As pessoas relatam muita coisa. Exemplo: Um cara estava aqui no meu prédio dizendo que era do CREA e queria fazer uma vistoria no meu projeto de foto voltagem (energia solar), aí eu disse espera, não deixe ele entrar, vamos chamar o DELTA7, em outro caso, veio uma pessoa vendendo um chip da Claro na residência de um morador, poderia ser um bandido, não é? Eu estava trabalhando e não vi o desfecho se era ou não. Os meninos vinham de dia quando eu disse: “olhe, tem uma, a que morava no Recanto, traficante que eu acho que ela está vendendo aqui”, eles fizeram a batida nela, que estava com o isopor dizendo que vendia dindin, aí os meninos diziam “acho que ela guardou a droga em algum canto porque a gente chegou lá e era só dindin”. Eles são muito legais, tem muito carinho por nós, já tem quatro anos (ENTREVISTADO 4, 2021).

Embora a Polícia Militar seja contatada por meio do 190, o 5º Batalhão disponibiliza um número para contato direto entre a comunidade e a polícia, conforme disse a liderança; embora apenas os moradores coordenadores devam ter acesso ao número, o telefone foi disponibilizado para a comunidade.

Então, o número, não era certo passar, mas eu não tenho tempo de ficar acompanhando as ocorrências 24 horas, teve uma de 1 hora da manhã, se eu ficar sozinha detentora do telefone, não tem como, olha a responsabilidade, só eu ficar responsável. Outra questão, a melhor pessoa para explicar é quem está na ocorrência e não eu, distante. A menina responsável pelo outro lado não disponibiliza o número para os demais moradores, mas não tenho condições. Essa prática eu não sigo não, nas outras regiões só as coordenadoras ligam (ENTREVISTADO 4, 2021).

A liderança ressalta a importância desse contato direto:

Se for esperar pelo 190 o cara evade (foge). Temos que dar graças a deus eles virem pelo CONSEG, porque a obrigação deles é com o 190. Agradecer que temos esta parceria aqui. A ideia do *What's App* é nossa, compramos até um telefone para eles, porque o deles era 'o bombinha', não pegava o *What's App*. Agora eles pedem para ligar depois para o 190, é o que eles chamam de mancha branca, precisa ligar para o 190 depois de notificar no grupo. e lá fica registrado que teve uma ocorrência naquele local (ENTREVISTADO 4, 2021).

Embora o Batalhão direcione sobre a necessidade de comunicar ao 190, além da ligação direta, de forma a evitar a subnotificação, a liderança expõe que os moradores acabam ligando para o 190 apenas quando é algo mais sério.

O nosso medo é o bandido que vem de Mãe Luiza, nem todos são registrados com Boletim de Ocorrência, mas aqui tem muito assalto mesmo. No grupo do conselho eu vejo assalto todos os dias, tenho medo de passar pela praça e ser assaltada por uma travesti. Aqui não tem praça para caminhar, vou caminhar em Neópolis, as pessoas começam a andar às 16h30 e ficam até umas 22 horas. A iluminação é precária e as pessoas estão isoladas em casa. Teve uma época que era comum tocar fogo em lixo, tinha uma senhora sozinha em sua casa pedindo socorro, se não fosse o grupo não saberíamos que a senhorinha estava sufocada com a fumaça do vizinho (ENTREVISTADO 4, 2021).

Ao ressaltar a questão das ocorrências e a sua relação com o isolamento dos moradores, a liderança demonstrou uma preocupação com a gestão do lixo, ressaltando uma iniciativa realizada pelos moradores no denominado "beco de Capim Macio". Segundo a narrativa, o beco tem tudo a ver com segurança, porque é uma ruela que liga duas ruas e dá acesso à Avenida Engenheiro Roberto Freire. Esse terreno foi desapropriado para fazer uma rua, mas não foi feito, sendo mal iluminado, cheio de lixo e acidentes de trânsito.



Figura 29: Beco de Capim Macio depois da revitalização promovida pelos moradores. Fonte: Acervo pessoal do entrevistado do Conselho de Segurança de Capim Macio.



Figura 30: Beco de Capim Macio depois da revitalização dos moradores. Fonte: Acervo pessoal do entrevistado do Conselho de Segurança de Capim Macio.

Na figura acima, é possível visualizar o antes e o depois do calçamento do denominado “beco”, bem como da limpeza e pintura realizada pelos moradores na região. Outra iniciativa promovida pelo CONSEG foi a parceria com empresa de monitoramento eletrônico do bairro:

A proposta foi boa, o morador paga 60 reais e tem sua rua monitorada por uma câmera vinculada a um aplicativo, monitorando o bairro por meio dessas câmeras. Eu tenho a visão da minha rua e de várias ruas ao meu redor. Quando eles começaram, cobraram 60 reais, mas acho que viram que estava muito barato, daí deram a ideia de que fosse um projeto colaborativo, que uma pessoa pagasse 60 reais, mas as casas que a câmera cobrisse também custeassem, com um valor menor, mas essa ideia não foi implementada. Minha câmera, por exemplo, tem visão para quatro casas. Acho que o projeto não deu tão certo como imaginavam porque eles não souberam apresentar e mostrar confiança, porque é muito difícil entender por que eu quero ver as ruas, difícil convencer sobre a importância de ter um bairro monitorado. O bandido está aqui, você vê. As pessoas ainda têm essa cultura, é que nem portão eletrônico, no sul e sudeste é

só o que tem, aqui não. Mas, bem, embora o projeto não tenha sido como o idealizador pensou, está andando (ENTREVISTADO 4, 2021).

Segundo o relato, a empresa propôs ao CONSEG que o grupo do *What's App* fosse finalizado e deixasse a cargo da empresa gerir os grupos a partir do monitoramento, contudo, afirma que nem todo mundo poderia pagar 60 reais, assim, nem todo mundo migraria. Hoje, pelo projeto, o bairro tem em torno de 100 câmeras de monitoramento.

Quanto às dificuldades do Conselho de Segurança, a liderança aponta a tentativa de politização da discussão e a falta de mobilização dos moradores em assumir demandas.

O pior de tudo é quando vem político. Um político prometeu 20 câmeras, mas o que eu faria com isso, onde eu ligaria as câmeras? Como custear o técnico e a fiação, a estrutura, a televisão, não tem como ser assim. Você vai na rede social do político e está lá dizendo que foi ele que fez, mas fomos nós. Todo mundo quer ter a polícia ali, ter a rua monitorada de graça, mas não quer assumir o grupo (ENTREVISTADO 4, 2021).

3.4 ÁREA 04: CONJUNTO FLAMBOYANTS

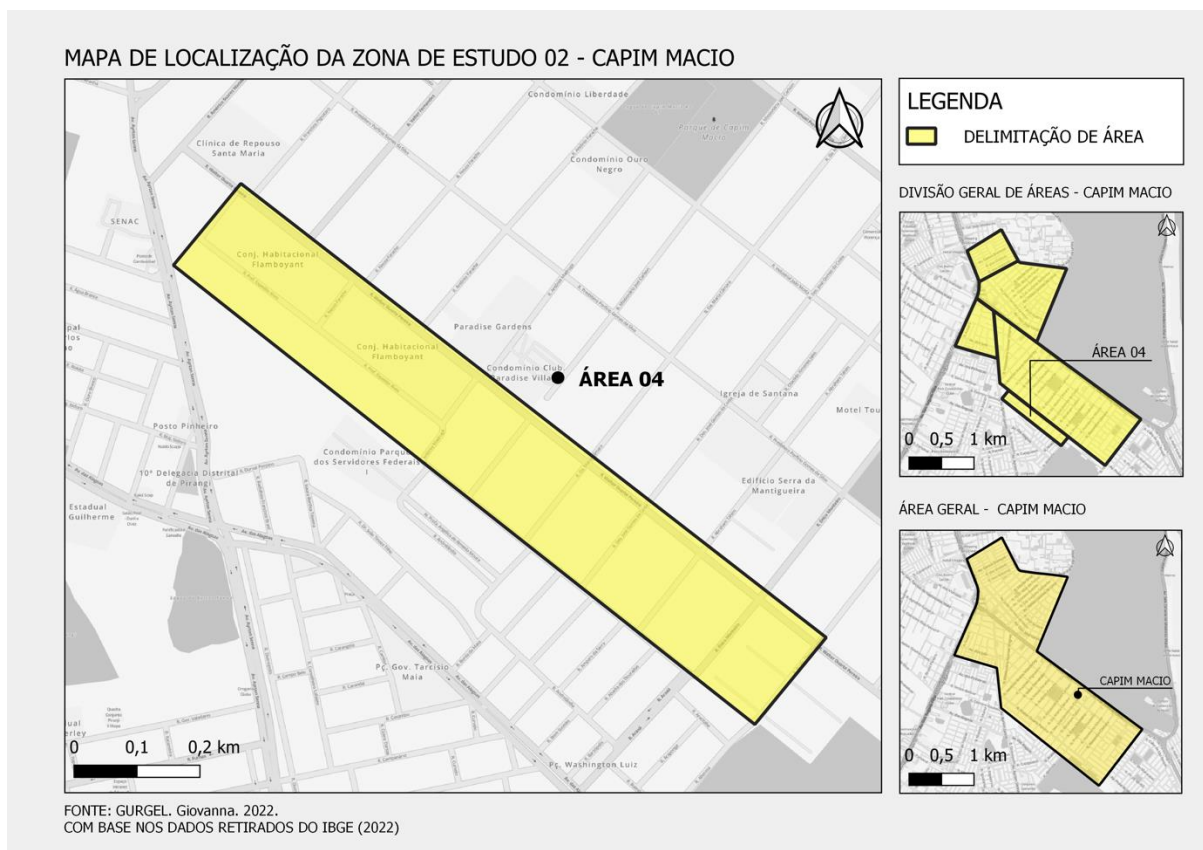


Figura 31: Mapa da área 04 de Capim Macio. Fonte: Ilustração de Giovana Gurgel.

A área 04 faz fronteira com a área 03 e o bairro de Neópolis, o grupo atuante é o Conselho Comunitário do condomínio Flamboyants, que possui 550 apartamentos, divididos em 44 blocos, residindo em torno de 2 mil pessoas, segundo o entrevistado.

O Conselho Comunitário do Flamboyants possui uma equipe com cinco pessoas, além do apoio dos síndicos de cada bloco, eleitos por meio do voto dos moradores. O Conselho é responsável pelas questões comuns do condomínio, como iluminação, poda das árvores e limpeza das ruas.

O entrevistado compartilha que o condomínio possui apenas um grupo para tratar de todos os assuntos, além do grupo com apenas os síndicos de cada bloco, assim, no grupo dos moradores se trata de segurança, troca e vendas de produtos, perda de animais, questões comuns do condomínio, como organização de eventos, a exemplo do São João, que é uma tradição realizada pelos moradores. A maior dificuldade em reunir as pessoas no *What's App*, de acordo com a liderança, são as discussões políticas, segundo ela: “quando se fala de política é complicado, temos regra para não falar de política, eu tive que excluir duas pessoas do grupo”.

O entrevistado avalia a segurança do bairro da seguinte forma:

O conjunto é tranquilo, mas já tivemos momentos de insegurança. O CONSEG também atua no condomínio, embora se trate de Conselho Comunitário. Há sistemas de monitoramento, que ajudam muito o bairro, toda semana ocorria um assalto, os motoqueiros passavam e levavam os celulares. Antigamente tínhamos alguns problemas, eram assaltos constantes de motoqueiros, a rua mais preocupante era a entre os blocos. Foi pelo CONSEG que veio o sistema de monitoramento, que ajudou a diminuir os assaltos, às vezes é que vem um sustozinho, um motoqueiro. Depois do monitoramento tivemos apenas três assaltos. Melhorou porque a câmera inibe o assaltante. Quando acontece qualquer coisa tiramos foto, mandamos o vídeo para a polícia. Os assaltantes sabem que o conjunto é monitorado e que serão identificados, temos as plaquinhas. Nós já tínhamos o sistema da ronda, mas, mesmo assim, o monitoramento ajudou muito, não tenho do que reclamar. Assim, eu tenho o grupo do CONSEG, o sistema de monitoramento, o DELTA7, uma viatura da Polícia Militar que entra no conjunto, dando cobertura pela parte do dia, e a noite tenho a segurança privada (ENTREVISTADO 5, 2021).



Figura 32: Fotos da rua Expedito Alves no conjunto habitacional Flamboyants. Fonte: Google Maps, 2021.

Apesar da narrativa apontar para uma melhora na segurança após o videomonitoramento, a liderança relata o desejo da comunidade em fechar a rua existente entre os blocos, que é a que mais preocupa os moradores. Na figura abaixo é possível visualizá-la, trata-se de uma rua extensa, ocupada por blocos dos dois lados, com pouco movimento diante da sua localização.

As placas mencionadas na transcrição são disponibilizadas pelo sistema de segurança contratado, o mesmo apontado pela liderança da área 03, em que ele era contratado pelos moradores. No caso da região 4, a intermediação é realizada pelo Conselho de Segurança, localizando-se nas entradas do conjunto.

Segunda a liderança, a área do condomínio foi ocupada por alguns comércios informais, ilustrados abaixo, apesar de alguns moradores reclamarem da ausência de registro deles, a maioria dos condôminos se beneficiam, por serem os maiores frequentadores, facilitando a compra de produtos, principalmente alimentos.



Figura 33: Comércio e quadras de esporte da rua Expedito Alves no conjunto habitacional Flamboyants. Fonte: Google Maps, 2021.

A figura a seguir ilustra o comércio, as quadras de esporte e a base do conselho comunitário atrás. Essa é a parte da rua entre os blocos com maior movimento de transeuntes, principalmente crianças e adolescentes que frequentam as quadras.

As quadras só são ocupadas por moradores, raramente pessoas de fora, tem senhoras fazendo caminhada, quando vem alguém de fora é alguém convidado. Já teve alguém tentando usar, mas sempre que chegam o pessoal já diz que é do conjunto, mesmo sabendo que essa quadra não faz parte do condomínio, mas da prefeitura. Todo mundo ficou surpreso, mas por uma parte é bom, porque como o conselho não tem muito recurso, a parte de iluminação a prefeitura se responsabiliza, só fica com o conselho a parte de limpeza (ENTREVISTADO 5, 2021).

CAPÍTULO 4: O *HABITUS* DAS LIDERANÇAS DO BAIRRO DE CAPIM MACIO E O MEDO DO CRIME

O presente capítulo visa discorrer sobre o *habitus* das lideranças de Capim Macio, respondendo, posteriormente, quatro questões centrais à pesquisa: (1) Como as lideranças comunitárias descrevem os crimes que são objetos do medo? (2) Quais os fatores presentes no cotidiano das lideranças comunitárias favorecem o medo do crime? (3) Quais são as práticas desencadeadas a partir do medo do crime? (4) Como os campos que atuam em Capim Macio se relacionam com o *habitus* das lideranças comunitárias?

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O *HABITUS* DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE CAPIM MACIO

O *habitus* das lideranças comunitárias, enquanto um sistema de estruturas estruturantes (BOURDIEU, 1997), tanto condiciona como é condicionado pelas práticas e representações sociais presentes nas relações interpessoais dos moradores do bairro de Capim Macio. Essa afirmação significa que a estrutura descrita no capítulo 2 acerca das dinâmicas socioespaciais e criminais que permeiam o cotidiano desses moradores se correlacionam com a apropriação, reprodução e estruturação das práticas sociais por eles narradas no capítulo 3.

A presente pesquisa entrevistou seis lideranças, entre 40 e 75 anos. Entre aposentados e donas de casa, todos são moradores de Capim Macio e participam ativamente dos coletivos e associações presentes no bairro. Além disso, à exceção de um morador, todos se mudaram para o bairro entre os anos 1980 e 2000, período em que Capim Macio passou por uma intensa modificação da sua estrutura urbana, transformada a partir da construção de grandes equipamentos, como supermercados, shoppings centers e universidades.

O Entrevistado 6 afirma morar no bairro desde o ano de 1995, tendo sido atraído pela tranquilidade e segurança, relata que era um lugar onde as crianças podiam brincar na rua, afirmando inexistir o grande fluxo de pessoas que transitam hoje pela avenida Roberto Freire. Segundo o morador, na época, o que mais o preocupava era a presença “dos travestis” no parque de Capim Macio, narra: “aqueles travestis que ficavam perturbando, uma vez correram atrás do meu filho, acho que ele e os amigos provocaram de alguma forma”.

As ruas que comportavam as brincadeiras dos seus filhos quando crianças passaram a ser vistas como motivos de preocupação, não transmitindo a mesma segurança de antes. A liderança afirma que quando os filhos entraram na faculdade foram vítimas do crime de roubo

no trajeto para casa, desencadeando a necessidade de buscá-los diariamente na parada de ônibus.

Ele conta, ainda, que teve seu carro roubado duas vezes na sua antiga casa. Na primeira vez, seu filho estava saindo quando quatro homens chegaram com armas de fogo. Ele afirma que eles fariam um “arrastão” na casa, contudo, diante do barulho que provocaram, roubaram apenas o carro. Na segunda vez, relata que também levaram seu automóvel, contudo, ele reapareceu horas depois.

A narrativa evidencia que o medo do crime está associado a condutas contra o patrimônio dos moradores, o que se relaciona com os altos índices de notificação de roubos no bairro, ao amplo acesso a bens de consumo na região e ao alto valor agregado das propriedades.

Quando questionado sobre os fatores que levaram às mudanças sobre a segurança de Capim Macio, o entrevistado afirma que a região se transformou há cerca de 10 anos, tornando-se insegura em decorrência das pessoas de fora, que trafegam de moto, bicicleta e até de carro. Ele acredita que os responsáveis pela violência do bairro vêm de outras regiões da cidade porque Capim Macio abriga a classe média, inexistindo favelas em seu território.

A ideia do perigo para a liderança, que sobretudo é um morador do bairro, está associada à mudança na estrutura do bairro, que transformou a tranquilidade da região. O entrevistado entende que a presença de grandes empreendimentos atraiu um grande fluxo de pessoas, retirando do bairro a tranquilidade vista na década de 1990.

Entendendo representações sociais como noções de mundo que dão sentido aos fenômenos sociais, à medida que constituem esses fenômenos, as “pessoas de fora” narradas pelo entrevistado nada mais são do que representações dos sujeitos perigosos, a percepção de quem é temido. Assim, de forma simplista, a violência do bairro é explicada, temida, denunciada e esperada por sujeitos que não pertencem à região, associados à pobreza, o que mobiliza sentimentos como ódio, medo e frustração pelos moradores (PORTO, 2010).

A liderança diz residir hoje em um condomínio por ele arquitetado, constituído por quatro casas, com área de lazer, onde sua família mora, além do espaço do escritório onde trabalha. O local possui cerca elétrica e câmera de monitoramento eletrônico, relata: “eu vejo tudo, vou chegando em casa e vou olhando, eu tenho acesso a essas câmeras. Eu me sinto segura, estou sempre olhando”.

A construção do condomínio possibilitou ao morador um espaço para caminhadas, não se sentindo seguro praticando exercício nas ruas do bairro. Embora outros moradores prefiram

caminhar na movimentada Roberto Freire, ele afirma ter presenciado um assalto a duas senhoras na avenida, o que o inibiu de ocupá-la. A liderança cita o parque Capim Macio como outro local de caminhada, mas aponta o problema “dos” travestis. Ele explica que a prostituição aumentou após o estabelecimento de universidades particulares no bairro, porque passou a circular mais pessoas, que usam e contratam os serviços, afirma: “eles estão ali para prestar o serviço, mas é muito danoso para o bairro, a tarde já tem duas ou três sentadas no parque, desencadeando muitos prejuízos, como nudez e assaltos, quando elas não conseguem clientes”.

O entrevistado 3 aponta que morou em outro bairro da cidade por 30 anos, até 2008, quando aponta ter a violência chegado lá, o que o fez se mudar para Capim Macio, um bairro que identificava ter poucos moradores, o que garantia ter tranquilidade. Aponta que fora do condomínio não cultivou amizades, uma vez que pouco se anda nas ruas, as pessoas estão sempre de carro, as calçadas são péssimas e existe muito terreno vazio, com pouca arborização, o que dificulta no sol da cidade, além do desnivelamento das calçadas, que são ainda ocupadas pelos carros. Ele afirma gostar de caminhar, mas que toda essa situação desestimula. A questão da baixa interação entre os moradores do bairro também foi citada pelo Entrevistado 4, que afirmou morar há cinco anos em Capim Macio. Ele aduz que desde que se mudou para o bairro percebeu uma rotatividade de ocupação das casas, desencadeando muita insegurança.

Percebe-se a partir da fala dos entrevistados que o medo do crime despertou estratégias de proteção no bairro, tolhendo a circulação de pedestres, materializadas por meio da instalação de câmeras de segurança, construção de condomínios de grande porte e baixa circulação nas ruas, além da forte incidência de muros altos, cercas de proteção, uso intenso de automóveis e poucos transeuntes em suas ruas internas.

Tais mecanismos estão evidenciados e ilustrados no capítulo 2, que também clareia a forte presença de shopping centers, comércios, como farmácias, lojas de móveis e lanchonetes. Importa refletir que a promoção desses espaços significa o perecimento de espaços efetivamente públicos. Os espaços comerciais acabam se travestindo de público, possuindo uma série de empecilhos para o acesso de pessoas consideradas perigosas. Tornam-se espaços de refúgio para quem possui poder aquisitivo para compra, e busca o evitamento pelo medo de vitimização, comportando uma série de atributos da segurança privada (CALDEIRA, 2000).

Uma outra característica socioespacial narrada que deve ser pontuada, pois também possui relação com o medo, é a incidência de terrenos e espaços comerciais desativados, com forte relação com o medo, uma vez que remetem à ideia de perigo, a possibilidade de ocupação irregular, sujeira, espaços passíveis de vitimização (CAMINHAS, 2010).

Assim, o *habitus* das lideranças de Capim Macio surge da correlação entre experiências individuais e coletivas, sendo o resultado das experiências de vitimização, das formas de interação entre os moradores e destes com o espaço urbano, da classe social pertencente, que em confronto com a realidade desencadeia percepções e necessidades, impulsionando as narradas práticas de proteção, evitamento e autodefesa.

O campo da segurança pública encontra destaque na relação estabelecida com o *habitus* dos moradores, principalmente, diante da experiência de policiamento comunitário no bairro, sua continuidade evidencia uma relação de confiança das técnicas policiais de contenção do crime e da violência pelas lideranças comunitárias, o que também se correlaciona com o *habitus* dos sujeitos desta pesquisa.

Importa destacar que este tópico não visa esgotar a discussão sobre o *habitus* das lideranças de Capim Macio. Uma vez que o *habitus* media processos relacionais de disposições dos indivíduos, quatro questões foram ressaltadas para aprofundar a discussão: (1) Como as lideranças comunitárias descrevem os crimes que são objetos do medo? (2) Quais os fatores presentes no cotidiano das lideranças comunitárias favorecem o medo do crime? (3) Quais são as práticas desencadeadas a partir do medo do crime? (4) Como os campos que atuam em Capim Macio se relacionam com o *habitus* das lideranças comunitárias?

4.2 COMO AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DESCREVEM OS CRIMES QUE SÃO OBJETOS DO MEDO?

Quando se trata do medo do crime nas cidades, discursos e imaginários costumam estar atrelados às ações que envolvem violência. Homicídio, latrocínio, roubo e estupro são espécies que reiteradamente causam pânico na população das cidades. Esta seleção de temores exclui outras categorias de crime, como violência doméstica, corrupção e discriminação racial, estando associada às ocorrências nas ruas, aos encontros próprios do meio urbano (FRANÇA, 2010).

No bairro de Capim Macio, há uma baixa incidência de condutas letais quando comparada a outras regiões da cidade de Natal. Entre os anos de 2015 e 2019, dez (10) casos foram mapeados, vitimizando, em 80%, pessoas que sequer moravam no bairro. Em sua maioria, essas pessoas eram homens negros em confronto com a polícia ou com os próprios moradores (OBVIO, 2020b). Tais dados, associados às narrativas de quem mora no bairro, desencadeiam a concepção de que a vitimização letal não aparece com um objeto do medo do crime em Capim Macio.

O roubo, por sua vez, uma conduta que alia a violência à perda do patrimônio, é um ponto central para os moradores quando se discute o medo do crime, afirmativa subsidiada pelas narrativas, bem como ao número expressivo de denúncias dos moradores do bairro. Entre os anos de 2016 e 2019 foram 1.136 denúncias em Capim Macio, estando entre os dez bairros de Natal com os maiores números de notificações.

Importa esclarecer que o dado acima trazido não tem o escopo de valorar se Capim Macio possui objetivamente um número elevado de roubos, uma vez que tal estatística diz respeito às denúncias recebidas pelo órgão oficial, não sendo possível aferir o real número de casos. Além disso, a estatística de roubo em Natal, uma tendência nacional, possui uma dificuldade de comparação entre os bairros, em função das subnotificações. Dito isso, os dados funcionam como um direcionamento sobre a confiabilidade dos moradores do bairro na atuação da polícia.

Sobre o crime de roubo, narram: “no grupo do conselho eu vejo assalto todos os dias, tenho medo de passar pela praça e ser assaltada por uma travesti” (...) “Antigamente, tínhamos alguns problemas, eram assaltos constantes de motoqueiros, a rua mais preocupante era a entre os blocos” (...) “O bandido está na rua, já fez outros assaltos, mas o policial ainda responde processo” (...) “Teve um assalto que a moradora contratou um cara para trabalhar, podar a árvore, em um dia de domingo, ele já estava observando toda a dinâmica da casa, levou o celular da senhora e vinte reais, ela procurou e não achou, cismando que tinha sido ele”.

Nos trechos acima, é possível compreender uma confusão realizada pelos moradores entre os crimes de furto e de roubo, nomeando ambos na categoria de “assalto”. Enquanto o roubo representa um crime que alia uma grave ameaça à perda do patrimônio, o furto é um ataque ao patrimônio em si, ao elevar os dois a uma só categoria, isto é, o “assalto”, os moradores potencializam o discurso do medo, elevando o furto a uma conduta potencialmente danosa à vida, como se ambos os crimes tivessem a mesma gravidade, enfatizando o medo da perda do patrimônio. Nessa mesma seara, o arrombamento de casas encontra guarida, uma vez que em si não representa um dano à vida, mas ao patrimônio.

Aqui há uma forte questão de classe social envolvida, Capim Macio é um bairro de classe média alta, possuindo imóveis taxados com um dos IPTUs mais caros da cidade, com amplo acesso aos bens de consumo com alto valor agregado como televisão, telefones, *tablets* e carros. Há, assim, um medo associado à perda do patrimônio, sendo o roubo de veículos a categoria que mais preocupa os moradores: “o assalto a veículos é recorrente, principalmente durante o dia, em virtude da saída ou chegada dos moradores e seus visitantes”. Embora também

citam o roubo de celulares, distanciam-se desta modalidade afirmando que ela vitimiza os prestadores de serviço que necessitam andar a pé no bairro, uma prática que eles evitam.

Outros crimes foram citados, mas não aparentam simbolizar o objeto do medo do crime, mas o medo de outras questões urbanas, são eles: tráfico de drogas, descarte irregular de lixo e o crime de ato obsceno. O crime ambiental de descarte irregular de lixo foi citado, estando relacionado à forte incidência de vazios urbanos e significa para os moradores a construção de espaços que dão oportunidade à vitimização. O crime de ato obsceno, associado às condutas de masturbação em público, nudez e prostituição, além do tráfico e do uso de drogas também foram citados. O tráfico e o uso de drogas relacionam-se à dinâmica da prostituição, bem como são relacionados a questões ambientais e de segurança, como a falta de fiscalização no terreno do exército. Nesse contexto, a prostituição também é vista com receio, como um comportamento desviante, embora não seja tipificada como crime.

Os apontados crimes e a prostituição não representam o medo em decorrência da ação em si. Qual seria, então, a perda ou a questão objetivamente sob ataque para os moradores nos crimes de ato obsceno, tráfico de drogas e de descarte irregular de lixo, no que diz respeito ao plano individual? São crimes que atacam de uma forma simbólica: não ter uma gestão adequada de lixo; conviver com as dinâmicas da prostituição “no claro do dia” e o tráfico e uso de drogas não significam para os moradores um ataque à vida ou ao patrimônio, mas, sim, uma perturbação ao *status* social do bairro, como narrou o morador: “em pleno Capim Macio, um bairro de classe média alta, não temos condições mínimas, uma praça estruturada, segurança pública”. O medo de tais crimes, na realidade, traduz ansiedades e conflitos que não têm como objeto os crimes apontados, mas a ameaça à diferenciação social que para os moradores deveria existir entre um bairro de classe média alta e outras regiões da cidade (ADORNO; LAMIN, 2006; GIRLIN; SPARKS, 2000; CALDEIRA, 2000).

4.3 QUAIS OS FATORES PRESENTES NO COTIDIANO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS FAVORECEM O MEDO DO CRIME?

A trabalhadora do sexo, a vendedora de “dindin”², o revendedor de chip, o comerciante informal e o prestador de serviços têm em comum a representação do agente perigoso. Os moradores de Capim Macio narram os prestadores de serviço como corpos que trazem medo. Vindos de outros bairros, como o citado “Mãe Luiza”³, é como se suas condições de trabalho os tornassem não pertencentes àquele espaço, trazendo consigo o risco da vitimização aos moradores. São personagens indesejáveis, representações da violência e da criminalidade, que não

deixam de ser criminosos nem com a ausência de provas de seus crimes, como a situação em que a vendedora de “dindin” foi chamada de traficante mesmo a polícia não tendo encontrado nenhuma droga, inexistindo qualquer indício de conduta criminosa, além da sua própria existência.

Dentre “as pessoas que não pertencem a gente”, os “motoqueiros”, sempre narrados no coletivo, na visão das narrativas, não têm a moto como um meio de transporte, mas uma ferramenta para roubos, “às vezes é que vem um sustozinho, um motoqueiro”. O procedimento para os moradores é claro: duas pessoas em uma moto, uma irá guiá-la e a outra roubar o celular dos pedestres ou cometer algum tipo de conduta ainda mais grave para os moradores, como roubar o carro.

O termo “motoqueiro” traduz em si uma forma pejorativa de tratamento aos motociclistas, entre eles, é um termo utilizado para denominar os que não seguem condutas e normas do motociclismo (FERNANDES, 2012). No contexto de Capim Macio, é o tratamento dado a um modelo de conduta desviante, os “motoqueiros” em cima das “suas motos velhas” traduzem um estereótipo, explicação simplista sobre a multiplicidade da vida urbana, reduzindo o meio de transporte à ferramenta de crime, assim, os moradores se assustam e demandam a repressão.

Não são apenas os agentes externos ao bairro que causam o medo, determinados moradores também significam um perigo constante. Observa-se, por exemplo, que os estudantes da Universidade Federal são retratados como potenciais riscos. Em sua maioria, os universitários que vivem em Capim Macio ocupam pequenos *kitnets* que foram construídos por donos de grandes lotes no bairro, tal modalidade de aluguel se torna atrativa, por um lado, pela proximidade com o Campus Universitário, por outro, pela possibilidade de lucratividade dos aluguéis. No bairro, um ponto central para os moradores é o perigo decorrente da presença dos jovens universitários. A juventude representa a “baderna”, a “falta de controle emocional”, principalmente, pelo uso de álcool e drogas, o que, na visão dos moradores, atrai “meliantes de todas as regiões da cidade”, além de possíveis brigas. A alta incidência de adultos e idosos no bairro contribui para essa visão sobre a juventude, é comum essas faixas etárias associarem o ser jovem à desordem (CORDNER, 2010).

Se pessoas que pagam aluguel representam riscos, estes são potencializados quando se fala sobre pessoas em situação de rua. Em estudo realizado em Natal, foi constatado que a zona sul, onde se localiza o bairro de Capim Macio, é a região com a menor incidência dessa população, uma vez que é a mais violenta para se estar em situação de rua (MATOS *et al*, 2019). Essa questão é subsidiada pelas falas dos moradores, na situação da criação do Recanto, por

exemplo, o desaparecimento da senhora em situação de rua que ocupava um barracão no bairro foi comemorado pelos moradores; seu sumiço, portanto, representou o fim de um problema, nas palavras de um deles “ela era meio perturbada das ideias, era horrível”, sua ocupação era vista como “um lugar imundo, víamos de cima do prédio, era um barraco caindo aos pedaços”.

Percebe-se que quanto aos corpos que desencadeiam o medo dos moradores, além de questões pontuais, sofrem forte influência do preconceito de classe, o medo está associado a uma territorialização da violência, o corpo violento não pertence ao bairro e se lá mora, não compartilha o mesmo *habitus*, acaba por ser um corpo estranho. Os agentes do medo são vistos como pertencentes a bairros pobres, que ocupando o bairro de Capim Macio para realização do trabalho informal, praticam diversos tipos de crimes, sendo os mais narrados o roubo e o tráfico de drogas.

Essa questão tem intrínseca relação com os espaços de medo do próprio bairro, os moradores apontam que as ruas causam insegurança diante da baixa circulação de pessoas. Contudo, a ocupação desejada é restrita aos que compartilham do mesmo *habitus* dos moradores, isso ressalta uma busca pela autosegregação socioespacial. Esse desejo é ressaltado quando a narrativa aponta ser a avenida Roberto Freire um fator de risco, uma vez que atrai uma grande circulação de pessoas de fora do bairro em virtude do comércio e do turismo.

Todo o evitamento buscado pelos moradores de Capim Macio entra em conflito com o ideal de cidade, a pluralidade intrínseca à vida urbana (HARVEY, 2012) e acaba gerando uma dificuldade em construir ideais compartilhados de cidadania e de pertencimento, com uma crescente demanda pela contenção do outro por meio da repressão policial e um ciclo vicioso de medo. É a acessibilidade na cidade que a torna segura, são os olhos para a rua que propiciam o controle, mesmo que involuntário da vida cotidiana, proporcionando segurança à comunidade. As ruas e as calçadas são órgãos vitais da cidade, o que mantém a segurança urbana. O que desencadeia o cenário de violência é justamente o medo de utilização das ruas, assim, a autosegregação dispersa as pessoas e não soluciona a questão do crime e da insegurança. Uma rua movimentada e os olhos para a rua são características alimentadas a partir da existência de espaços públicos que contribuem para a segurança, para uma efetiva vigilância da rua (JACOBS, 2007).

O descarte inadequado do lixo e a presença de terrenos baldios sem manutenção são outras questões urbanas associadas ao medo do crime, principalmente por não atenderem às expectativas do que os moradores entendem condizente com o espaço para a classe média alta viver. O descarte irregular do lixo, principalmente em terrenos baldios, a maioria voltados à especulação

imobiliária e sem manutenção, desperta medo por serem considerados espaços propícios a ações delituosas. São características desencadeadas pelos próprios moradores e pela atuação ineficiente do Poder Público, que promovem espaços que, para os moradores, atraem “os bichos que usam drogas, essas coisas todas, as pessoas que não têm o que fazer”. Assim, essas características aliadas a ambientes mal iluminados, ruas sem calçamento e a própria precariedade da sinalização de trânsito são fatores considerados de risco para o bairro, em virtude da “desordem” que desencadeiam.

As praças e os parques são pontos sensíveis para os moradores, espaços vistos como propícios a comportamentos desviantes, reclama-se da gestão urbana adequada, podaço de árvores, iluminação e estruturação de equipamentos públicos, como bancos. Para os moradores, a falta de estrutura e manutenção desses espaços afasta os moradores e atrai agentes de risco (trabalhadores do sexo, por exemplo), associando-os à ocorrência de tráfico de drogas e roubo.

Entre corpos e espaços, percebe-se que a causa do medo do crime em Capim Macio está fortemente associada às incivildades, à prostituição, à presença de motociclistas e de jovens, ao uso de bebida alcoólica, à concentração de lixo, terrenos baldios, ruas escuras e entulhos. Tais fatores, físicos e espaciais, representam, para os moradores, um primeiro passo para condutas criminosas. Embora essas condutas não sejam crimes, significam afrontas aos códigos morais da vida social, isto é, àquilo que agentes sociais consideram como ordem (WIEVIORKA, 2006; CAMINHAS, 2010, ROCHÉ, 2000).

A distância entre os moradores e os policiais também é uma questão que toca o medo do crime. Os moradores narram uma angústia sobre as dificuldades em contactar a polícia, a falta de um policiamento constante causa medo a partir de uma sensação de impunidade. Há uma descrença no canal oficial da polícia, o 190, apontado como ineficiente, um morador narra “se for esperar o 190, o cara evade”.

Entretanto, no tocante ao campo da segurança pública, não é só a relação entre a polícia e a comunidade que desencadeia o medo do crime, há uma descrença no sistema criminal como um todo, a exemplo das narrativas: “não adianta prender, por causa da audiência de custódia, o policial fica respondendo processo por registrar o caso”; “o bandido está na rua, já fez outros assaltos, mas o policial ainda responde processo. Às vezes a polícia não prende por isso, se for grave mesmo eles levam”; “quando fomos para a delegacia, não tinha ninguém, só a gente, porque eles demoram. Às vezes as pessoas deixam de fazer um Boletim de Ocorrência por isso, porque além de não pegar nada, ainda é a maior burocracia, ainda terá audiência para você responder”.

Há em Capim Macio uma forte demanda por punitividade, que na visão dos moradores não é suprida pelo campo da segurança pública, criando uma visão de ineficiência e desencadeando o medo do crime. Em verdade, há uma rejeição aos mecanismos democráticos da justiça criminal, como a narrada audiência de custódia, de forma a traduzi-los como ferramentas para a impunidade, o que desencadeia a criação de um ideal autoritário de cidadania e a demanda pela violência institucional.

Nesse contexto, a proximidade com a polícia também é um fator que contribui para o medo do crime. A criação dos Conselhos Comunitários e de Segurança reforçou o cotidiano panóptico (FOUCAULT, 1987) dos moradores, como narrado “quando acontece qualquer coisa tiramos foto, mandamos o vídeo para a polícia”. Há uma angústia constante dos moradores, marcada por um vigiar e punir, como nas passagens: “A gente vê uma pessoa suspeita e coloca imediatamente no grupo” e “nessa insegurança, a gente já sabe quem não é da comunidade, assim, qualquer suspeito ligamos para a polícia dar uma volta na praça. Sentimos um pouco de segurança por isso, porque tem esse contato com a polícia, qualquer coisa que acontece eles estacionam o carro, dão uma olhada”. A fala do crime (CALDEIRA, 2000), dessa forma, domina a vida dos moradores, o contato direto com a polícia, para além de uma tentativa de contenção do medo, desencadeia um ciclo de temores, uma necessidade de estar sempre em alerta, visualizando risco em todos os agentes que não pertencem ao bairro, a ideia de que o perigo está à espreita.

E essa fala de medo é potencializada com a utilização de grupos da rede social *What's App*, são dezenas deles, cada um com cerca de cento e cinquenta (150) pessoas, que diariamente compartilham experiências, relatos, suspeitas, demandas, além de vídeos, reportagens, opiniões pessoais sobre a violência e a criminalidade no bairro, na cidade, no país e no mundo, um verdadeiro bombardeio de informações e angústias, não necessariamente atrelados a uma conduta criminosa, mas a representações, percepções da violência. Um verdadeiro ciclo vicioso do medo (CALDEIRA, 2000), histórias que antigamente se propagavam no banco da praça e possuíam um caminho mais lento, hoje chegam em segundos para centenas de pessoas, amedrontando-as. Para os moradores, no entanto, a prática de se associar ao grupo gera uma proteção, estando mais vulneráveis os que deles não participam, narra um morador: “Tem uns *kitnets* aqui com estudantes, que os donos não falam do grupo e eles ficam vulneráveis, vão para universidade e são roubados, eles tomam as coisas deles”.

Os olhos, no caso de Capim Macio, não estão voltados para a rua, mas para os grupos de *What's App* e para as câmeras de segurança, alimentando-se das notícias compartilhadas e

ações narradas. Portanto, a fala do crime é central para a propagação do medo. E a polícia é um canal que se aciona a todo momento.

4.4 QUAIS SÃO AS PRÁTICAS DESENCADEADAS A PARTIR DO MEDO DO CRIME?

A autossegregação socioespacial é uma prática adotada pelos moradores de Capim Macio, são poucas as unidades habitacionais onde é possível ver a parte interna, quase inexistentes os quarteirões onde pelo menos uma câmera de segurança não esteja apontada para os poucos pedestres que transitam nas calçadas. Capim Macio é sitiado por alertas de vigilância, placas e cercas elétricas que apontam para o constante monitoramento de suas ruas. A adoção de um modelo panóptico de existência, materializado pela utilização de ferramentas de contenção e vigilância do outro representa os desejos de uma classe social com poder de compra, uma “comunidade” que possui dinheiro o suficiente para comprar o evitamento do outro, a partir de um aparato tecnológico que permite o afastamento e monitoramento diário e irrestrito (BAUMAN, 2003).

Capim Macio é um bairro vigiado 24 horas por equipamentos eletrônicos, cercado por altos muros e marcado por plaquinhas que avisam “monitoramento eletrônico”. A consequência dessa incessante busca por segurança e evitamento social tem como consequência o perecimento do espaço público acessível, o medo em caminhar nas ruas. Promove-se a ocupação dos espaços privados do bairro, como shoppings e supermercados, que a partir de uma ampla gama de opções, travestem-se de público, mas são marcados pela atuação da segurança privada para “proteção” dos consumidores (DAVIS, 1993).

Além da criação de uma sociedade do espetáculo da vigilância (DEBORD, 1992), a tecnologia permitiu um afastamento físico entre os próprios moradores. Os grupos do *What's App*, vistos como uma possibilidade segura e eficiente de socialização no bairro, criam a falsa ideia de comunidade, que na verdade representa uma fuga dos espaços de convivência da cidade, uma sociabilidade restrita. Narra o morador: “veja, você anda aqui na rua e não vê ninguém, como a gente se comunica? Por meio do *What's App*, entendeu?”; “é um meio de comunicação bom, faz a conexão, facilita, você tá na sua casa e tendo contato com as pessoas. Mas ao mesmo tempo, é difícil tentar uma reunião presencial”. Ao evitar as ruas do bairro, constrói-se mecanismos de sociabilidade virtuais, foi assim que os grupos do *What's App* se tornaram o principal meio de comunicação da vizinhança, os moradores sentiram a necessidade, inclusive,

de criar outros grupos para relatar: o desaparecimento de animais; venda e troca de produtos e discussão sobre a infraestrutura do bairro.

Muitos moradores nunca se viram apesar de viver no mesmo bairro, não se conhecem para além do nome, mas já discutiram sobre segurança pública em grupos ou já brigaram por política, uma forma limitada de sociabilidade, que nega os encontros, os pesos da convivência nos espaços públicos do bairro. A própria questão da administração dos grupos é uma forma de restrição à sociabilidade, em vários momentos os moradores apontam entraves a alguns debates, como os políticos, cada grupo precisa respeitar as normas impostas pelas lideranças como forma de atingir uma ordem. Aponta o morador: “O *What’s App* tem a finalidade de conversas rápidas, conversas práticas, por meio dele começam grandes discussões e isso às vezes é um problema, desvirtua. a linguagem dele não é a mesma coisa de interagir com as pessoas”, outro morador imputa a proibição de falar “besteira” nos grupos à grande adesão dos moradores.

O individualismo impacta no modo de vida em Capim Macio, nas palavras dos moradores: “é muito difícil, é um trabalho árduo trabalhar com pessoas, moradores, os brasileiros não têm o sentimento de cidadão, de um lugar, é como querer resolver o seu problema imediato e não o coletivo, isso se mostra muito no grupo” (...) “tem um buraco na minha rua”, como se fosse um escritório, mas a questão só pode ser resolvida em comunidade, poucas pessoas são atuantes, o restante entra para dar um palpite”. Uma das entrevistas presenciais foi realizada em um condomínio fechado, construído pelo morador para comportar vários entes familiares, cada casa é externamente desvinculada, tendo seu muro, contudo, conectadas por meio de um grande espaço de lazer, utilizado para os moradores fazerem suas caminhadas, evitando a utilização das ruas do bairro.

Essa questão tem relação com o próprio conceito de comunidade buscado por tais grupos, que só possui o nome de comunidade, o que os moradores estão dispostos a comprar é o direito de manter distância e libertos de todas as pessoas que vivem modos de vida diferentes dos deles. Os enlaces comunitários os atraem pela promessa de comunidade dos sonhos, fundada na ideia de homogeneidade social, que só pode ser concretizada por meio da segregação (BAUMAN, 2003).

É desse modo que as práticas promovidas pelos conselhos comunitários em Capim Macio respeitam uma lógica de arrecadação de dinheiro, são poucos os moradores que se engajam em trabalhos em prol da comunidade de uma forma presencial. Em 2017, ao serem acionados pelos policiais que estavam com três meses de salários atrasados para a realização de um ato político, o morador narra que sugeriu a arrecadação de dinheiro para financiamento de

cesta básica, uma medida assistencialista, própria de pessoas que rechaçam o engajamento político, um afastamento do ideal de mobilização social.

Como os moradores fogem das ruas e dos espaços públicos, a sensação de andar em Capim Macio é de esvaziamento, o medo se reproduz ao inexistir pessoas transitando. Os olhos dos moradores estão voltados para as câmeras do bairro, que filtram quem a ele pertence, a quem é necessário a segurança e a quem é necessário o evitamento. Mostra-se uma incapacidade de conviver com o diferente, o que desencadeia uma sensação de temor diante da ideia de encontrar com o outro, os encontros na rua são assustadores, a alteridade é indesejada pelos moradores, que buscam um ambiente homogêneo e o mais territorialmente isolado possível.

Constroem-se espaços antidemocráticos, como o projeto do Parque de Capim Macio, que após dez anos de mobilização do Poder Público, será executado, com uma estrutura cercada e monitorada, com pontos de entrada e saída, o que significa a privatização de um espaço público. Nas palavras do morador, o projeto desenvolvido significará: “resolver o problema e afastar essas pessoas indesejáveis que estão fazendo essa situação crítica e quem sabe conquistar um espaço mais humanizado e urbanizado no bairro”. O problema em questão é a prostituição que ocorre na região do parque, pois humanizar o bairro significa expulsar tais agentes do espaço público e construir um lugar para os moradores, travestido de público, mas com segurança para afastamento de indesejáveis. Essa forma de cercamento do parque significa uma confusão dos moradores, subsidiada pelo Poder Público, dos significados de espaço público.

Uma outra prática associada à confusão do conceito de espaço público foi a construção do Recanto, narra o morador: “A mulher sumiu, eu não sei dizer se ela morreu, tiraram as coisas dela, colocaram em um depósito e ficou no local um lugar muito bonito, todo mundo que passa acha uma coisa extremamente bem cuidada”. Na narrativa acima não importa se a pessoa em situação de rua morreu ou as motivações que fizeram ela sair do bairro, mas ressaltar a ação dos moradores em revitalizar o espaço que ela ocupava, após o financiamento privado para conservação do local que causava estranheza diante da presença da senhora em situação de rua.

A busca pela privatização do público também encontra guarida nas seguintes situações: “as quadras só são ocupadas por moradores (...) quando vem alguém de fora é alguém convidado. Já teve alguém tentando usar, mas sempre que chegam o pessoal já diz que é do conjunto, mesmo sabendo que essa quadra não faz parte do condomínio, mas da prefeitura”; “no Estatuto da Associação dos Moradores do Conjunto dos professores havia a previsão de que não poderia existir comércio aqui”. Tais narrativas escancaram a compreensão dos moradores de que o bairro pertence a eles, com regramentos próprios, um desejo de desassociá-lo do resto da cidade.

A criação dos Conselhos de Segurança e a sua atuação nas Associações de Moradores também é uma prática importante e vinculada ao medo do crime dos moradores. No próprio documento de justificativa de criação do CONSEG em Capim Macio se aponta a necessidade de diminuição do medo do crime dos moradores (ARANTE, 2019).

Como visto em outros trabalhos sobre conselhos de segurança, embora seja uma criação inovadora, é possível visualizar “a existência de estratégias de privatização do direito à segurança na sua composição e no interior das reuniões, sendo seu espaço restrito a alguns poucos atores” (MARTINS, 2015, p. 13), essa questão entra em conflito com o próprio sentido da cidade contemporânea, um local de batalha de sentidos e identidades, buscando uma solução para os conflitos, de modo a gerar a convivência (BAUMAN, 2006).

Nos conselhos de segurança e associações de moradores de Capim Macio o que se vê é um grupo restrito de atores decidindo os rumos do bairro, que é ocupado por uma teia de agentes, não apenas moradores, que cotidianamente ocupam o local, que faz parte de algo mais global, a cidade. As discussões e práticas aqui estudadas perpassam pelas decisões de um grupo e impactam o cotidiano de uma série de agentes, decidindo quem é bem-vindo, reproduzindo discursos antidemocráticos, o evitamento, buscando quebrar uma característica inerente às cidades, a convivência com o estranho.

Nesse contexto, há entre os moradores de Capim Macio e os policiais uma relação de clientelismo, como narrou um morador: “alguns entendem isso como “ah, eles fazem isso para que a gente fique no pé, mas não, é uma parceria, eu te ajudo, você me ajuda” (...) “A gente começou a cativar os policiais, eles precisam de nós e precisamos deles”.

De um lado, há um assistencialismo dos moradores com os policiais, sob a justificativa de que o Estado não arca com o mínimo necessário para o trabalho da polícia, os moradores custeiam diversas demandas. Além da reforma das bases policiais e das viaturas e compra de celular, os moradores narram ter custeado questões mais individuais como remédio para um policial ferido, cestas básicas na época do atraso dos salários, lanches, eventos e palestras. Aqui, um episódio que chama a atenção é o custeio do almoço dos trabalhadores pelos moradores, para que estes não precisem se deslocar a outro município para fazer a refeição paga pelo Estado, os próprios moradores destacam os benefícios desse “financiamento”, como a presença dos policiais no bairro coibindo ações delituosas.

Por parte dos policiais, há um monitoramento constante, o morador aponta: “qualquer suspeito ligamos para a polícia dar uma volta na praça. Sentimos um pouco de segurança por isso, porque tem esse contato com a polícia, qualquer coisa que acontece eles estacionam o

carro, dão uma olhada”; “Conseguimos uma viatura para o bairro, e hoje está assim, se eu ligar aqui hoje “oi dona (...)”, eles vêm agora, tá assim, nesse nível, eles confiam na gente”.

O que se vê são mecanismos institucionais que favorecem alguns membros da cidade, com a utilização de recursos públicos, ou seja, servidores públicos, viaturas da polícia, uma série de aparatos públicos, para benefício de um contingente social, o que deveria ser garantido a todos os cidadãos e todas as cidadãs de uma forma equânime. O que se visualiza é o Estado escolhendo alguns atores que compartilham o cotidiano no bairro para disponibilizar um arsenal público e discutir uma questão que impacta a todos. Segurança pública é uma questão para os prestadores de serviço que atuam no bairro, as trabalhadoras do sexo, os comerciantes, toda a gama de atores que vivenciam o bairro, não apenas os escolhidos moradores.

Narra o morador: “Assim, eu tenho o grupo do CONSEG, o sistema de monitoramento, o DELTA7, uma viatura da Polícia Militar que entra no conjunto, dando cobertura pela parte do dia, e a noite tenho a segurança privada”. Essa narrativa simboliza a atuação de grupos que defendem interesses próprios e não coletivos do bairro, apropriando-se de recursos públicos, chocando com a ideia da segurança pública enquanto bem difuso e indivisível (ALMEIDA; TEIXEIRA E SILVA, 2007).

4.5 COMO OS CAMPOS QUE ATUAM EM CAPIM MACIO SE RELACIONAM COM O *HABITUS* DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS?

Em Capim Macio, o campo da segurança pública se relaciona de forma central com o *habitus* dos moradores. A criação dos conselhos de segurança em 2016 não significou apenas uma maior proximidade entre a polícia e os moradores a nível reativo, mas uma série de orientações institucionais ao chamado “combate à criminalidade” que foram incorporadas pelos moradores ao seu cotidiano. Os mais marcantes são: a utilização do *What’s App* como ferramenta de diálogo entre a polícia e a comunidade e a utilização de uma série de aparatos tecnológicos de segurança, como orientado pelo documento desenvolvido pela instituição policial para guiar a criação dos Conselhos de Segurança em Capim Macio (ARANTE, 2019).

É que as ações policiais “pautam-se pela autoridade que o policial retira da consciência coletiva e que se manifestam como autoridade burocrática e como o poder de suspeitar e abordar pessoas” (SUASSUNA, 2013, p. 199). Essa consciência coletiva recai em Capim Macio sobre a ideia de que a polícia detém o conhecimento necessário para garantir a segurança dos cidadãos, assim, as diretrizes por ela apontadas são seguidas e reproduzidas, guiando os sujeitos, as ações, os contextos e símbolos que devem ser temidos. Aponta um morador: “A avaliação é

muito positiva do projeto com ótimos resultados. A participação da comunidade seguindo fielmente o protocolo é de fundamental importância e tem muita adesão dos moradores e com certeza melhorou muito a nossa segurança”.

A relação clientelista estabelecida entre a polícia e os moradores se desencadeou por meio dessa crença, um dos moradores afirma que “para que eles ficassem mais próximos dos moradores, o Major do 5º Batalhão nos orientou a fazer suco e oferecê-lo, uma vez que eles trabalham em um ambiente muito quente, seria uma forma de agradá-los”. Em outra passagem, uma liderança afirma que após os policiais sofrerem um atraso de três meses dos seus salários, os moradores foram contactados pelo Batalhão para participar de uma passeata reivindicando os direitos dos trabalhadores, o que acarretou a compra de cestas básicas pelos moradores para os policiais.

A relação entre o *habitus* dos moradores e o campo da segurança pública impacta a relação daqueles com outros campos, como o do planejamento urbano e do mercado, de forma a demandar ações como a privatização do Parque de Capim e o afastamento das trabalhadoras do sexo do local; o desejo de murar a rua entre os blocos do condomínio Flamboyants; a busca pela compra de um aparato de instrumentos de segurança privada, como câmeras de segurança, cercas elétricas e a construção de muros altos nas habitações do bairro. A “democratização” da utilização de câmeras de segurança foi uma iniciativa do próprio Conselho de Segurança, uma ação estimulada pelo Batalhão e adquirida por alguns moradores por meio de parcerias firmadas entre o Conselho e empresas privadas, a proposta apresentada aos moradores foi o pagamento de 60 reais mensais por morador para monitoramento de toda a rua.

Algumas narrativas ressaltam a centralidade do campo do Planejamento Urbano nas demandas do medo em Capim Macio, um campo que dialoga fortemente com os campos do Estado e da política: “Denunciamos desde o início ao Ministério Público”; “No meio do ano passado estávamos aqui com o presidente da Urbana”; “A polícia do meio ambiente entrou e levaram os cachorros, o presidente da Urbana acionou o secretário da SEMSUR e SEMURB, veio todo mundo”; “Agora surgiu um local para game que juntava muito jovem e alguns moradores reclamaram do cheiro de maconha que incomodava, pedimos ao Ministério Público para fechar e foi fechado”.

Percebe-se que, a partir da linguagem do “direito” há uma mobilização do Poder Público para concretização de uma série de demandas dos moradores de Capim Macio com relação à contenção do medo do crime, que tem impactos no cotidiano da cidade. Apesar dos relatos sobre a demora para atendimento das demandas dos moradores, muito atrelada à burocracia dos

órgãos estatais, os moradores possuem um poder de influência, facilidade de tempo e recursos, condições de deslocamento para participar da vida pública e mobilizar o Estado para as suas demandas

Em linhas gerais, há uma capacidade de conferir determinados rumos ao bairro no tocante ao seu planejamento urbano, por meio do capital social dos moradores, redes construídas pelo *habitus* dos moradores no campo. E esse *habitus* tenciona interesses, crenças, valores e objetivos intrínsecos aos moradores, que por vezes transvestem-se de interesse público, mas traduzem anseios deste grupo social (PORTO, 2013). O discurso para cercamento do parque de capim macio perpassa a ideia de humanização do espaço público e prevenção criminal, travestido de interesse de toda a sociedade, mas na realidade representa os anseios dos grupos de moradores, que se sentem incomodados com a presença da prostituição na localidade.

Essa questão está muito associada ao direito à cidade, que “está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos (...) é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização” (HARVEY, 2012, p. 74). Essa relação entre o *habitus* dos moradores e o campo do planejamento urbano impacta em uma restrição ao direito à cidade, um caminho oposto à democracia, à efetiva participação dos sujeitos na construção da cidade.

A partir das narrativas, foi possível compreender uma relação entre o *habitus* dos moradores e o campo da política, por meio de troca de favores, narra o morador: “a menina é candidata a vereadora e consertou a bomba, mas aí não terminou o serviço. Outro vereador recebeu uma emenda e pintou a quadra, mas não colocou as traves e a trave do basquete. Não terminou toda, eu não fiz o vídeo de apoio que ele pediu”. Em outro trecho: “Estou batalhando para essa outra menina ganhar para vereadora, porque se ela ganhar vai melhorar o bairro. Tem um candidato a vereador do conselho que vai tentar com a polícia ambiental deixar as ruas mais limpas”. Essas narrativas evidenciam um prestígio e visibilidade das lideranças comunitárias no bairro, a ponto de atrair candidatos a cargos públicos na busca por apoio político, em troca do atendimento aos anseios dos moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é predominantemente qualitativa, de caráter descritivo que, a partir da observação participante, guiada em parte pela pesquisa documental e das entrevistas semiestruturadas com lideranças de associações de moradores e conselhos de segurança, buscou responder “*Como são estruturadas as práticas sociais das lideranças comunitárias de Capim Macio a partir do medo do crime?*”.

Partiu-se da compreensão de que o medo do crime integra o *habitus*, formado a partir de uma estrutura de socialização, que desencadeia nos agentes percepções e necessidades, impulsionando, no âmbito do medo do crime, o que deve ser temido, onde é inseguro e quem deve ser evitado. Por meio da compreensão de quatro questões fundamentais: quais condutas são objetos do medo; quais fatores despertam medo; quais práticas são desencadeadas a partir do medo e quais campos atuam sobre o objeto de estudo, foi possível traçar uma compreensão sobre o *habitus* dos moradores de Capim Macio e, assim, compreender como as práticas sociais se estruturam.

As lideranças comunitárias de Capim Macio compõem uma classe média que teme, principalmente, o crime de roubo, mas também receiam confrontos ao *status*, à ordem e à moral desejados para o bairro, que desagregam valor aos seus bens. As interferências no patrimônio, a partir do roubo e do confronto ao *status*, são temidas, por meio da representação social de agentes e lugares, atrelados principalmente à pobreza e à desordem.

Trabalhadores informais, jovens universitários, usuários de drogas e motociclistas são os agentes mais citados e associados ao *habitus* presentes em bairros considerados perigosos, atribuindo-lhes um *status* de não pertencimento ao bairro de Capim Macio. Os espaços públicos causam medo pela possibilidade desse encontro com o estranho; o perigo, para os moradores, vem dos espaços de intensa circulação de agentes de outros bairros e assolam o interior do bairro, que é marcado pela baixa circulação de pessoas, parques, quadras e praças, escassos espaços de socialização.

Mediando esses temores, a relação entre os moradores e os policiais é baseada em um paradoxo, ao passo que o afastamento causa temor pelo medo da vitimização e impunidade, a aproximação contribui para a obsessão pela vigilância e punitividade, desencadeando um ciclo vicioso. Aqui, as redes sociais contribuem para a disseminação da fala do medo e do pânico social entre os moradores.

Esses temores possuem uma conexão com o campo da segurança pública, por meio da representação do policial enquanto um herói no combate à criminalidade, desdobrando-se em

práticas pautadas em ideais antidemocráticos, punitivistas, clientelistas (no tocante à relação policial/morador) e que desrespeitam a pluralidade intrínseca à cidade.

Os campos do planejamento urbano e da política também se relacionam com o *habitus* dos moradores, por meio da linguagem do “direito”, os moradores conseguem mobilizar o Estado e os políticos a favor de suas demandas. Eles possuem um elevado capital social dentro deste campo, traduzido a partir da capacidade de influência, facilidade de tempo, de recursos e de condições de deslocamento para participar da vida pública. Essas relações com os campos assinalados, em linhas gerais, atribuem aos moradores a possibilidade de determinar rumos para o bairro, moldando-o a partir dos seus interesses, utilizando o aparato do Estado, a partir do discurso do interesse público.

Os moradores impulsionam a busca pela autossegregação, criando realidades panópticas de existência, que financiam a indústria do medo (BAIERL, 2004), proliferando ambientes privados que se travestem de públicos, mas são cercados por ferramentas de monitoramento. Eles promovem, nesse sentido, a homogeneidade social, traduzida na criação de grupos do *What's App*, pela fuga e tentativa de privatização dos poucos espaços públicos e apreço aos ideais individualistas de existência, desvirtuando o conceito de comunidade, a partir da incapacidade de conviver com a pluralidade inerente ao contexto urbano. Tudo isso, a partir de discursos antidemocráticos, punitivistas e de criminalização, principalmente da pobreza, do pouco apreço aos ideais de cidadania e de instrumentos democráticos da justiça criminal, além da tentativa de privatização do próprio direito à segurança pública, a partir de relações de assistencialismo/clientelismo entre os moradores e a polícia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCARDO, Alain. **Initiation a la sociologie del'ilusionisme social**: invitation à la lecture des œuvres de Pierre Bourdieu. Bodeaux, Le Macaret, 1983.

ADORNO, Sérgio A. A. **A gestão urbana do medo e da insegurança**: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea. Tese de livre docência. Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, 1996.

ADORNO, Sérgio; LAMIM, Cristiane. Medo, violência e insegurança. In: **Segurança pública e violência**: o Estado está cumprindo seu papel? 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ADORNO, Sérgio. PASINATO, Wânia. Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 3 - no 7 - jan./fev./mar. 2010 - pp. 51-84.

ALMEIDA, Jéssica Oliveira de; TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza; SILVA, Sabrina Souza da. Polícia e comunidade. In: MIRANDA, Ana Paula Mendes de; TEIXEIRA, Aulo Augusto Souza (org.). **Polícia e comunidade**: temas e desafios na implantação de conselhos comunitários de segurança. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2007. p. 51-65.

ARANTE, Janildo da Silva. **Vizinhança Solidária**: projeto de polícia de proximidade (interativa). Implementação do projeto de polícia comunitária com videomonitoramento colaborativo em capim macio I. 2019. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/70910241/projeto-vizinhanca-solidaria-batalhao-participativo-1>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ARAÚJO, Késia Miriam Santos de. **A juventude de Mãe Luíza e o seu lugar social no cenário urbano**. 2005. 127 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BATISTA, Eraldo Carlos. MATOS, Luís Alberto Lourenço. NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. **A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980-7031

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: A busca por segurança no mundo atual. Tradução: Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Lisboa, Relógio d'Água, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**, São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos Sociais da Sociologia**: Por uma sociologia crítica do campo científico. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1996.

BRANDÃO, CR. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981.

BRAGA, Fábio Vasconcelos. **O campo criminalístico**: uma abordagem da cultura organizacional à luz da filosofia da ação de Pierre Bourdieu. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMINHAS, Diogo Alves. **Medo do Crime**: Uma análise explanatória sobre suas causas em Minas Gerais-2009. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-B83KPU/1/disserta__o_medo_do_crime__diogo_alves_caminhas.pdf. Acesso em: 10 de fev de 2021.

CHAN, Janet. Using Pierre Bourdieu's Framework for Understanding Police Culture. **Droit et Sociétés**, 2004, n. 56-57, p. 327-347.

CHESNAIS, J.C. **Histoire de la violence en Occidente de 1800 à nos jours**. Paris: Edition R. Laffont, 1981.

COINE – Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminal. **Indicadores de Criminalidade Bairros de Natal 2016 – 2019**. Natal, 2020.

CORDNER, G. **Reducing Fear of Crime**: Strategies for Police. Kutztown University, 2010.

COSTA, Luzimar Pereira da. MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Espaço, iniquidade e transporte público**: avaliação da acessibilidade urbana na cidade de Natal/RN por meio de indicadores de sustentabilidade. Sociedade e Natureza. vol. 26 n. 2 Uberlândia Maio/agosto. 2014

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Scritta, 1993

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo. Contraponto: 1992

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1v, 1994.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 12. São Paulo: FBSP, 2018.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 13. São Paulo: FBSP, 2019.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 14. São Paulo: FBSP, 2020.

FERRARO, K. F. and GRANGE, R. L. **The Measurement of Fear of Crime**. *Sociological Inquiry*, 57: p.70-97, 1987.

FERREIRA, Eduardo Viegas. **Violência e insegurança urbana: um fenômeno em crescimento ou em transformação? Cidade - comunidades e territórios**, v.7, p. 37-58, 2003.

FRATTARI, Najla Franco. **As configurações sociais do medo do crime na cidade de Goiânia**. 2013. 217 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GARLAND, David. **As contradições da “sociedade punitiva”**: o caso britânico. *Revista de Sociologia Política*, n. 13: 59-80, nov. 1999

GARLAND, D. (Review) **Crime and Social change in Middle England**: questions of order in an english town, written by Girlin, I., e Sparks. London: Roulledge, 2000, 211p.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**: Porque tenemos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos. São Paulo: W11 Editores, 2003.

GURGEL. Giovanna Lima, 2022.

GOOGLE. Google Mapas, 2021. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em 10 de fev. de 2021

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANÇA, Márcio Abreu de. **Violência, medo e (não) reconhecimento: A percepção social da pobreza nas classes médias na cidade do Recife**. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FRATTARI, Najla Franco. **As configurações sociais do medo do crime na cidade de Goiânia**. 2013. 217 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

GUEDES, Inês Maria Ermida de Sousa. **Sentimento e insegurança, personalidade e emoções deposicionais: Que relações?** 140 f. Dissertação (Mestrado em Criminologia) Universidade do Porto, Porto, 2012.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HÉRON, F. La seconde nature de l'*habitus*. **Revue Française de Sociologie**, v. XXVIII, no 3, 1987

- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência. Brasília:** Ipea, 2018.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência. Brasília:** Ipea, 2019.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- KOWARICK, L *et al.* **Violência e Cidade.** Org. BOSCHI, R. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.
- LAHIRE, Bernard. **Le travail sociologique de Pierre Bourdieu; dettes et critiques.** Paris: La Découvert. 1999.
- LEE, M. **The genesis of fear of crime.** Theoretical criminology, n.5, v. 4, 2001
- LIMA, Pedro de. **Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano.** Natal: EDUFRN, 2001.
- Lira, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas.** 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.
- MACEDO, Francisco Guilherme Lima. **A influência dos valores humanos individuais e da atitude frente à arma de fogo no medo do crime:** Estudo comparativo de uma região administrativa do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23282/1/2017_FranciscoGuilhermeLimaMacedo.pdf. Acesso em: 12 de mar. de 2021.
- MACHADO, Carla; AGRA, Cândido da. Insegurança e medo do crime: da ruptura da sociabilidade à reprodução da ordem social. **Revista Portuguesa de Ciência Criminal.** Coimbra. V.12, n.1, p.79-101, janeiro - março 2002.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. **Sociabilidade violenta:** por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, v. 19, n. 1, jan./jun. 2004.
- MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A Guerra:** a ascensão do pcc e o mundo do crime no brasil. São Paulo: Todavia, 2018. 344 p.
- MARTINS, Luciane Patrício Barbosa. Participar com o Estado no campo da segurança pública: percepções e sentidos atribuídos à ideia de cidadania em conselhos comunitários de segurança pública. In: **XIV ABANNE**, 2015, Maceió. Anais da XIV ABANNE, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003. 141 p.
- MATOS, Ana Carolina Vidal *et al.* Rotas do desassossego: acompanhando ações do consultório na rua no município de natal/rn. In: NOBRE, Maria Teresa *et al.* **Vozes, imagens e resistências nas ruas:** a vida pode mais. Natal: Edufrn, 2019. p. 1-622.
- MEDEIROS, Sara Cibele Rêgo de. **O lugar do patrimônio urbano na dinâmica da cidade Natal/RN.** 2017. 246 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em

Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. Conjuntos Habitacionais e Expansão do Espaço Urbano de Natal/RN. **Anais do XV ENANPUR**. v. 15 n. 1. pp. 1-18. 2013

MISSE, Michel. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set. - dez. 2008.

MISSE, Michel. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 33, n. 96, p. 23-38, ago. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0003>.

OBVIO - Observatório da Violência do Rio Grande do Norte. **Condutas Violentas Letais Intencionais 2015-2019**. Ano 4, Edição especial n.15. Natal: OBVIO, 2020.

OBVIO - Observatório da Violência do Rio Grande do Norte. **O Mapa da Violência Letal Intencional do Rio Grande do Norte**. Natal: Clube de Autores, 2019. Base de dados no Excel.

OBVIO - Observatório da Violência do Rio Grande do Norte. **Metabanco de condutas violentas, letais e intencionais no Rio Grande do Norte 2015 – 2020**. Natal, 2020b. Base de dados no Excel.

OLIVEIRA JÚNIOR, A.; ALENCAR, R. A. A predisposição para chamar a polícia: um estudo sobre a percepção do desempenho e da confiabilidade das instituições policiais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 158-170, 2015.

PAIS, José Machado. Nas rotas do Quotidiano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Nº37. 1993 pp.106-115.

PAIS, José Machado. O cotidiano e a prática artesanal da pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**. vol. 01. Nº 01. Brasília 2013. PP. 109-127

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003

PAULA, Joseara Lima de. **A dinâmica territorial do comércio varejista moderno na zona norte de Natal/RN**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

PORTO, José Renato Sant'anna. Relações de poder e organização social no território: o que incide no curso de uma iniciativa de desenvolvimento territorial? **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 8, p. 127-144, 2013.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência: do conceito às representações sociais**. Brasília: Editora Francis, 2010.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. A Produção do espaço urbano de Natal/RN: Algumas considerações sobre as políticas públicas. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v.2, n.4, p.2-16, jul., 2010.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. O processo de descentralização e as novas centralidade em Natal – RN. **Observatorium**: Revista Eletrônica de Geografia, v.3, n.8, p. 105-125, dez. 2011.

RIBOLI, Eduardo Bolsoni. **A ouroboros discursiva do medo do crime**: o medo do crime como elemento disfuncional na racionalidade jurídico-penal. Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra 2.º Ciclo de Estudos em Direito (conducente ao grau de Mestre) Área de Especialização em Ciências Jurídico-Criminais. Orientadora: Cristina Líbano Monteiro. Universidade de Coimbra. 2017. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/84270/1/Eduardo%20Riboli%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf>. Acesso em: 20 de mar. de 2021

ROCHE, Sébastien. Insécurité, sentiment d’insécurité et recomposition du social: deux fins de siècle. **I. Le Social « Sous Influence »**: insécurité, précarité et réponses institutionnelles, [S.L.], n. 19, p. 11-20, 3 dez. 2015. Consortium Erudit. <http://dx.doi.org/10.7202/1034236ar>.

ROCHÉ, Sébastien. La théorie de la vitre cassée en France. Incivilités et désordres en public. **Revue Française de Science Politique**, v. 50, n.3, pp. 387-412, 2000

ROCHÉ, Sébastien. Le sentiment d’insécurité: insécurité et libertés. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 2, n. 45, p. 336-340, abr. 1995.

SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Prefeitura do Natal: **Anuário de Natal 2017/2018**. Natal: 2018. 577 p.

SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Prefeitura do Natal: **Conheça Melhor seu Bairro - Capim Macio**. Natal: 2012.

SETTON, Maria da Graça J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, nº 20, mai.-ago. 2002, p. 60-70.

SILVA, Alexsandro Cardoso Ferreira da. SOBRINHA, Maria Dulce Picanço Bentes. CLEMENTINO, Maria do Livramento M. Novas tipologias habitacionais perante a expansão do capital imobiliário-turístico em Natal, RN. **Cadernos Metrópole**. V. 16 pp. 141-162. 2006

SILVA, Anderson de Andrade. **Experiências urbanas de mulheres profissionais do sexo**. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019

SKOGAN, Wesley G. Fear of crime and neighborhood change. In: REISS Jr., A. J., TORNY, M. (eds.). **Communities and crime**. Chicago, IL: University of Chicago Press, p. 203-229, 1986.

SKOGAN, Wesley G. “The Various Meanings of Fear”, in BILSKY, Wolfgang; PFEIFFER, Christian; WETZELS, Peter (Eds.), **Fear of Crime and Criminal Victimization**, Stuttgart: Ferdinand Enke Verlag, 1993, pp. 131-140.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Ecologia Social do Medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. **Revista Brasileira de**

Estudos Populares. vol. 30, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982013000400010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 de mar. de 2021

SILVA, Eugênio Ribeiro. **Vazios urbanos nas áreas centrais:** os casos do Porto-PT e de Natal-BR. 2017. 247f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017a

SILVA, Paulo Sérgio Lima da. Sobre o capital social em associações comunitárias: uma análise socioantropológica. Sobre o capital social em associações comunitárias **INTRATEXTOS**, Rio de Janeiro, vol. 8, n.1, 2017b, p. 140-165.

SUASSUNA, Rodrigo Figueiredo. **Confiança e reciprocidade entre policiais e cidadãos:** a polícia democrática nas interações. 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TEIXEIRA, Isabela Bentes Abreu. **Expurgos urbanos:** epidemia e gestão penal na política de enfrentamento ao crack. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TORRES, Leidian Aragão. **Produção imobiliária e equipamentos urbanos:** Relações espaciais de atratividade no município de Natal/RN. 2019. 143F. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/27467/1/Produ%c3%a7%c3%a3oimobili%c3%a1riaequipamentos_Torres_2019.pdf Acesso em: 20 de fev. de 2021

VIEGAS, Renata Oliveira de Melo Costa. **Adensamento, verticalização e infraestrutura urbana:** O caso do bairro de Capim Macio – Natal/RN. 2018. 19 f. - Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Engenharia Civil, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o *Habitus*. **Educação & Linguagem**, São Paulo, ano 10, n. 16, p. 63-71, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/126/136>>. Acesso em: 10 Jul. 2021.

WARR, Mark. Fear of Crime in the United States: Avenues for Research and Policy. In: **Measurement and Analysis of Crime and Justice**. Criminal Justice, v.4, National Institute of Justice, Washington, DC, 2000.

WIEVIORKA, Michel. **Em que Mundo Viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.

WIEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELL, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, p. 13- 107, 1999. v. 1.